

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Remís Alice Perin Schmidt**

**ERECHIM: CIDADE CONSTRUÍDA PARA IMIGRANTES - PODER SIMBÓLICO  
NA CONQUISTA DO ESPAÇO URBANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

**Orientadora: Profa. Dra. Núncia S. de Constantino**

Porto Alegre  
2009

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S354E Schmidt, Remís Alice Perin  
Erechim: cidade construída para imigrantes : poder  
simbólico na conquista do espaço urbano / Remís Alice Perin  
Schmidt. – Porto Alegre, 2009.  
148 f.  
Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Profa. Dra. Núncia S. de Constantino.

1. Planejamento Regional - Erechim. 2. Colonização -  
Erechim. 3. Imigração. 4. Erechim (RS) - História.  
5. Urbanismo - Erechim - História I. Constantino, Núncia S.  
de. II. Título.

CDD 981.6597

**Bibliotecário Responsável**  
Ginamara Lima Jacques Pinto  
CRB 10/1204

**Remís Alice Perin Schmidt**

**ERECHIM: CIDADE CONSTRUÍDA PARA IMIGRANTES - PODER SIMBÓLICO  
NA CONQUISTA DO ESPAÇO URBANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em 11 de janeiro de 2010

**BANCA EXAMINADORA:**

Núncia Santoro de Constantino (Orientadora)

René Ernaini Gertz (PPGH-PUCRS)

Nara Helena Naumann Machado (FAU-PUCRS)

Aos meus pais, Olmar e Laurecy, pelo carinho.

Aos meus filhos, André e Natália, e à netinha Alice, que está a caminho, por tudo o que significam.

Ao Cacaio, com amor.

## AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Núncia Santoro de Constantino, pelo incentivo, confiança e disponibilidade.

Aos professores, colegas e funcionários do programa de Pós-Graduação em História da PUCRS.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguell Illa Font de Erechim: Simone Zago, Luciana Gostinsky e Ana Lúcia Tomaselli pela atenção e inúmeras contribuições fornecidas convertendo-se em facilitadores da atividade de pesquisa realizada.

Ao funcionário do Museu da Imprensa Geder Carraro de Erechim, Lucas Carbonari, pelo encaminhamento de muitas das imagens que ilustram este trabalho.

Ao Dr. Altair Menegati, pelo empréstimo de importante material de pesquisa e inúmeras contribuições.

Ao Dr André Egydio Schmidt, importante elo de ligação com a cidade de Erechim, facilitando acesso a livros, fotos e documentos.

Às arquitetas Denise Schmidt Rigoni, Daniela Milano e Cristina Pippi Schmidt, pelas informações e orientações acerca de aspectos técnicos que foram fundamentais na compreensão e reflexão sobre as questões ligadas à Arquitetura e ao Urbanismo; a esta última, também, pela criação da imagem que ilustra o início de cada capítulo.

Ao Cacaoio, pela presença constante. A palavra certa na hora certa.

## RESUMO

Há 100 anos, o Governo do RS deu início ao processo de ocupação de uma vasta área de terras ao Norte do Estado, onde, mais tarde, surgiria o núcleo urbano central de Erechim. Na época, a República recém havia sido instaurada e, com a implantação do Federalismo, a velha Província de São Pedro dava lugar a um novo Estado. Esse processo de ocupação das terras do Norte insere-se neste contexto e é em tal perspectiva que o presente estudo pretende refletir, detendo mais especificamente na ação do Estado quanto à apropriação do espaço urbano, no início do século XX e na influência da ideologia positivista para a concepção de um detalhado plano de ocupação daquela área setentrional. A pesquisa aborda a questão indígena e o processo de regularização das terras devolutas no Estado; avalia a influência da opção pelos imigrantes, seus propósitos e sua força de trabalho e as várias etnias envolvidas. Examina, por fim, o modelo de colonização e planificação concebido e o processo de urbanização proposto e executado, através da análise do traçado da cidade e das imagens que retratam as praças, as avenidas centrais e as suas edificações, refletindo-se, então, acerca do conceito de poder simbólico e de representação, que está implícito nessa intervenção do Estado, conjugada à influência dos primeiros ocupantes na construção do espaço urbano.

Palavras-chave: cidade – planejamento – Positivismo – imigração – colonização – Erechim.

## **ABSTRACT**

100 years ago the State of Rio Grande do Sul began the process of securing a large area of its Northern land, which later would become a central urban core of Erechim. The Republic then had just been instituted and, with the implementation of Federalism, the old Province of São Pedro's was replaced by the new state of Rio Grande do Sul. This process of occupation is part of this context and it is in this perspective that this study intended to reflect on this historical fact, more specifically on the State's action on the appropriation of urban space in Rio Grande do Sul in the early twentieth century and the influence of positivist ideology in the development of a detailed plan for the occupation of that area. The research deals with indigenous issues and the process of regularization of unoccupied lands in the State. It evaluates, then, the influence for opting for immigrants, their purposes, their work force, and the various ethnic groups involved and how this is reflected as a factor for success in the occupation of those lands. It examines, finally, the model of colonization and planning designed and urbanization process proposed and implemented, by analyzing the layout of the city and the images that portray the squares, main avenues and its buildings, reflecting, then, about the power and symbolic representation that has prevailed from that state intervention, coupled with the influence of the first settlers in the construction of urban space.

Key words: city - planning - Positivism - immigration - colonization - Erechim.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Fotografias - Álbum 1936.....	95
Gráfico 2 - Fotografias - Guia Geral 1958 .....	95
Gráfico 3 - Fotografias - Álbum 1968.....	96
Ilustração 1 - Terras Indígenas Kaingang.....	56
Ilustração 2 - Primeira estação ferroviária.....	75
Ilustração 3 - Mapa da cidade de Erechim .....	98
Ilustração 4 - Sede da Comissão de Terras. “Castelinho” .....	100
Ilustração 5 - Praça Central. Boa Vista do Erechim. Década de 1920. ....	102
Ilustração 6 - Prédio da Prefeitura Municipal de Erechim .....	104
Ilustração 7 - Igreja Matriz de Erechim.....	105
Ilustração 8 - Vista da Praça central .....	106
Ilustração 9 - Vista da Avenida Maurício Cardoso a partir da Praça da Bandeira, final da década de 1950. ....	108
Ilustração 10 - Vista da Praça Central na década de 1930.....	109
Ilustração 11 - Vista da Praça da Bandeira. Década de 1940 .....	110
Ilustração 12 - Praça da Bandeira, vista parcial.....	111
Ilustração 13 - Avenida José Bonifácio, início década de 1930.....	113
Ilustração 14 - Vista parcial da cidade. 1942.....	116
Ilustração 15 - Avenida Central.....	118
Ilustração 16 - Avenida Central.....	119
Ilustração 17 - Avenida Central. Década de 1944.....	120
Ilustração 18 - Avenida Central.....	121
Ilustração 19 - Vista aérea da cidade. s/d. ....	122
Ilustração 20 - Vista aérea da cidade. 2000 .....	123
Ilustração 21 - Avenida Maurício Cardoso.Edifício condomínio Erechim.1959 .....	123

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
<b>1 A AÇÃO DO ESTADO NA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO RIO GRANDE DO SUL NO INÍCIO DO SÉCULO XX .....</b>	<b>26</b>
1.1 A REPÚBLICA E O PENSAMENTO DA ÉPOCA .....	28
1.2 OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO NORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	37
<b>2 A ESCOLHA DA POPULAÇÃO DE IMIGRANTES NA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....</b>	<b>53</b>
2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA – OS INDÍGENAS E AS TERRAS DEVOLUTAS.....	54
2.2 IMIGRANTES E DESCENDENTES – DIVERSAS ETNIAS .....	62
<b>3 REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: INTERFERÊNCIA INSTITUCIONAL .....</b>	<b>82</b>
3.1 A ORIGEM DO TRAÇADO DA CIDADE DE ERECHIM .....	85
3.2 PODER SIMBÓLICO NA CONQUISTA DO ESPAÇO URBANO – CIDADE E IMAGEM .....	89
3.2.1 Praça Cristóvão Colombo – Praça da Bandeira .....	98
3.2.2 Avenida Central – as primeiras construções.....	112
3.2.3 Consolidação da Avenida Central.....	117
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>128</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>134</b>



## INTRODUÇÃO

Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles.<sup>1</sup>

Mais do que contar a História de uma cidade, esta dissertação pretende refletir sobre as circunstâncias históricas que conduziram o processo de ocupação de uma região que ainda se mantinha intocada no início do século XX – o Norte do Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente a área que depois se converteria no núcleo urbano da cidade de Erechim, implantada há pouco mais de cem anos, em 1908.

Naquele ano, Carlos Barbosa, que governou o Estado do Rio Grande do Sul no intervalo dos mandatos de Borges de Medeiros, cria a Colônia de Erechim, com sede em Capoerê. O ato se insere na política de imigração e colonização oficial planejada e executada pela Inspetoria de Terras. No ano seguinte, em 1909, o Governo Estadual escolhe como sede o local à margem direita do Rio dos Índios, a 5.587 metros da estação férrea onde mais tarde seria instalada a sede do Município de Erechim. A implantação do núcleo se dá em 1910, com 36 colonos (4 famílias com 28 pessoas e 8 solteiros)<sup>2</sup>, quando se inicia a “distribuição de lotes a colonos nacionais, italianos, polacos, alemães e outros”; além disso, destaca-se que, “decorridos mais três anos, já contava com 18.000 habitantes, elevados para 25.000, por ocasião de ser emancipada, como Município, em abril de 1918.”<sup>3</sup>

Vale referir que os imigrantes europeus que, a partir de 1910, rumam para a Colônia de Erechim, ali encontram uma infra-estrutura em fase de execução, um órgão oficial de colonização e uma ferrovia em torno do qual o núcleo urbano passa a se desenvolver.

---

<sup>1</sup> CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro: Globo, 2003. p. 61.

<sup>2</sup> CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ERECHIM. *Histórico de Erechim*. Instituto Social Padre Berthier, 1979.

<sup>3</sup> FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1978. p. 190.

A cidade nasce em um mundo de grandes transformações, em particular no Brasil e especificamente no Rio Grande do Sul. Tem-se a implantação da República no País; com esta, a Constituição de 1891, que criou os Estados em substituição às Províncias da Monarquia. Com autonomia, os Governos Estaduais tomaram a iniciativa de impulsionar os seus próprios processos de desenvolvimento.<sup>4</sup>

Este é o contexto sobre o qual a pesquisa lançará um olhar contemporâneo, centrando o foco na cidade de Erechim, na origem da sua formação, no seu passado e no papel dos imigrantes, reconhecendo-se deste modo as transformações ocorridas.

Para tal, ter-se-á em conta a lógica da ação do Estado na gestão, na construção e na apropriação do espaço urbano e em função de quais interesses este Estado constituiu a sua ação. Será um olhar no presente, buscando reconhecer as formas de representação do espaço urbano, o modo de pensar das sociedades da época e o que resultou desta apropriação do espaço referido.

A idéia do trabalho surgiu a partir de uma experiência pessoal. Ao buscar um tema para o projeto de conclusão do bacharelado, optei em pesquisar a História de minha cidade natal, Erechim, e assim prestigiar as pessoas que ali viveram e construíram um dos Municípios mais dinâmicos do Estado do RS, bem como as que ali seguem vivendo e continuam o trabalho de seus antepassados. Naquele trabalho, foi pesquisado o contexto positivista no Rio Grande do Sul, no início do século XX, tendo como problemática a seguinte questão: como os ideais políticos e de administração dos Governos de inspiração positivista influenciaram na formulação do projeto da ocupação da Região de Erechim, no Norte do Rio Grande do Sul? Identifiquei tratar-se de um tema importante e que ainda poderia ser aprofundado, ao contrário de outros aspectos ligados ao povoamento daquela região, tais como a diversidade cultural e as correntes migratórias, já objeto de diversos estudos.

Esta foi a motivação para seguir, no Mestrado, pesquisando a questão urbana na região Norte do Estado e a questão do poder simbólico na conquista deste espaço urbano, simbologia que inclui contingentes estrangeiros ou descendentes destes.

---

<sup>4</sup> VOLKMER, José Albano. *Uma cidade planejada: álbum fotográfico da História de Erechim*. Erechim: EDELBRA, 2000.

O fato de Erechim ter sido concebida como cidade planejada, no início do século XX, também contribuiu para a escolha do tema, já que o período coincide com o novo regime político – republicano –, cujo programa, devido à influência da doutrina positivista, concentrou as suas atenções no binômio família/cidade. Tratava-se de uma nova proposta de estruturação do Estado em que o conceito de Pátria se baseava na família, vista mais do que nunca como o sustentáculo de um projeto normatizador, cujo desenvolvimento reequacionou o seu papel e a sua inserção social na cidade. A nova família foi estimulada a desenvolver práticas sociais que se adaptassem ao novo regime e ao espaço urbano.<sup>5</sup> Nesse processo, a problemática da cidade foi delineada como questão – a chamada questão urbana<sup>6</sup> –, atravessada pelos pressupostos da disciplina e da cidadania em um Estado planejador/reformador.

Interligada à questão urbana, constrói-se a questão social, com a pobreza sendo identificada, em um primeiro momento, com o imigrante. A expectativa era de que o trabalhador imigrante reabilitasse o ato de trabalhar e imprimisse uma característica civilizadora ao trabalho e pressuposto para o progresso. O imigrante laborioso, inteligente, vigoroso e que aspirava à fortuna representaria o progresso e a civilização.

Além disso, foi necessário prestar atenção aos temas relacionados à espacialidade que ganham importância, aproximando História e Geografia; também foi fundamental pensar o Urbanismo.

A propósito, pode-se identificar o começo deste urbanismo moderno quando se aliam as técnicas da Engenharia com as práticas sanitárias. No espaço urbano, encontram-se alguns críticos da Modernidade e do progresso, como é o caso de Walter Benjamin<sup>7</sup>, François Béguin, Raymond Williams, e outros que tratam da questão do desenvolvimento urbano sob

---

<sup>5</sup> SANTOS MATOS, Maria Izilda. Em nome do engrandecimento da Nação: 1890-1930. *Revista Diálogos*, Maringá, v. 4, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.diálogos.uem.br>>. Acesso em: jul. 2001.

<sup>6</sup> Questão urbana é o espaço em que o Estado tem papel decisivo na urbanização, pois é este quem decide sobre a localização da cidade e sobre o povoamento desta.

<sup>7</sup> BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *MAGIA e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1. “Seu desconforto perante a voracidade da sociedade industrial, na qual o homem deixa de ser a finalidade de si mesmo, tendo seu lugar ocupado pela mercadoria”.

vários aspectos: processo demográfico, funções urbanas, traçados das cidades, evolução arquitetônica.<sup>8</sup>

Muito da pesquisa urbana produzida tem referência na escola francesa da década de 1970, com algumas críticas pela ênfase ao Estruturalismo ou à excessiva análise do Estado.<sup>9</sup> Destaca-se, deste período, Henri Lefebvre<sup>10</sup>, definindo o que é urbano por excelência: um lugar de convergência, de reunião, de encontro. Não somente o espaço de reprodução da vida mas que também se define pelo seu conteúdo e pela sua forma concretizada: a cidade. É ela que sofre transformações: ferrovias, indústrias, Modernidade, racionalidade, fluxo migratório, segregação, construção, destruição, mudança e velocidade. Para alguns, porém, abundância; para outros, nem tanto. A pobreza, a miséria, o desemprego, a falta de moradia geram, na periferia, os cortiços, como resultado do preço da casa própria e/ ou do aluguel incompatível com os salários. Resulta daí o drama urbano que é a negação das condições mínimas para uma grande parcela da população.

Cabe recordar agora que Paul Singer<sup>11</sup> caracteriza a urbanização na América Latina com os seguintes traços: aceleração crescente, desnível entre o fraco desenvolvimento das forças produtivas e a acelerada concentração espacial da população, formando uma rede urbana truncada e desarticulada.

Tal visão, no entanto, não se enquadra na realidade do Norte do Estado do Rio Grande do Sul, nem nos inícios do século XX, nem nos dias atuais. O objetivo da implantação desta cidade foi inicialmente de ocupar de forma planejada (direcionada pelo Estado) a vida urbana nesta região, desenvolvendo a economia e resolvendo uma questão de excedente populacional na região da Serra Gaúcha.

---

<sup>8</sup> Os autores citados têm em comum uma mesma concepção do homem e da razão, que subentende e determina as suas propostas relativas à cidade. Quando fundam as suas críticas em relação à grande cidade industrial no escândalo do indivíduo “alienado”, e quando se propõem como objetivo um homem consumado, isso se dá em nome de uma concepção do indivíduo humano como tipo, independentemente de todas as contingências e diferenças de lugares e de tempo, e suscetível de ser definido em necessidades-tipos cientificamente dedutíveis. “Um certo racionalismo, a ciência, a técnica devem possibilitar resolver problemas colocados pela relação dos homens com o meio e entre si. Esse pensamento otimista é orientado para o futuro, dominado pela idéia de progresso.” Ver: CHOAY, Françoise. *O urbanismo: o urbanismo em questão*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 8.

<sup>9</sup> SOARES, Paulo Roberto. Uma abordagem histórica do espaço urbano e uma abordagem geográfica da cidade na História. *Biblos*, Rio Grande, n. 8, p. 1-72, 1996. p. 6.

<sup>10</sup> LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

<sup>11</sup> SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 69.

A combinação de vários fatores viabilizou o desenvolvimento da região: mão-de-obra disponível e com alguma qualificação; a vinda de famílias e não apenas homens solteiros; a idéia de coletividade. Têm-se, então, cidadãos típicos de uma época, dispostos a conseguir aqui o que lhes fora negado em outro continente. O excluído, o excedente, o rejeitado europeu encontra aqui uma possibilidade de melhorar de vida. Assim, esta cidade constitui mais que um aglomerado humano com efeitos sobre os indivíduos, sobre seu trabalho e sobre a vida familiar, mas a oportunidade nova que estava sendo oferecida.

O imigrante conservou laços íntimos com os seus lugares de origem não apenas o idioma ou a alimentação mas também o estilo arquitetônico das fachadas e plantas baixas das moradias. A cidade aqui construída, neste período, necessitava ter uma imagem moderna; pretendia-se, pois, no uso urbano a imagem física do progresso, na praça, na edificação, no traçado.

Com exceção de São Paulo, no Brasil, o modelo haussmaniano foi o mais adotado, principalmente na então capital federal, Rio de Janeiro, com a abertura da Avenida Central e outras obras viárias conduzidas por Pereira Passos, que tinham por referência o plano parisiense. Outros urbanistas, em outras capitais brasileiras, ao longo da Primeira República, também realizaram projetos de modernização, como foi o caso de Jerônimo de Alencar Lima, em Salvador; de Alfredo Lisboa, em Recife; de Nina Ribeiro, em Belém; de Eduardo Ribeiro, em Manaus; de Moreira Maciel, em Porto Alegre.<sup>12</sup>

No início do século XX, tem-se o aparecimento do planejamento urbano e regional de uma forma profissionalizada, em que o Estado irá manter o controle. Dito de outro modo, a cidade passa a ser vista de maneira funcional e o Urbanismo, a ser uma atividade valorizada. É o momento considerado por muitos autores<sup>13</sup> como sendo aquele em que se dá a gênese do urbanismo como campo disciplinar específico do conhecimento, isto é, como uma ciência.<sup>14</sup> Esse contexto é marcado pela presença de muitos engenheiros que irão dar, ao urbanismo, grande ênfase aos aspectos sanitaristas e higienistas.

---

<sup>12</sup> SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. *A urbanística germânica (1870-1914)*: internacionalização de uma prática e referência para o urbanismo brasileiro. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/>>. Acesso: mar. 2009. p. 3. Artigo elaborado a partir da comunicação “A urbanística germânica e sua influência na construção dos paradigmas do Urbanismo no Brasil”. Salvador, 2002. *Arquitextos*.097.portal vitruvius. jun. 2008.

<sup>13</sup> Os autores referidos são: George Collins, Christiane Collins e Giorgio Piccinato.

<sup>14</sup> SIMÕES JÚNIOR, op.cit., p. 6.

O Brasil – tido como um país de contrastes já apresentava, portanto, no início daquele século, grandes núcleos urbanos. Não é o caso de Erechim, mas é inegável que o planejamento desta cidade “em meio a nada” prenunciava uma visão estratégica do local: um ponto que ligará o recém-criado Estado do Rio Grande do Sul ao Brasil, recém-República. É, de fato, a Região Sul que se moderniza e que procura deixar a sua tradição rural, passando a buscar aproximação com o centro do País.

Segundo João Maia<sup>15</sup>, ao falarmos de territórios, fronteiras, marcos, topografia, localidade e da materialidade, devemos ter claro que esse processo se realiza nas relações que se estabelecem entre pessoas que vivem em uma mesma comunidade e nos processos de interação.

Assim, o presente trabalho propõe-se a pensar a formação da cidade, usando conceitos desenvolvidos nas áreas de História, Geografia, Arquitetura e Urbanismo, enfim, propõe-se a trabalhar interdisciplinarmente.

Vale frisar que uma das tarefas desta pesquisa foi refletir sobre a maneira que “determinado estilo de vida”<sup>16</sup> contribui para a compreensão de como se constrói a representação da cidade, como se cria uma topografia simbólica. A intenção foi buscar o que esta cidade reteve culturalmente através de alguns elementos que permaneceram como herança dos colonizadores que fundaram Erechim.

Neste sentido, o pensamento de Milton Santos<sup>17</sup> sobre o espaço geográfico contemporâneo colaborou ao permitir pensar e localizar o sítio de permanência do grupamento na cidade. O autor aponta duas concepções de espaço através de suas verticalidades e de suas horizontalidades. Em primeiro lugar, um conjunto de pontos forma o espaço de fluxos e define-se como espaço das verticalidades, onde se localizam as tarefas produtivas hegemônicas – as atividades econômicas dominam tal espaço. O local pode ser explorado e usado como recurso a partir do uso pragmático que as empresas fazem desse

---

<sup>15</sup> Ver: MAIA, João. *Comunicação e comunidade: múltiplos espaços e temporalidades*. Disponível em: <<http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/>>. Acesso em 18 jun. 2007.

<sup>16</sup> [...] “Estilo de vida pode ser definido como sendo as práticas que o indivíduo incorpora em sua vida que não preenchem apenas necessidades utilitárias mas dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade.” (GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p.79).

<sup>17</sup> SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

território. Nesse contexto, observamos empresas, dando o sentido ao local, podendo ser ou não meramente econômico. Em contrapartida, no espaço contínuo da horizontalidade, instala-se a vida banal. É o espaço das vivências entre as pessoas e instituições, a partir do qual se cria uma solidariedade orgânica. Podem estar presentes as empresas, os capitais, as diversas técnicas, mas o que as movimenta é a integração no processo de ação. A produção, no espaço da horizontalidade, é fruto da solidariedade interna cuja natureza é econômica, social, cultural e geográfica. O referido autor localiza, nesses espaços orgânicos, uma maneira de compartilhar o território longe da racionalidade das verticalidades. Para ele, é possível constatar a coexistência de várias temporalidades, compartilhando o mesmo espaço da horizontalidade que serve de resistência ao tempo do relógio. O social e o cultural são problematizados, trabalhados e recriados, pois é nesse local que estes moradores cresceram e seus filhos irão nascer e se inserir como cidadãos. Estabelece-se, deste modo, uma relação de fixidez territorial.

No espaço criado pelo homem comum, instala-se um certo estilo de sociabilidade, uma forma com códigos muito específicos de se relacionar, de compartilhar o espaço que determina a cultura. É o espaço das vivências e, a partir dele, surge a cidade como um todo, um processo em rede.

No intercruzamento dos espaços, inclui-se a cultura produzida lentamente na comunidade; além disso, modificam-se as noções e usos dos espaços. Aqui, encontram-se os jogos de poder e de sedimentação do espaço e, nesse jogo de forças, as cidades sofrem pressões múltiplas que não permitem afirmações totalitárias sobre o modo de como o indivíduo se apropria dos mesmos espaços.

Roberto Lobato Corrêa<sup>18</sup> afirma que as relações entre cultura e urbano se manifestam de diversas maneiras e ressalta três modos possíveis de tais manifestações.

A primeira delas é a toponímia e identidade, que expressa uma efetiva apropriação do espaço por um dado grupo. Para o autor, existe uma toponímia oficial associada aos interesses de uma elite, que seria construída institucionalmente; outra, informal, ancorada na cultura

---

<sup>18</sup> CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 177.

popular, extremamente viva, e reconhecida por todos, identifica os lugares e as pessoas que nelas vivem.

A segunda manifestação está presente na produção de formas simbólicas da cidade. Estas podem ser entendidas de modo abrangente, como objetos investidos de significados emocionais ou intelectuais que, de alguma maneira, tornam-se instrumento de comunicação, de ornamentação ou mesmo de posição social - abrange filmes, músicas, móveis, literatura e até mesmo a forma de se vestir. É a partir desse capital cultural que reconhecemos a identidade desses lugares – tal espaço é, pois, compartilhado por todos. Circula-se, assim, por um mapa traçado pelos hábitos cotidianos que apresentam a comunidade com determinada identidade.

Finalmente, o terceiro modo de relação entre cultura e urbano que, para Lobato Corrêa, está na paisagem urbana e seus significados. A paisagem muda constantemente devido à reciclagem e à circulação dos signos e símbolos. Esse pensamento é pertinente, visto que nos possibilita asseverar que a paisagem urbana pode expressar valores da sociedade e desta maneira nos permite afirmar a existência de uma cultura na cidade, transformando o todo.

Como se sabe, o estudo sobre as formas de ocupação do espaço urbano não é novidade, mas é preciso repensar algumas noções a respeito disso.

Manuel Castells, autor de *A questão urbana*<sup>19</sup>, observa que a construção de uma imagem que representa a sociedade urbana com um sistema de valores preciso, com normas e relações sociais possuindo uma especificidade histórica e uma lógica própria de organização e transformação, está ligada ao pensamento evolucionista-funcionalista da escola sociológica alemã. Tönnies, Simmel e Splengler são os exemplos usados por Castells para mapear o pensamento que reconhece que as etapas históricas possuem uma dinâmica ligada a uma evolução natural e indiferenciada. Em Tönnies, a evolução aparece, quando considera que passamos de uma forma comunitária para uma associativa; em Simmel, pode-se compreender o tipo metropolitano, em tensão constante para manter a sua individualidade, bem distinto do tipo rural em que a sua ligação com a comunidade se dava de maneira espontânea e tranqüila;

---

<sup>19</sup> CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

já em Spengler, a cultura urbana está ligada à última fase do ciclo das civilizações. A cidade, assim, passa a ser compreendida como uma localização permanente, relativamente grande e densa, de indivíduos socialmente heterogêneos. Era, desta maneira, uma clara tentativa de ultrapassar os critérios geográficos da época e não reduzir a questão da cidade a uma interpretação econômica.

Além dos autores anteriormente citados, também outras obras deram suporte às reflexões feitas ao longo desta pesquisa, dentre os quais destaco:

Em *Cidade e sociedade no século XIX*, de Adeline Daumard<sup>20</sup>, tem-se um estudo das relações entre cidade e sociedade. Examina-se, também, a influência do quadro urbano sobre os diversos meios sociais. Refere-se à França de 1815 a 1914, período no qual a civilização burguesa dita comportamentos. Aborda, ainda, temas importantes para a pesquisa, como a organização administrativa das cidades e a atividade da construção civil. Menciona uma Paris com tendência à uniformização, quadras organizadas e que segrega, sendo um receptáculo da miséria humana. Há atitudes de ódio e inveja, mas também de uma tendência à imitação. Conclui, dizendo que a essência da cidade no século XIX é a de ter sido o lugar onde se constrói o futuro.

Já em *Teorias sobre a cidade*, de Marcella Delle Donne<sup>21</sup>, há uma reflexão sobre as teorias da relação entre a cidade e o tempo. Inicia com os precursores da Sociologia, discorre sobre teorias e patologias das cidades. Analisa, ainda, as formas como se desenvolveram os assentamentos humanos com o passar dos anos, como a questão urbana foi pensada teoricamente e as relações conflituosas que se estabelecem entre as pessoas e o espaço.

Na obra, *Ver a Cidade: cidade, imagem, leitura*, de Lucrecia D'Aléssio Ferrara<sup>22</sup>, ocorre a teorização do espaço urbano. Aqui, a imagem da cidade funciona como um espetáculo onde o usuário é o ator. Há a percepção urbana como prática cultural, a imagem

<sup>20</sup> DAUMARD, Adeline. Cidade e sociedade no século XIX. *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 15, 1998. p. 105.

“A urbanização repousa assim sobre a existência de laços estreitos entre a cidade e seus habitantes. Ela provoca modificações da paisagem urbana que terão repercussões importantes na vida social.”

<sup>21</sup> DONNE, Marcella Delle. A política da cidade. In: *TEORIAS sobre a cidade*. Lisboa: Edições 70, 1983.

<sup>22</sup> FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *Ver a cidade: cidade, imagem, leitura*. São Paulo: Nobel, 1988. p. 56. “Os homens aprendem de si mesmos, tal como as palavras podem aprender a significar mais [...]. Linguagem, percepção, interpretante são elos da cadeia que envolve o homem enquanto signo e que se transforma em prolongamento dele próprio, de sua geração ou de sua metáfora. Logo, o homem se projeta no seu filho, na sua linguagem, na sua cultura, na sua sociedade, no seu meio ambiente como signos interpretantes de si mesmo.”

como processo; a leitura e a interpretação destas imagens como fonte de informação sobre a cidade. Mais do que nunca, é o usuário quem olha, vê e interpreta o espaço, resultando daí analogias, convergências e divergências entre os espaços.

Em outra linha de raciocínio, *A Imagem da cidade*, de Kevin Lynch<sup>23</sup>, este preocupou-se com a qualidade visual de três cidades americanas. Analisou como os traços físicos de suas paisagens eram reconhecidos pelos usuários. O conceito central de seu trabalho foi a ‘legibilidade’ do ambiente urbano, ou seja, é necessário que haja clareza física na imagem. Em seu texto, apresenta um método a partir da percepção dos usuários dos elementos da cidade: caminhos, pontos nodais, bairros, limites e marcos. A imagem da cidade estaria, para ele, vinculada à escolha destes elementos. Aqui a Semiótica fornece as ferramentas para a busca do entendimento das relações de percepção da cidade pelo usuário e modela comportamentos.

Na referida obra, Kevin Lynch procurar descrever a imagem ambiental de um lugar, observando três elementos de sua composição: identidade, estrutura e significado. A identidade é a diferenciação do objeto como uma entidade separável, ou seja, é a individualidade ou a unicidade do mesmo. Assim, a estrutura de um ambiente é a relação espacial do objeto com o observador e com outros objetos. O terceiro elemento refere-se ao significado que o objeto deve possuir para o observador, seja ele prático ou emocional. Lynch observa que as imagens construídas pelos grupos tendem a ser menos consistentes do que as percepções de identidade e de estrutura. O significado individual de uma cidade é tão variável que não seria possível separar o seu significado de sua forma. Desse modo, Kevin Lynch concentra-se na análise da identidade e da estrutura das imagens da cidade.

Por sua vez, em *Porto Alegre: urbanização e Modernidade. A construção social do espaço urbano*, de Charles Monteiro<sup>24</sup>, ao trabalhar jornais da década de 1920, o citado autor identificou referências que exaltavam a administração do então Intendente Otávio Rocha e outras que permitiam observar a mendicância, a prostituição, o abandono das ruas e das

---

<sup>23</sup> LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 51-131. “Tal como uma obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo. [...] É o produto de muitos construtores que constantemente modificam a estrutura por razões particulares.” Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/>>. Acesso em 22-jul.2007.

<sup>24</sup> MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade. a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. (História 4).

praças. Buscando respostas para esta questão, ele pesquisa a década mencionada acima. Aborda temas como a formação social do espaço urbano de Porto Alegre, a emergência de novos grupos sociais, as ações político-administrativas em busca de recursos para remodelar a cidade e para estabelecer novos padrões de ocupação do núcleo urbano. Conclui, dizendo que a destruição das ambiências tradicionais do centro urbano de Porto Alegre representou o aniquilamento de uma parte do próprio passado, representando uma perda de referências para a construção da identidade e da memória coletiva.

Ainda, em *O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano*, de Sandra Jatahy Pesavento<sup>25</sup>, tem-se roteiro de como “decifrar” e “interpretar” o urbano. No capítulo 2, a autora aborda as desigualdades no desenvolvimento capitalista francês, fazendo referência a elementos, tais como as definições de fachadas, de prédios e de monumentos que influenciaram a Arquitetura brasileira. Já no capítulo 4 afirma: “Todo ato fundador tende à sacralização. Assim, nascem os “mitos das origens”, segundo a narrativa dos pósteros, articulando uma representação glamourizada dos acontecimentos que deram início a um processo que chega até nós.”

Aqui também se destaca o texto *História urbana*, de Ronald Raminelli<sup>26</sup>. O autor realiza um estudo sobre o crescimento e a proliferação das cidades e as primeiras tentativas de planejamento urbano e de construção de uma cidade ideal. Cita depoimentos de estudiosos do século XIX que deixaram testemunhos sobre a cidade e sobre o seu passado, como, por exemplo, Fustel de Coulanges, Max Weber e Georges Simmel. Refere-se, ainda, a nomes como Benjamin e Lewis Mumford. Analisa as primeiras abordagens da História urbana, a *pólis*. Menciona Max Weber e a utilização de um método comparativo e a criação de tipos ideais para estudar a cidade. É importante destacar um aspecto da obra quando chama a atenção para a utilização de comparações diacrônicas e de análise de realidades distintas, comparadas como se fossem similares, bem como da necessidade de separar o conceito econômico do conceito político-administrativo de cidade. No capítulo “Novas abordagens da História urbana”, comenta a necessidade do estudo interdisciplinar e a busca de soluções para

<sup>25</sup> “As imagens urbanas trazidas pela Arquitetura – ou pelo traçado da cidade, ou pela publicidade, pela fotografia, pelo cartaz, pelo selo, pela pintura, pelo desenho e pela caricatura – têm, pois, o potencial de remeter também tal como a literatura, a um outro tempo.[...] O espaço urbano, na sua materialidade imagética, torna-se, assim, um dos suportes da memória social da cidade.” Ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 16.

<sup>26</sup> RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

alguns problemas, que, segundo David Herlihy, teriam três núcleos principais: as funções da cidade e seu vínculo com o fomento da urbanização; os efeitos da vida urbana sobre os ciclos vitais dos indivíduos, sobre o trabalho e a família e, por último, as mudanças espaciais e ecológicas na cidade, provocadas pelo desenvolvimento econômico e social. Para este último autor, a urbanização dos séculos XIX e XX é ilusória, visto que os imigrantes conservavam laços íntimos com os seus lugares de origem. Os novos interesses econômicos promoveram o surgimento de uma nova concepção de espaço, de idéia de dimensão e do ordenamento matemático do espaço, excessivamente retilíneos cujas linhas tendiam ao infinito.

Em *O Italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses* de, Núncia Maria Santoro de Constantino<sup>27</sup>, a autora analisa a trajetória do imigrante italiano no meio urbano, especificamente em Porto Alegre. Busca esclarecer o processo de inserção social e analisa as características socio-culturais do grupo italiano que se formou em Porto Alegre, no período concomitante com a grande imigração; as evidências da participação desse grupo na vida sócio-cultural; as características do imigrante meridional; como se distribuíram na estrutura social e como e por que os moraneses mantiveram a identidade étnica. O estudo abrange vários períodos, embora particularmente vinculado aos anos de 1878 até 1925. Entre os grupos estudados, comprova a presença dos calabreses como principal grupo e, entre eles, a presença dos oriundos de Morano Calabro.

Também se destaca Antônio Ducatti Neto, com *O grande Erechim e sua História*<sup>28</sup>, obra de grande importância para a pesquisa, especificamente o capítulo 11, quando se refere à nova política de colonização do regime republicano. Analisa a entrada de imigrantes, a localização e a distribuição de lotes. No mesmo capítulo, aborda a colonização oficial, o povoamento, as estradas e uma série de documentos e relatórios bastante citados na presente pesquisa.

---

<sup>27</sup> CONSTANTINO, Núncia Maria S. de. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses*. 1990. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. p. 21. Núncia observa: “Isto significa que, mesmo o homem afeito às atividades rurais na Itália, não está desvinculado da vida urbana. O italiano, marcando sua presença nos núcleos urbanos brasileiros, presença especialmente notada no século XIX, não contraria um *modus vivendi*.”

<sup>28</sup> DUCATTI NETO, Antônio. *O grande Erechim e sua História*. Porto Alegre: EST, 1981.

Por último, Luiza Horn Iotti, com *O olhar do poder: a imigração italiana no RS, de 1875 a 1914*<sup>29</sup>, apresenta relatórios consulares e traduz olhares à multidão de expatriados, como reflexo de políticas emigratórias e de diferentes momentos. Mostra o fenômeno da imigração no século XIX e no início do século XX, vinculado às mudanças decorrentes da expansão capitalista e às novas formas de produção. Especificamente, no Brasil, a vinda destes italianos está relacionada à substituição da mão-de-obra escrava e à política da colonização imperial; na Itália, há um descarte de população pobre. Analisa, também, o significado histórico do movimento de massas. Relata, ainda, os primeiros registros e os objetivos desta migração como povoar, criar núcleos destinados à produção, à ocupação territorial e ao fornecimento de gêneros para o mercado interno urbano.

A partir de tais leituras, foi possível um diálogo aberto com outras ciências, para além da História, tendo em vista a abrangência pretendida quando se estuda o fenômeno urbano. Em relação ao tempo, o presente também é foco de interesse, pois afirma a criação cultural como parte integrante da trajetória humana. Os objetos e as ações devem ser interpretados, levando-se em conta a escala em que ocorrem, isto é, o que seria universal, particular ou singular e também quando a História e a Geografia apontam a atividade humana como material e simbólica.

A proposta foi estudar a História da cidade de Erechim a sua origem e fundação, os seus habitantes, estabelecer uma relação entre a criação dessa cidade e o desenvolvimento da região, para depois comparar com a cartografia da cidade contemporânea (atual), verificando as ações do homem e do Estado no gerenciamento e no uso racional dos espaços.

A pesquisa foi dividida em três etapas, organizadas em capítulos. Primeiramente, foi realizado o levantamento bibliográfico e, a partir de alguns autores, estabelecidos alguns conceitos e reflexões, visando contextualizar os acontecimentos e o pensamento da época. Após, buscou-se relacionar a pesquisa, tomando-se por base o povoamento da região, inicialmente habitada por indígenas que foram substituídos pelos imigrantes e pelos descendentes destes. Os levantamentos de dados em documentações no Arquivo Histórico Erechinense e em obras publicadas na Região do Alto Uruguai, como livros e dissertações das Universidades de Erechim (URI) e de Passo Fundo (UPF), permitiram uma pesquisa voltada

---

<sup>29</sup> IOTTI, Luiza Horn. *O olhar do poder: a imigração italiana no RS, de 1875 a 1914*. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1996. p. 13.

às especificidades locais. A documentação possibilitou compor um quadro das principais etnias que foram recebendo terras, povoando a cidade e assim promovendo na prática o que o Estado havia idealizado.

Em uma última etapa, por meio da análise de imagens fotográficas, procurou-se demonstrar as transformações ocorridas principalmente na área central da cidade através das interferências ocorridas ao longo do tempo; além disso, a contribuição dos imigrantes no desenvolvimento da cidade, na construção das moradias e edificações. Deste modo, foram feitas pesquisas, junto às bibliografias de autores da região, em artigos publicados em jornais locais, álbuns comemorativos e fotografias.

Recolheram-se imagens, para reconfigurar o chamado centro (o conjunto que caracteriza a cidade), em álbuns comemorativos que se reportam a três distintas décadas do século XX – 1936, 1958 e 1968 –, que serviram de base de comparação com uma imagem mais atual, a saber, a do ano 2000. Tal pesquisa foi importante na análise que se faz da estreita relação entre experiência visual, o saber culto e a valorização de parte da cultura material da cidade, relação que se completa, pois, nas políticas de intervenção.

Com base em tais dados, leituras, ensinamentos aprendidos ao longo do Mestrado e reflexões realizadas durante a elaboração desta dissertação, buscar-se-ão respostas para as questões definidas nos seguintes termos:

- Qual é a lógica da ação do Estado na gestão, na construção e na apropriação do espaço urbano no Norte do Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente, na cidade de Erechim, no período que vai do início do século XX até 1930?

- Em que medida a escolha da população de imigrantes para a ocupação de tal espaço urbano contribuiu para a realização do que fora planejado?

- Quais são as formas de representação do espaço urbano decorrentes de uma interferência institucional e quais são as que resultam de uma *práxis* informal, ancorada em um modelo de ser e de viver trazido pelos imigrantes?

Para responder a estas questões, a pesquisa foi organizada em torno de três eixos que deram origem aos capítulos em que se divide o texto.

No primeiro – Ação do Estado na apropriação do espaço urbano no Rio Grande do Sul no início do século XX – analisa-se o poder simbólico na conquista do espaço urbano, reconhecendo-se as formas de representação, o modo de pensar daqueles que assumiram os destinos do Estado no início do período republicano e os resultados específicos da apropriação de tal espaço.

No segundo capítulo – A escolha da população de imigrantes na ocupação do espaço e seus reflexos –, buscam-se pesquisar as políticas urbanas e a transformação do espaço, visando reconhecer de que modo o Estado interferiu sobre o urbano, quais foram os interesses que nortearam a sua ação; além disso, examinar o modo como o Estado tratou a questão indígena e como encaminhou o processo de regularização das terras devolutas; ainda, avaliar a influência da opção pelos imigrantes, seus propósitos, seus princípios e sua força de trabalho, e como tal se refletiu como fator de êxito para o processo de ocupação daquele território depois convertido em espaço urbano.

Por último, o terceiro capítulo – Representação do espaço urbano: influência institucional *versus* modelo de ser e de viver trazido pelos imigrantes – pretende avaliar, em diferentes temporalidades, as formas de intervenção estatal que transformaram a área central da cidade de Erechim; refletir como estes espaços foram concebidos, geridos, produzidos e modificados, verificando o que permaneceu desde a origem do projeto urbanístico e quais elementos se tornaram referências; aprofundar o conhecimento e o enquadramento histórico da cidade através do tempo, refletindo sobre os pressupostos teóricos e os modelos urbanos existentes, na cultura ocidental, no início do século XX; identificar a cidade e os territórios urbanizados, como fenômenos de organização do espaço coletivo que reflete a estrutura econômica, social e política, observando-se os usos do solo urbano, tipologias, organização e suas edificações, bem como reconhecer os usos dos espaços centrais, como avenidas e praças, e como estes restaram consolidados.

Enfim, pretende-se compreender o Planejamento, como processo focalizado nos seus diferentes componentes, a saber, o contexto histórico e seus instrumentos, objetivando, através do estudo do lugar, caracterizar e diagnosticar as transformações urbanísticas e o que foi preservado.



## 1 A AÇÃO DO ESTADO NA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO RIO GRANDE DO SUL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

O início do século XX é marcado, no cenário internacional, pela importância crescente da ciência para a indústria e pela disputa de áreas de influência e de mercados por parte dos países europeus – uma das causas, pois, da Primeira Guerra Mundial.

No Brasil, com o fim do Segundo Reinado e com a Proclamação da República, os militares assumem papel preponderante na vida política, com predomínio ideológico do Positivismo de Augusto Comte. No plano político, revoltas regionais geram instabilidade à unidade nacional. O País assiste à consolidação do regime republicano e à instituição da “Política do Café com Leite”. No plano social, político e econômico, o incremento da imigração e a formação do mercado interno urbano encontram o primeiro Presidente civil.

O Rio Grande do Sul, à época, já contava com uma agricultura diversificada, uma economia auto-suficiente e uma incipiente indústria de produtos agrícolas. Para Günter Weimer,<sup>30</sup>

Os anos que precederam à I Guerra Mundial trouxeram uma conjuntura muito favorável ao desenvolvimento industrial: a demanda de produtos alimentícios no mercado internacional fez com que os preços subissem e a indústria da guerra trouxe dificuldades às importações. Por um lado, a situação propiciou a acumulação de capitais e, por outro, demonstrou a debilidade do modelo econômico em sua dependência do exterior. Isso levou a um espetacular desenvolvimento industrial. O número de empresas em 1910 duplicou até 1915 e triplicou em 1919.

Com o fim da Guerra e com a recuperação da economia europeia, houve uma diminuição na procura dos artigos produzidos no Estado, o que irá gerar uma crise principalmente no setor de criação e de abate de gado, que havia se endividado para

---

<sup>30</sup> WEIMER, Günter. *A vida cultural e a arquitetura na República Velha rio-grandense 1889-1945*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 121.

modernizar os seus métodos de produção – a saída foi, então, voltar-se às áreas urbanas e ao comércio.

No Brasil, o crescimento e a renovação das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo tornavam-se realidade, com a introdução da energia elétrica, o surgimento da periferia urbana e as campanhas sanitárias. Nas construções e nos costumes urbanos, a influência é da *Belle Époque*, com rejeição das elites à cultura popular. Percebe-se a expansão da imprensa e das casas de teatro e de cinema. No mesmo período, cresce em importância a participação dos imigrantes no pequeno comércio, na indústria e na agricultura.

A ideologia em voga era positivista, da qual os militares e políticos brasileiros que proclamaram a República, em 1889, estavam fortemente influenciados, o que acabou se refletindo no espaço urbano. Para parte das elites brasileiras, o Positivismo representava a Modernidade e justificava meios autoritários para alcançá-la.

A acumulação de capitais que gerou o crescimento econômico propiciou o desenvolvimento arquitetônico e urbanístico presentes na qualidade das edificações e na sofisticação dos detalhes. Os modelos a serem imitados, porém, não estavam presentes. Muitas idéias foram trazidas do passado e outras, de lugares fisicamente distantes, no continente europeu.

A cidade passa a ser vista como lugar de Modernidade e de progresso<sup>31</sup>, identificada com o planejamento e com a racionalidade, em oposição ao mundo rural, vinculado ao atraso.

Neste contexto, há uma lógica na ação do Estado no que se refere à gestão, à construção e à apropriação do espaço urbano, notadamente no Rio Grande do Sul, em que a influência positivista foi marcante no início do século XX. É o que se procurará explicar a seguir.

---

<sup>31</sup> As disputas eleitorais evidenciam esse dilema crítico na História do Brasil: o próprio bem-estar da população deve ser tutelado pelas elites e pelo Estado para que se efetive dentro da Ordem e do Progresso. Ver: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. (Org.). *O Brasil República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

## 1.1 A REPÚBLICA E O PENSAMENTO DA ÉPOCA

A Proclamação da República no Brasil foi um movimento que colocou, lado a lado, a elite cafeeira e os militares positivistas. Com um discurso a favor do Federalismo, os cafeicultores procuraram apoio nas elites regionais.

Nas últimas décadas do século XIX, o regime monárquico viveu um processo constante de crise, refletindo o surgimento de novos interesses no País, associados à elite cafeeira, aos militares, às camadas urbanas e aos imigrantes, que representavam a nova força de trabalho. O movimento que eliminou a Monarquia no País foi comandado pelo Exército, associado à elite agrária, particularmente os cafeicultores do oeste paulista.

Desde a fase da autonomia, a pressão exercida pela Inglaterra no sentido de suspender o tráfico de escravos vinha crescendo e ficou registrada em acordos internacionais. A Revolução Industrial havia derrocado as formas superadas de trabalho artesanal nas corporações e, depois, nas manufaturas. Condenava também o regime escravista, pressionando a sua substituição pelo de trabalho livre, assalariado. Para o Brasil da segunda metade do século XIX, isso se traduziria em uma disponibilidade de recursos e de capitais transferidos em boa parte para as atividades urbanas e manufatureiras. Neste universo, aumenta em número e em força a classe média. Amplia-se o trabalho livre, diversifica-se a atividade comercial, cresce o aparelho do Estado, fazendo com que os orçamentos passem a ser insuficientes. Tudo isso desemboca em choques e em contradições que se aprofundam.

A orientação partidária se altera. Novos programas surgem. A idéia republicana e o movimento federativo começam a despertar interesse. Com a Guerra do Paraguai, a questão do trabalho escravo e a questão militar conjugam-se. É organizado um partido político, o PRP – Partido Republicano Paulista – que não apenas defendia o ideal republicano mas também o Federalismo que garantiria a autonomia estadual. Foi desta maneira que a elite cafeeira procurou conquistar o apoio dos setores urbanos, de diferentes classes e das elites regionais.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

Apesar de dividido em facções, os republicanos históricos, chamados evolucionistas, eram predominantes e defendiam mudanças graduais, sem a participação popular no movimento, procurando marginalizá-la não só da ação mas principalmente da construção de um novo modelo político. Por isso, eram admitidos pelos monarquistas, já que defendiam o respeito à ordem pública. Muitos eram cafeicultores e alguns ainda possuíam escravos. Julgavam que chegariam ao poder, disputando as eleições com os partidos tradicionais e reconheciam a enorme importância que tinha o Governo como instrumento de ação econômica.

Os militares, por sua vez, haviam angariado grande prestígio após a Guerra contra o Paraguai, momento a partir do qual o Exército passou a se estruturar, destacando a importância das Escolas Militares, que foram responsáveis pela formação ideológica da maioria dos soldados das grandes cidades, a partir da ideologia positivista, que se desenvolveu na França e que ganhou o mundo ocidental, tornando-se predominante já no final do século XIX.

A denominação *Positivismo* vem da obra de Augusto Comte, *Filosofia Positiva*, em que o autor faz uma análise sobre o desenvolvimento de seu país ao longo do século, atribuído à indústria e à elite industrial (grupo considerado esclarecido e capacitado) a responsabilidade pelo progresso econômico – elas deveriam ser também responsáveis pelo controle do Estado.<sup>33</sup> Para Comte, à elite cabia governar, enquanto ao povo caberia trabalhar, pois só o trabalho em ordem é que pode determinar o progresso. Daí o lema de sua filosofia, escrito, aliás, pelos militares brasileiros na Bandeira Nacional após o 15 de novembro.

De acordo com Ivan Lins,<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> Segundo o Dicionário de Ciências Sociais, o termo Positivismo designa o conjunto das concepções de A. Comte (1798-1857); tem sua origem no que Comte considera a fase final do entendimento humano. Comte formula uma série de princípios para a ciência natural e busca constituir uma ciência humana baseada nesses mesmos princípios. Irá chamar em um primeiro momento de Física Social. Toma os fenômenos sociais como determinados por leis naturais invariáveis, da mesma forma como se imagina que se comportam fenômenos físicos. (SEFFNER, Fernando. Presença das idéias positivistas nas Histórias de Municípios do RS. *Ciências & Letras*, n. 18, 1997. p. 147)

<sup>34</sup> LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. p. 35-36.

Desde 1850 haviam começado a repercutir abertamente na Escola Militar do Rio de Janeiro, as doutrinas comtianas. [...] Tornaram-se, desde então, no Rio de Janeiro, dia a dia mais numerosas as dissertações positivistas apresentadas aos seus principais estabelecimentos de ensino: Colégio Pedro II, Escola Militar, Escola da Marinha, Escola de Medicina e Escola Politécnica, encontrando repercussão até fora dos meios de ensino. (...) Já em 1868 fundava Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, uma sociedade para o estudo do Positivismo.

Ainda, de acordo com Lins, há um plano de instrução primária que visava fazer desaparecer “crenças funestas, contos fantásticos, práticas supersticiosas que então circulavam na sociedade, dando a medida do seu estado de ignorância, e que, ao exaltar a imaginação do homem, lhe enfraqueciam o espírito, o coração e o caráter, criava pusilânimes de moral doentio”.

Durante o Governo Provisório, encabeçado pelo Marechal Deodoro, o País conheceu um processo de modernização institucional, destacando-se a separação entre Estado e Igreja, sendo que muitas funções civis, até então controladas pela Igreja Católica, passaram para o Poder Público. Ao mesmo tempo, os Deputados elaboravam a nova Constituição, que foi promulgada em fevereiro de 1891, consagrando em seus pontos fundamentais:

- O Federalismo, que garantia autonomia aos Estados para elaborar a sua própria Constituição, eleger o seu Governador, realizar empréstimos no exterior, decretar impostos e possuir suas próprias forças militares;
- O Presidencialismo, em que o Chefe da Federação seria o Presidente da República, com poderes para intervir nos Estados quando houvesse uma tendência separatista, invasão estrangeira ou conflitos entre os Estados;
- O Regime Representativo, em que o Presidente da República e os Governadores Estaduais, assim como todos os membros do Poder Legislativo, em todos os níveis seriam eleitos diretamente pelo povo, excluídos os analfabetos, as mulheres, os soldados, e os menores de idade.

Promulgada a Constituição, Deodoro da Fonseca foi eleito pelo Congresso Nacional, em uma votação marcada por ameaças de intervenção militar. Durante o seu Governo a crise política agravou-se, marcada, por um lado, pelo autoritarismo e pelo centralismo de Deodoro; por outro, pela oposição exercida pelos grandes fazendeiros através do Congresso Nacional,

apoiados por parte do Exército. Sem apoio social e sofrendo forte oposição da Marinha, Deodoro não conseguiu manter-se no poder, renunciando<sup>35</sup>.

O Governo de Floriano Peixoto, sucessor de Deodoro, foi marcado pelo apoio do Congresso Nacional ao Presidente, que, apesar de centralizador e autoritário, governou para fazer valer a Constituição recém-promulgada e consolidar a República. Do ponto de vista econômico, herdou a inflação provocada pelo “encilhamento”<sup>36</sup> e executou timidamente medidas protecionistas em relação à indústria, assim como a facilitação ao crédito, com a preocupação de controlar a especulação. Do ponto de vista político, reprimiu as principais revoltas que ocorreram no País: a Revolta da Armada e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.

O fato de ser encarado como responsável por consolidar a República não significa que o seu Governo tenha sido marcado pela estabilidade. Neste sentido, ocorreram várias manifestações contrárias ao seu Governo. A principal rebelião regional ocorreu no Rio Grande do Sul, em que a luta pelo poder colocou frente a frente os pica-paus, “republicanos históricos” liderados por Júlio de Castilhos, e os Maragatos, liderados pelo antigo monarquista Silveira Martins, do Partido Federalista. Estes eram defensores de uma reforma constitucional, pretendiam o Parlamentarismo e opunham-se ao Governo de caráter ditatorial de Júlio de Castilhos. Floriano, que necessitava do apoio da bancada gaúcha no Congresso, pendeu para o lado dos pica-paus, apesar de Castilhos ter apoiado o golpe de Deodoro em 1891.

Com a Proclamação da República, em 1889, alguns significados político-administrativos são alterados, inclusive em relação à organização urbana.<sup>37</sup> Até então, a sede

---

<sup>35</sup> IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil Moderno*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 96.

<sup>36</sup> “Na corrida de cavalos, a iminência da largada era indicada pelo seu encilhamento, isto é, pelo momento em que se apertavam com as cilhas (tiras de couro) as selas dos cavalos. Por analogia, chamou-se “encilhamento” à política de emissão de dinheiro em grande quantidade que redundou numa desenfreada especulação na Bolsa de Valores. Em 1891, Rui Barbosa se deu conta do caráter irreal de sua medida e tentou remediá-la, buscando unificar as emissões no Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. Mas a demissão coletiva do Ministério naquele mesmo ano frustrou a sua tentativa.” Disponível em: <[www.culturabrasil.pro.br/republicavelha.htm](http://www.culturabrasil.pro.br/republicavelha.htm)>. Acesso em set. 2004.

<sup>37</sup> “Durante o Império, a liderança do estamento latifundiário-pecuarista na Política e na Economia fez com que o significado das cidades fosse relativamente pouco relevante. As mesmas eram poucas e pequenas, apresentando uma relativa uniformidade. A República veio modificar este panorama. A centralização política teve por consequência imediata o desenvolvimento das cidades”. [...] Ver: WEIMER, 2003, p. 128.

municipal poderia ser tanto uma vila quanto uma cidade, conforme o seu significado hierárquico eclesiástico e de administração da Coroa. É o que afirma Murillo Marx:

[...] A República, pela sua primeira Constituição, possibilita aos Estados tornarem cidade toda e qualquer sede de Município. Toda sede de unidade autônoma territorial, não importa seu tamanho, população ou riqueza, sua posição relativa nas redes urbanas regionais, estará adaptável à categoria de cidade. A distinção institucional entre vila e cidade muda depois de quase quatro séculos de existência, e de indefinição também ou de não correspondência direta entre as qualidades de um centro e o seu posicionamento hierárquico como vila ou cidade. Cai a prerrogativa especial de cidade. Qual seria? Foi desde a Idade Média, constituíram as cidades núcleos não-dependentes ou tributários de um poder regional delegado ou de senhores de terra; foi a de se subordinarem diretamente à Coroa, ao poder central, em tese, à autoridade maior. Isso quanto à faceta temporal das instituições, porque quanto à faceta espiritual, e correspondentemente, a distinção era nítida. Somente numa cidade é que a cadeira de um bispo — delegado direto papal — poderia ser instalada; somente numa cidade poderíamos encontrar uma Igreja da Sé. Apenas numa cidade um bispo poderia residir e tratar do seu quinhão importante da administração eclesiástica e, indiretamente, da civil. [...] <sup>38</sup>

É importante lembrar que, até a Proclamação da República, Igreja e Estado estavam unidos. Foi o período em que as aglomerações urbanas foram constituindo-se, sobretudo na faixa litorânea do País, passando a reunir condições para a realização das atividades agrárias, ao possibilitar uma transformação da relação hierárquica entre campo e cidade. Se antes esta dependia daquele, agora é o campo que depende dos aglomerados urbanos, e que passam a materializar condições para a realização da atividade agrária, como as beneficiadoras de cereais, as revendedoras de instrumentos de trabalho, os bancos, transportadoras, dentre outras <sup>39</sup>.

A notícia da Proclamação da República chegou ao Rio Grande do Sul através de um telegrama de Quintino Bocaiúva, um dos líderes do movimento republicano no centro do País, à redação do jornal *A Federação*, fundado pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR), em 1884. Teve início a partir de então um período de profunda instabilidade institucional e política, expressa no ‘sobe e desce’ de Governadores, na derrubada de funcionários públicos de seus postos e na disseminação da intransigência. O PRR continuava, pois, minoritário e precisou impor o seu domínio político.

<sup>38</sup> MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Nobel; 1991. p. 89.

<sup>39</sup> ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, Iná Elias de; Costa GOMES, Paulo Cesar da; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 197-244.

No interior do Partido, Júlio de Castilhos afirmou-se progressivamente como liderança. Nesse processo de construção de um novo pólo de poder, Castilhos contou com o apoio, sobretudo, dos Governos de Marechal Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto, da oligarquia cafeeira paulista, do Exército Nacional, dos positivistas religiosos, dos grandes comerciantes e financistas urbanos sul-rio-grandenses, especialmente de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.<sup>40</sup>

Dentre as principais novidades institucionais trazidas pela nova República e previstas na Carta Federal promulgada no Rio de Janeiro em 24 de fevereiro de 1891, estava a consignação aos Estados Federados do direito de promulgarem as suas próprias Constituições com autonomia.

No Rio Grande do Sul, foi instalada a Assembléia Constituinte, em Porto Alegre, na Rua Duque de Caxias, que daria origem à primeira Constituição gaúcha, promulgada em 14 de julho daquele ano. Castilhos foi indiretamente eleito Presidente do Estado e a Constituinte convertida em Assembléia ordinária.

Muitos foram os pontos polêmicos dessa Carta, com destaque para os mecanismos de intervenção do poder estadual nos Municípios, supressão do conceito liberal de separação dos poderes e possibilidade de reeleição indefinida do primeiro mandatário do Governo estadual e dos Chefes dos Executivos Municipais. De fato, a Carta castilhista era uma fonte de poder disposta nas mãos do governante.

Para Günter Weimer, sem qualquer pudor, Júlio de Castilhos apropriou-se da proposta de Constituição elaborada pelo Apostolado Positivista do Rio de Janeiro, substituiu alguns termos e a apresentou como sendo de sua autoria. Assim, institucionalizou uma política de Estado que conhecemos como *castilhismo* que define por 40 anos a vida política no Rio Grande do Sul. Desta maneira, a inspiração positivista no Governo do Rio Grande do Sul, durante a Primeira República, representou uma ditadura civil assentada em valores religiosos, que, por sua vez, deviam basear-se na ciência e não no fetichismo típico das sociedades primitivas. O fato de a República ter sido proclamada pelos militares parece contradizer o ideal positivista, pacífico por natureza e avesso ao espírito militar. Contraditórios, porém,

---

40 AXT, Günter. *O Poder Judiciário na sociedade coronelista gaúcha (1889-1930)*. Disponível em <<http://www.tjrs.jus.br/institu/memorial/artigojustica.php>>. Acesso em: jul. 2007.

nossos militares republicanos eram realmente militares atípicos, formados na Escola Politécnica e na Escola Militar, para serem bacharéis fardados <sup>41</sup>.

Além desta aparente contradição entre Militarismo e Positivismo, deve-se observar que a doutrina de Comte era perfeitamente a favor da ditadura. Na visão dos positivistas, um Governo entregue às ‘discussões infundáveis’ de políticos profissionais ou atrelado ao poder da Igreja não poderia sustentar-se sobre bases sólidas. Somente os indivíduos dotados de grande cultura geral, de grande discernimento científico e objetividade, é que poderiam governar bem uma Nação. Com esta visão, não parecia importar, para os positivistas, o fato de que a ditadura implica tolher as liberdades individuais. <sup>42</sup>

O envolvimento de militares importantes no Positivismo indicava mais uma tentativa de estes em legitimar as suas próprias idéias com o amparo em uma doutrina estabelecida. É preciso reconhecer que o Positivismo que encontramos no Brasil Republicano era bem diferente daquele idealizado por Comte ou mesmo pelo próprio Benjamin Constant. Isso graças à oposição dos liberais e de outros grupos políticos, pouco dispostos a deixar que os positivistas tomassem conta do Governo Republicano. <sup>43</sup>

Nos primeiros anos da República, o Positivismo foi-se infiltrando entre os militares, os intelectuais, na Constituinte, na imprensa, na literatura, na política e no modo de vida da sociedade.

Segundo Ivan Lins,

Antes de adquirir foros de doutrina rigidamente definida, o Positivismo era, para os gaúchos, o amor da ciência exata – a Matemática, a História Natural, a Química, a Física. E significava também, segundo Guilhermino César, sentimento republicano. O ideal republicano, no Rio Grande, vinha de longe, chegando em pleno Segundo Reinado, a concretizar-se na República de Piratini. Com seu espírito doutrinador veemente e sagaz, soube Júlio de Castilhos aproveitar a paixão republicana que, de longa data, inflamava a mentalidade gaúcha. [...] para a grande maioria dos sul-riograndenses, Castilhos significava ordem e progresso, enquanto o seu antagonista – Silveira Martins, monarquista, chefe do partido liberal, personificava a involução. [...] No ambiente apaixonado da propaganda republicana, Positivismo e República confundiam-se, pelo menos, teoricamente. <sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> WEIMER, 2003, p. 82.

<sup>42</sup> LINS, 1964, p. 182.

<sup>43</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da República*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992. p. 3.

<sup>44</sup> LINS, op. cit., p. 176.

Júlio de Castilhos, nascido em 1860, em uma estância do interior do Estado, graduado Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas de São Paulo, foi o grande defensor do Comtismo no Rio Grande do Sul. Com Júlio de Castilhos, confundem-se Ordem e Progresso, Positivismo e República<sup>45</sup>

Com perfil autoritário, polemista e persuasivo, colocou-se a serviço da República. Interpretou e aplicou os ensinamentos positivistas de Comte, segundo as necessidades determinadas pelas conveniências partidárias que o momento exigia.

A propagação do Comtismo, com sucesso, no Rio Grande do Sul, deve-se em parte à existência de uma extensa fronteira, local de grande concentração de tropas e de um grande número de gaúchos servindo no Exército, o que permitiu que fosse o Positivismo trazido para o Estado por intermédio destes homens que freqüentavam as Academias no Centro do País.

Júlio de Castilhos foi eleito Presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 15 de julho de 1891, sendo deposto em 3 de novembro do mesmo ano, após a queda do Marechal Deodoro da Fonseca da Presidência da República. No ano seguinte, disputa a eleição, sem concorrentes, e é empossado em 25 de janeiro de 1893.

No primeiro período, Julio de Castilhos elaborou a Constituição gaúcha de 1891 com base nos fundamentos da “Política Positivista”, realizando um Governo altamente autoritário. Para o castilhismo, “a origem do poder está no saber e governar é uma questão de competência”. Quando assumiu o Governo do Estado em 1893, possuía grande prestígio pessoal, difundindo e praticando a política positiva de Comte em um sentido centralista, antiliberal, tradicionalista, sendo um reflexo do pensamento da época. Grande articulador fez de Borges de Medeiros o seu sucessor natural, o qual também governou o Estado, seguindo os mandamentos positivistas. Castilhos morre em 1903, vítima de câncer na laringe.

De acordo com a historiadora Sandra Pesavento,

Com a morte do “Patriarca”, Borges de Medeiros assumiu a chefia do Partido, acumulando esta função com a de Presidente do Estado. Iniciava-se um novo período na História republicana do Rio Grande: a do borgismo pós-Castilhos,

---

<sup>45</sup> BAKOS, Margaret (Org.). *Júlio de Castilhos: Positivismo, Abolição e República*. Porto Alegre: IEL; EDIPUCRS, 2006. p.10.

marcado pela condução segura, autoritária, metódica e austera do chefe político. Ao carisma do gênio político de Castilhos, Borges oferecia a energia e a segurança de um administrador que a tudo supervisionava.<sup>46</sup>

No primeiro Governo de Borges de Medeiros, além de empenhar-se na reforma tributária, introduzindo a cobrança de imposto territorial, buscou desonerar a produção e estimular a comercialização dos produtos locais, ao instituir uma política de diversificação econômica. Seu êxito em organizar o Estado e consolidar a obra de Júlio de Castilhos garantiu-lhe a reeleição para um segundo mandato (1903-1907)<sup>47</sup>.

Ao final deste período, Borges afasta-se do Poder Executivo, mantendo a condição de Chefe do Partido Republicano Rio-grandense, indicando como seu sucessor Carlos Barbosa Gonçalves, que governaria o Rio Grande de 1908 a 1912.

O Governo de Carlos Barbosa é marcado pela maior aproximação entre os positivistas políticos e os positivistas religiosos no Rio Grande do Sul. No início de seu mandato, já em 1908, Carlos Barbosa nomeia o engenheiro Carlos Torres Gonçalves para chefiar a Diretoria de Terras e Colonização, que passa a ocupar um papel estratégico na defesa da autonomia estadual, fundamental para o sucesso do projeto político castilhista-borgista. Neste sentido, o PRR pretendia impedir que a política de demarcação das terras indígenas e o assentamento dos caboclos fossem feitos pelos órgãos federais. A nomeação de Torres Gonçalves aliava o interesse político aos requisitos de capacitação profissional para o posto de chefia da Diretoria de Terras e Colonização.<sup>48</sup> A respeito do tema, Ivan Lins assinala:

O engenheiro Carlos Torres Gonçalves, membro da Igreja positivista do Brasil, e amigo de Borges de Medeiros, desempenhou durante vários anos o cargo de Diretor de Terras e Colonização da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul.

---

<sup>46</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Borges de Medeiros*. 2. ed. Porto Alegre: IEL, 1996. p.13.

<sup>47</sup>“Em 1907, ano do encerramento do segundo mandato de Borges de Medeiros, a oposição, com o apoio de Assis Brasil, articulou-se, organizando o Partido Republicano Democrático e apresentou como candidato à Presidência do Rio Grande do Sul, Fernando Abbott. Borges optou por não se candidatar, indicando Carlos Barbosa Gonçalves, médico, natural de Jaguarão. Contando com o voto aberto, com o controle exercido pelas autoridades policiais e com o domínio sobre o processo de apuração, o PRR não teve dificuldades em assegurar a vitória eleitoral de Carlos Barbosa, empossado em 1908. Entretanto, o controle sobre o PRR continuou em mãos de Borges de Medeiros, que fazia articulações com os “coronéis” que dominavam a política dos Municípios.” (PEZAT, Paulo Ricardo. *Augusto Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997. p. 167).

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 284.

Nesse cargo orientou, com o apoio de Borges de Medeiros, a questão da imigração no Rio Grande.<sup>49</sup>

Ao final do mandato de Carlos Barbosa, a oposição não apresentou candidato à Presidência do Estado, permitindo que Borges de Medeiros, com o apoio do Senador Pinheiro Machado, retornasse ao cargo. Lei eleitoral do ano seguinte permitiu que a oposição gaúcha passasse a ter representação na Assembléia dos Representantes e na Câmara dos Deputados, mantendo Borges de Medeiros, todavia, a hegemonia política do PRR.

Ainda em 1913, Borges de Medeiros aprovou o Plano de Viação do Estado, visando com isto fortalecer a infra-estrutura do Rio Grande do Sul e assim promover o desenvolvimento do conjunto de sua economia, fortemente vinculada ao mercado interno nacional.

No espaço urbano, isso se refletiu não só na chamada Arquitetura Positivista – que se reporta aos prédios construídos<sup>50</sup> por aqueles que estavam no poder durante a República Velha (1889-1930)<sup>51</sup> – como também na tentativa de planificação dos novos núcleos populacionais, como foi o caso daqueles constituídos no Norte do Estado, mais especificamente, na região de Erechim, conforme será analisado a seguir.

## 1.2 OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO NORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Como nasce uma colônia? A planta é feita em uma escala pequena. São feitos no papel os desenhos geométricos que orientam os quatro pontos cardeais. No mais atendem às curvas do terreno ou a conformação da terra: a estrada é muito estreita afastada da linha da floresta virgem em alguns quilômetros; a sua direita e a sua esquerda a terra vem dividida em lotes retangulares, geralmente medindo 200-259 de largura e de 1000-1250 de profundidade. [...] No primeiro momento, às vezes por meses, as famílias vivem dentro de um grande barracão de madeira ao centro da colônia, em seguida as famílias recebem o lote de terra.<sup>52</sup>

<sup>49</sup> LINS. 1964, p.194.

<sup>50</sup> Templos positivistas serão mandados construir nas cidades, como Rio de Janeiro e Porto Alegre, onde existem ainda.

<sup>51</sup> WIEMER, 2003, p. 188.

<sup>52</sup> BRUNELLO, Piero. *Pioneri Gli italiani in Brasile e il mito della frontiera*. Roma: Donzelli, s/d. p. 91-92. Trad. livre: *Come nasce uma colônia? Il progetto si fa a tavolino. Si tracciano sulla carta dei segni geometrici orientati verso i quattro punto Cardinali, senza badare troppo alle curve di livello o allá conformazione del terreno: una strada molto stretta detta linha, taglia in línea retta La foresta vergine per alcuni chilometri;*

O processo geral de modernização urbana, verificado principalmente a partir de meados do século XIX, permitiu uma crescente renovação das cidades e dos usos dos espaços públicos.

Entre o final do século XIX e início do século XX, as reformas urbanas realizadas em diversas cidades brasileiras lançaram as bases de um Urbanismo moderno. Obras de saneamento básico e de embelezamento paisagístico foram realizadas em Manaus, Belém, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e, especialmente, no Rio de Janeiro. O objetivo dos administradores à época foi o de contrapor um cenário urbano colonial/imperial a outro posterior, caracterizado, ao menos no plano ideal, pela abertura a novas idéias e atitudes – República/Positivismo.

Há uma espécie de euforia da Modernidade, uma atmosfera de agitação, de turbulência e de expansão das possibilidades de experiência e de destruição de barreiras. Ainda que tal atmosfera se tenha implantado de forma bastante incompleta ou mesmo artificial, ela ajuda a explicar a velocidade pela qual a cidade passou a absorver novos tipos e costumes na virada do século XX.

No urbano colonial e imperial brasileiros, os espaços abertos estavam associados diretamente à Igreja e a seu consistente aparato de vigilância, apesar de ser o ‘único largo generoso ou capaz, ainda que modesto, de abrigar todos do lugar e das redondezas’, como afirma Murilo Marx<sup>53</sup>.

A vigilância cotidiana também se realizava através do forte controle do poder estatal: somente a presença do pelourinho, instituição medieval portuguesa, poderia elevar um povoado brasileiro à condição de vila ou cidade.

Entretanto, as limitações de sociabilidade não se restringiam às praças e aos largos da cidade de então: as ruas, segundo Reis Filho<sup>54</sup>, não apenas apresentavam o aspecto de escassa

---

*Allá sua destra e Allá sua sinistra Il terreno viene diviso in lotti di strisce rettangolari, in genere do 200-259 metri di larghezza e 1000-1250 di profondità.[...] In un primo momento, a volte per mesi, Le famiglie vivono dentro um baraccone di legno al centro della colônia, dopo di Che i capifamiglia ricevono Il lotto di terreno.*

<sup>53</sup> MARX, 1991, p. 143.

<sup>54</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500 - 1720*. São Paulo: Pioneira, 1968. “O conceito de sociabilidade encontra na literatura acadêmica usos diversos. Temos a definição do especialista AGULHON, Maurice. *Historia vagabunda*. México DF: Instituto Mora, 1994 -

largura e grande irregularidade como também não tinham na maior parte dos casos qualquer significado como local de permanência. Definitivamente, pouco se vivia dentro dos perímetros urbanos.

Para Silvio Zancheti, muitos viajantes estrangeiros, que cruzaram o interior do País, foram levados a interpretar as cidades brasileiras como simples pontos de reunião dominical dos latifundiários da área<sup>55</sup>. Já Delgado de Carvalho<sup>56</sup>, ao comentar a falta de dinamismo social nas ruas, aponta para o fato de inexistir, nas elites e nas classes médias, até meados do século XIX, o hábito de sair de casa, exceto a frequência socialmente obrigatória à missa dominical.

A atitude das classes dominantes, até o final da Monarquia, é bastante clara neste aspecto: deixar evidente a profunda diferença para com aqueles que, desprovidos de qualquer nobreza, necessitavam trabalhar com base no esforço muscular. Tal atitude deixará profundas marcas em nossas cidades: durante a maior parte do tempo, serão povoados quase que exclusivamente formados pelas massas de negros escravos em seus afazeres diários.

Para Emília Viotti da Costa, segundo as descrições da época, a maioria dos núcleos urbanos do interior caracterizava-se por um aspecto descuidado, sendo imprecisos os limites entre a zona rural e urbana. Boa parte da população vivia em chácaras cujos limites chegavam à cidade.<sup>57</sup>

Não se pode, contudo, creditar ao modelo de sociedade escravista e ao desenho urbano a insuficiência da vida social nas cidades do Brasil Colonial Monárquico. Preponderava, aqui, uma conduta individual passiva e acomodada voltada à privacidade dos lares. Até porque tal

---

capacidade de viver em grupos e consolidar os grupos mediante a constituição de associações voluntárias; ainda LOUSADA, Maria Alexandre. *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*. 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995. Por sua vez, esta última faz um interessante levantamento das diferentes apropriações deste conceito e conclui que este prevalece sobre grande indefinição. Entretanto, não deixa de dar a sua própria: formas de convívio e de interação exteriores aos quadros elementares e de alguma forma compulsórios da vida social e coletiva". Em ambos os autores, está implícito, pela voluntariedade ou desobrigação, a noção de uso coletivo do tempo livre."

<sup>55</sup> ZANCHETI, Silvio Mendes. A cidade e o Estado no Brasil Colonial: colocações para um debate. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 19, 1987.

<sup>56</sup> CARVALHO, Carlos Delgado de. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

<sup>57</sup> VIOTTI, Emília da Costa. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2007. p. 243.

comportamento não era uma especificidade brasileira; ao contrário, havia-se consolidado na Europa desde o início da Era Medieval, através da difusão do ideário cristão.

A complexidade crescente das cidades e a diversificação social de sua população gerariam, nos últimos anos do século XIX, um novo público. Novos hábitos vão sendo rapidamente incorporados ao cotidiano das cidades brasileiras, ao expandirem-se as formas de lazer e ao refuncionalizarem os espaços públicos, em um processo que alguns autores definem como laicização ou dessacralização da vida cotidiana.<sup>58</sup>

Virgínia Buarque<sup>59</sup> lembra que a própria noção de mundano se altera radicalmente entre o século XVIII e o final do século XIX: de algo ilícito, torna-se aceito e até louvável, dentro do espírito capitalista.

No Brasil, a porta de entrada para estas transformações seria a cidade do Rio de Janeiro. Isto acontece em dois momentos distintos: com a presença da Corte Portuguesa, em 1808, e, no final do século XIX, quando há uma atmosfera particularmente favorável à adoção de modismos europeus, como forma de ruptura republicana com o passado. Assim, o índio, o negro, o mestiço e mesmo o lusitano são vistos como elementos retrógrados, que emperram o progresso.

Neste sentido, tem-se a dessacralização dos espaços públicos e da vida social urbana em geral, impulsionada pelo ambiente da *Belle Époque* e pelos ventos positivistas republicanos, em que há ruptura com o domínio da Igreja.<sup>60</sup> Trata-se, mais do que nunca, de um momento que sinalizará um marco na evolução urbana da cidade.

Ainda sobre o tema, Emília Viotti da Costa refere que:

---

<sup>58</sup> JESUS, Gilmar Mascarenhas de. *Construindo a cidade moderna*. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/257.pdf>>. Acesso em: maio 2007. p. 17.

<sup>59</sup> BUARQUE, Virgínia. *Mundanismo: brisa renovadora*. Moral e Sociedade no Rio de Janeiro (1850-1870). 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

<sup>60</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983. O texto destaca a intolerância de nossa *Belle Époque* para com a cultura popular, e não apenas para com o passado colonial; além disso, a europeização, o cerceamento a festas populares. Índios, ciganos, imigrantes nordestinos e negros são elementos que o projeto de "cidade moderna" é, a princípio, incapaz de absorver.

[...] respondendo ao crescimento do progresso alimentado pela riqueza acumulada no setor importador-exportador, o Estado assumiu a responsabilidade de introduzir “melhoramentos” no espaço urbano, disciplinar a população e adotar medidas sanitárias que aliviassem as periódicas devastações causadas pelas epidemias.<sup>61</sup>

Historicamente, as cidades tradicionais construídas no Brasil possuem características morfológicas assentadas na tradição urbana portuguesa. Dentre elas, podemos citar a lógica das suas localizações, as especificidades topográficas em geral, a relação que estabelecem com o território, a estrutura global da cidade e as suas principais linhas estruturantes, o traçado, a estrutura de bairros, de loteamento e as suas características arquitetônicas.

Para Ana Barbosa, a tradição portuguesa tem como uma de suas características mais importantes a relação com o território, que pode ser observada na escolha de localizações, nas características específicas dos locais selecionados para a sua fundação, na escolha de locais proeminentes para a implantação de edifícios institucionais, na definição das principais vias estruturantes que se inserem simultaneamente em uma lógica territorial e urbana que as articulam, na estruturação global da cidade e na definição do seu traçado, assim como no desenvolvimento de espaços urbanos com características formais específicas<sup>62</sup>.

Em diferentes momentos históricos, há traçados urbanos com características de regularidade que resultaram de processos de planejamento:

[...] as cidades romanas dos séculos I e II, as cidades medievais planejadas dos séculos XIII e XIV, e os traçados regulares quatrocentistas e quinhentistas que evidenciam as novas concepções de espaço renascentista. A partir do século XV começam também a construir-se nas ilhas atlânticas, e a partir do século XVI no Brasil, traçados urbanos regulares, evidenciando as influências daqueles modelos planejados. Os traçados urbanos quinhentistas e seiscentistas brasileiros vão afirmando a crescente regularidade e geometrização do urbanismo de origem portuguesa. Os traçados setecentistas que se desenvolvem quer no Brasil quer em Portugal representam o aparente triunfo e predomínio da racionalidade sobre os outros princípios vernáculos de estruturação urbana.<sup>63</sup>

<sup>61</sup> VIOTTI, 2007, p. 509-510.

<sup>62</sup> BARBOSA, Ana Aparecida. *Cidade e habitação em Minas nos séculos XVIII e XIX*. Disponível em: <<http://www.eesc.usp.br>>. Acesso em: dez. 2004. 3.2 O traçado urbano brasileiro. n. p. SAP 5846 – Habitação, metrópoles, modos de vida.

<sup>63</sup> Ibid. “Por um lado, o desenvolvimento no decorrer do século XVI de novas técnicas de representação gráfica da cidade, através de uma projeção plana, aumentava a tendência para encarar a estrutura de uma cidade como uma abstração e levava a representá-la e a planejá-la de uma forma tão regular quanto possível. Foi também no Renascimento que a construção da cidade passou a ser encarada como parte da disciplina da Arquitetura, passando o desenho da cidade a ser sujeito aos mesmos critérios de rigor de base matemática. Finalmente, o desenvolvimento de novas técnicas de guerra, particularmente da artilharia, levou a que as muralhas das cidades passassem a ser construídas de acordo com regras geométricas rigorosas, que aumentavam as suas capacidades de defesa. Em muitos casos, serão os engenheiros militares que, encarregados do desenho das fortificações, irão também ocupar-se do desenho das cidades. O traçado interno das cidades, acomodando-se à

No século XVIII, são construídas cidades, seja em Portugal, seja no Brasil, com planos absolutamente regulares, concebidos segundo traçados geométricos, a maior parte das vezes ortogonais, onde se expressam alguns dos grandes temas do Urbanismo clássico: a cidade planejada racionalmente na sua estrutura global; ainda, a praça, como elemento central da malha urbana, e os conceitos de planejamento e de beleza urbana, associados à regularidade do traçado e à adoção de modelos arquitetônicos uniformes, os quais devem obedecer a todas as construções de uma rua, de uma praça ou mesmo de uma cidade.<sup>64</sup>

De acordo com Ester Gutierrez, já no final do século XVII, no interior do Brasil, em Minas Gerais, o arraial de Vila Rica teve um desenvolvimento urbano repleto de leis, regimentos, cartas régias, avisos e ordens, observado o sistema adotado em Portugal. Segundo a referida autora, nas cidades, o traçado originariamente apegado ao reticulado tradicional era violentado por circunstâncias que não permitiam a manutenção da ortogonalidade<sup>65</sup>.

No Rio Grande do Sul, a ocupação das terras, no século XVIII, observava como critério de distribuição destas a retribuição a serviços militares prestados. Como destaca Ester Gutierrez, havia, na formação social da povoação do Rio Grande do Sul,

[...] uma hierarquia social rígida. O segmento dominante era formado pelo alto comando militar, tendo a seu lado os sacerdotes; depois vinham os soldados; por último, o povo, formado, nesse tempo, por alguns marítimos e artesãos; havia uns engajados na tropa, além de poucos empregados de comércio, peões, mulheres, índios e escravos. O povo e a soldadesca não receberam terras.<sup>66</sup>

---

forma das muralhas envolventes, viria a ser igualmente desenhado de uma forma rigorosa e geométrica. Portugal teve um papel importante no desenvolvimento destes novos conceitos de cidade. A componente ideológica que associava a cidade regular à boa ordem social estava necessariamente presente na construção do seu Império Ultramarino.

<sup>64</sup> “A ocupação romana do território que hoje corresponde a Portugal decorre a partir do século II a.C. Os princípios urbanísticos da cidade romana de colonização, baseados na regularidade, na racionalidade e na ordem foram também impostos a várias cidades portuguesas: quer a cidades criadas de novo, quer a cidades já existentes e que foram ocupadas e reestruturadas durante o período de ocupação romana. A urbanização romana de Portugal fez-se destes dois modos, através da fundação de novas cidades e através de intervenções em aglomerados já existentes. O modelo urbanístico destas cidades era o das cidades coloniais romanas. Tratava-se de cidades regulares, com uma estrutura ortogonal de ruas e de quarteirões. Duas ruas perpendiculares entre si – o *cardus* e o *decumanus* – constituíam os dois eixos viários principais e as diretrizes fundamentais da cidade. Adjacente à intersecção destes dois eixos, no centro da cidade, localizava-se o fórum, que era ao mesmo tempo centro da vida pública e religiosa, local de reunião e mercado. O fórum concentrava os edifícios dedicados às funções político-administrativas, judiciais, religiosas e comerciais da cidade. As ruas secundárias eram traçadas paralelamente aos dois eixos principais, definindo no conjunto uma malha de ruas ortogonais e de quarteirões quadrados e retangulares. Os equipamentos urbanos, em maior ou menor número conforme a importância e a dimensão da cidade localizavam-se em diversos pontos da malha urbana.” (BARBOSA, loc.cit.)

<sup>65</sup> GUTIERREZ, Ester J. B. *Barro e sangue: mão-de-obra, Arquitetura e Urbanismo em Pelotas. 1777- 1888*. Pelotas: Universitária, 2004. p. 50.

<sup>66</sup> *Ibid*, p.55.

Segundo a autora, entre as vilas e cidades fundadas no Brasil, com traçados regulares, muitas delas foram resultantes de uma política urbanizadora que decorria, ou da delimitação de fronteiras entre Portugal e a Espanha, ou do modo de afirmação do poder do Estado sobre territórios e populações, ou ainda sob o domínio temporal dos missionários. As ordens religiosas – Jesuítas, Franciscanos, Carmelitas, entre outras - haviam sido, desde o início da colonização, um dos principais agentes urbanizadores do interior do Brasil.

Existia uma preocupação com o ordenamento do plano e com o alinhamento de ruas e de fachadas. O rigoroso ordenamento urbano subjacente a estas novas fundações era ao mesmo tempo expressão da cultura racional europeia que se pretendia implantar e a marca do bom Governo.

Para Ana Aparecida Barbosa, a beleza e o ordenamento destas vilas passavam também pela normalização da Arquitetura dos novos edifícios a construir. Nestas novas fundações, uma praça habitualmente quadrada e localizada no centro da povoação constituía o elemento gerador do plano da cidade. Era a partir dela que se definia o traçado das ruas e que se estruturava o conjunto da malha urbana, geralmente segundo um sistema ortogonal. Nesta praça, deveriam também ser edificadas a igreja, a casa de Câmara e a cadeia. Todos os edifícios de habitação deviam ter fachadas construídas de acordo com o mesmo traçado. Por vezes, algumas destas cidades tinham mais de uma praça, destinadas a funções distintas, parecendo afirmar a continuidade da tradição das praças múltiplas nas cidades portuguesas<sup>67</sup>.

Ao longo dos séculos, o Urbanismo seguiu um processo de maior racionalização e, ao mesmo tempo, de crescente abstração relativamente aos espaços em que se implantava. A racionalidade do traçado, expressa na sua absoluta regularidade, secundarizava por vezes a correta compreensão do local e a maleabilidade que até aí tinham caracterizado os traçados urbanos portugueses.<sup>68</sup>

Ainda quanto aos traçados urbanos adotados para a criação ou para a expansão das cidades, seguiam principalmente um modelo quadriculado tanto na América quanto na

---

<sup>67</sup> BARBOSA, 2004.

<sup>68</sup> MOREIRA, Cecília Gaspar. *Fundação e desenvolvimento urbano da Colônia do Sacramento enquanto colônia portuguesa: 1680/1777*. Disponível em: <<http://www.urban.iscte.pt/revista/numero2>>. Acesso em: dez. 2004.

Europa, podendo surgir formas diagonais, ao romper o ângulo reto do traçado predominante; além disso, utilizam técnicas desenvolvidas desde o século XVIII.

Contudo, novos equipamentos serão incorporados à paisagem urbana, entre eles cemitérios, teatros, bibliotecas, escolas, hospitais, ferrovias. Segundo Relph, provavelmente Raymond Unwin foi quem criou o sistema que denominou de “Planeamento da Cidade”, citado em texto publicado em 1909:

De início, o planeamento da cidade foi concebido como meio de oferecer grandes soluções a todos os problemas urbanos, ou pela construção radical para embelezamento da cidade ou pela construção de cidades-jardins completamente novas<sup>69</sup>.

O referido autor também salienta que surgiram reações contra problemas enfrentados na cidade industrial, com destaque para a determinação dos padrões de construção e a reorganização de Paris, por Haussman, no século XIX, com avenidas largas, *boulevards*, parques urbanos, rede de esgotos, mercados, distribuição de água e gás<sup>70</sup>.

O primeiro Plano Diretor de uma cidade foi o de Chicago, de autoria de Burnham<sup>71</sup>, em 1909, posto em prática parcialmente, e que definiu detalhadamente como seria a cidade em um determinado ponto do futuro, estabelecendo objetivos para os quais o seu desenvolvimento poderia seguir. Segundo Relph, a tentativa de racionalizar as transformações

<sup>69</sup> RELPH, Edward. As paisagens comuns da primeira idade da máquina: 1900-1940. In: A PAISAGEM urbana moderna. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 73-90.

<sup>70</sup> Os Planos de Haussmann, para Paris e de Cerdà, para Barcelona, são dois conhecidos exemplos com abordagens diferenciadas dentro do que pode ser chamado de planejamento urbano moderno. Haussmann projeta um esquema que abre passo dentro do tecido medieval de Paris. Cerdà propõe um traçado que envolve o casco antigo de Barcelona, mantendo-o praticamente intacto. (...) Essas propostas mencionadas constituem uma ampla gama de tipos de intervenções na cidade existente dentro da Modernidade. No entanto, embora apresentem aspectos conceituais totalmente novos, podemos verificar que em relação à forma de interferência apresentam poucas novidades em relação ao que se fez no passado, apresentando ineditismo apenas aquelas propostas dependentes de uma tecnologia inexistente em épocas anteriores. O desenvolvimento das cidades se dá, ao longo da história ocidental, a partir da sobreposição de diferentes conceitos, da justaposição de sucessivos pedaços de cidade, de diferenciados tecidos. As intervenções globais ou apenas pontuais possuem sempre a função explícita de sanar problemas especificamente urbanos. GONSALES, Célia Helena Castro. *Cidade moderna sobre cidade tradicional: movimento e expansão*.

Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp292.asp>>. Acesso em: jan. 2010.

<sup>71</sup> Daniel Hudson Burnham (1846-1912), sócio na atividade arquitetônica da Burnham and Root de Chicago, autor do projeto de vários dos primeiros clássicos arranha-céus daquela cidade durante as décadas de 1880 e 1890, e chefe de obras da Exposição Mundial Colombiana, uma das feiras mundiais, realizada em 1893. [...] O Plano de Chicago de 1909 foi de fato a mais importante obra de Burnham. Disponível em: <<http://www.worldwhitewall.com/cidadesdoamanha.htm#28>>. Acesso em: ago. 2008.

na forma urbana por este meio tornou-se, posteriormente, generalizada e quase todas as cidades passariam a ter um Plano Diretor.<sup>72</sup>

Cabe ressaltar também que os principais padrões de planejamento no Brasil, conforme Ribeiro e Cardoso<sup>73</sup>, apresentam quatro momentos principais, tendo em conta as conjunturas teórico/políticas da questão social e a representação do elemento urbano nesses padrões, ressaltando-se assim o nacionalismo – ideologia populista – e o desenvolvimentismo – com caráter de modernização. Apresentam, pois, o desenvolvimento do Urbanismo de acordo com tal periodização.

No presente trabalho, que tem por objeto de estudo a cidade de Erechim nas primeiras décadas do século XX, interessa particularmente a denominada “Primeira República” (1889-1930).

Para lidar com a nova realidade, com o crescimento das cidades e com a explosão demográfica européia, há uma preocupação em reorganizar os espaços urbanos, notadamente o centro das cidades, com a abertura de avenidas retilíneas e com estímulo à imigração. Sobre isso Luiza H. Iotti comenta:

O fenômeno migratório que, no final do século XIX e início do século XX, movimentou milhares de europeus em direção à América, vinculou-se às mudanças estruturais que ocorriam no mundo ocidental, em decorrência da expansão do capitalismo, e às novas formas de produção que então serão adotadas<sup>74</sup>.

É nesta perspectiva que as intervenções urbanas se voltam para as reformas que tentam tirar da cidade toda a associação ao índio e ao negro, ao antigo e ao atrasado. Buscavam, em tal medida, identificar-se com o modelo europeu, ‘civilizado’.

A imigração<sup>75</sup> italiana, ocorrida no Rio Grande do Sul, a partir de 1875, inseriu-se em tal contexto. Foi um movimento populacional que se desencadeou a partir do interesse tanto do Governo brasileiro quanto do italiano. No caso da Itália, a emigração vinculou-se,

---

<sup>72</sup> RELPH, op. cit., p. 55-56.

<sup>73</sup> RIBEIRO, Luis César de Q.; CARDOSO, Lúcio Adauto. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luis César de Q.; PECHMAN, Robert (Org.). *Cidade, povo e Nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 53-78.

<sup>74</sup> IOTTI, 1996, p. 17.

<sup>75</sup> O termo *imigração* designa o deslocamento de indivíduos, enquanto que o termo *emigração* foi aplicado para o deslocamento considerado sob a perspectiva do Estado de origem.

inicialmente, ao descarte da população pobre, expulsa do processo produtivo, em função do desenvolvimento de relações capitalistas de produção, efetivado pelo recém-instaurado Estado unitário.<sup>76</sup>

Um dado importante para se entender as mudanças que ocorriam no Brasil foi o aumento da população nos principais centros urbanos. Em 1872, o Brasil tinha 9,9 milhões de habitantes, número que passou para 17,4 milhões em 1900 e para 30,6 milhões em 1920, segundo dados dos censos oficiais – neste sentido, a contribuição da imigração estrangeira foi expressiva. Em 1920, os estrangeiros constituíam cerca de 52% da população adulta da cidade de São Paulo<sup>77</sup>. Já, no Rio de Janeiro, no período de 1890 a 1900, a população passou de 522.651 para 691.565, uma taxa de crescimento de 33% , o que correspondia a 3% ao ano.<sup>78</sup>

Em Porto Alegre, a realidade não era diversa. A cidade, no final do Império, ainda pequena, apresentava muitos problemas, entre eles as epidemias. Segundo Sandra Pesavento, havia 16.900 habitantes em 1848; 18.465 em 1858; 43.998 em 1872 e 52.421 em 1890. Em 1900, a população passa para 73.647 e, em 1920, 179.263.<sup>79</sup>

Conforme a referida autora, já na época do Império, algumas medidas haviam sido tomadas com relação ao espaço urbano, nos Códigos de Posturas Municipais, com processos de saneamento e de ajardinamento. Com efeito, o crescimento da cidade exigia a instalação de um sistema de transporte público, de iluminação, de recolhimento de lixo urbano, de estabelecimento de multas para algumas infrações.

O fato é que a reforma modernizadora iria criar uma cidade bela, organizada e higiênica. O ideal que orienta este modelo tem relação com o pensamento positivista, como assevera Pesavento:

Seria preciso, no final do século, que uma nova geração, estruturada em torno dos ideais republicanos e inspirada nas elites de Augusto Comte, estabelecesse um novo sistema de idéias e imagens de representação coletiva que fizessem da “cidade

---

<sup>76</sup> IOTTI, op. cit., p. 17.

<sup>77</sup> REZENDE, Antonio Paulo. *Rumos da História*. São Paulo: Atual, 2001. p. 497.

<sup>78</sup> SEVCENKO, 1983, p. 52.

<sup>79</sup> PESAVENTO, 2002, p.254 e p. 263. A capital do Rio Grande do Sul experimentava um crescimento populacional significativo. Deveu-se provavelmente, ao desenvolvimento do complexo colonial imigrante que fizera da capital do Estado o núcleo escoador de produtos que eram exportados para o centro do País. A ampliação dos negócios e das oportunidades de emprego converteu a cidade em um pólo de atração da zona colonial, implicando uma certa migração campo-cidade.

moderna” o bem simbólico de referência. Contudo, mesmo um projeto que passasse pela construção de um mito de progresso e, portanto, voltado para o futuro, teria de lidar também com o peso do arquétipo rural.<sup>80</sup>

Vale recordar que o Estado considerava a propriedade uma função pública ou social e não um direito individual. O primeiro plano geral de viação do Rio Grande do Sul foi organizado em 1913, aprovado pelo Decreto n. 11.958 de 19 de abril daquele ano, em que o Governo contemplou de igual modo as estradas de rodagem, a rede férrea e a navegação fluvial e portos, apresentando uma proposta estatizante e intervencionista.

Em algumas áreas, o tecido urbano, totalmente consolidado, levou a transformações lentas, sem uma ruptura brusca e geral e sem o desaparecimento total dos elementos estruturadores originais.

É evidente que a forma de ocupação do espaço não determina as relações sociais, porém com certeza influi na qualidade das interações humanas. Assim, as mudanças no espaço urbano acabam se refletindo no processo das relações sociais. Na tipologia tradicional, está a rua, a casa e o quintal: o quintal é o fora, mas também é o privado, o lugar aberto, mas de intimidade e invisibilidade, uma extensão da casa. É também o lugar da natureza – natureza aculturada, no entanto, manifesta; a rua é o lugar aberto, como domínio oposto ao da casa – é o lugar do público, do social, do visível.<sup>81</sup>

No início do século XX, quando novos valores ganharam força na sociedade brasileira, a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, era um pólo irradiador de cultura para as outras cidades do País, local em que as novidades européias chegavam em primeiro lugar.

O Rio vivia uma situação privilegiada, pois contava com as sedes de várias instituições de grande importância, como o Banco do Brasil, além de outros bancos nacionais ou

---

<sup>80</sup> Ibid., p. 261.

<sup>81</sup> Contudo, nos setores da zona em estudo mais afastados do centro, a exigência de recuos e a fusão de lotes vão alterando a “imagem” do quarteirão. O grau de indefinição formal e psicológica dos espaços públicos é crescente. Por outro lado, os recuos – que na concepção moderna deveriam se fundir com o espaço da rua conformando um espaço unitário – transformam-se em espaços residuais, não há uso efetivo, social. Servem somente como elemento de privacidade, afastando o habitante da rua e a rua do habitante – afastamento agravado ultimamente pela proliferação de grades. Se o espaço urbano é o espaço coletivo e das relações humanas por excelência, o espaço da vida da cidade, a mudança do caráter formal desse “lugar” necessariamente influenciará nos comportamentos ali ocorridos. (CASTRO GONSALES, Célia Helena. *Cidade moderna sobre cidade tradicional: conflitos e potencialidades*. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arquitextos/>. Acesso em: set. 2004).

estrangeiros, a Bolsa de Valores, já que o Distrito Federal polarizava as finanças nacionais. O Rio também era o núcleo da maior rede ferroviária do País, o principal porto, a capital do Brasil, sendo também a maior cidade brasileira a oferecer mercado consumidor e mão-de-obra às indústrias <sup>82</sup>.

A cultura da Modernidade<sup>83</sup>, predominante na *Belle Époque*<sup>84</sup>, porque eminentemente urbana, tem na cidade o local de consolidação da nova ordem mundial, tornando-se, ela própria, tema e sujeito das manifestações culturais e artísticas <sup>85</sup>. Na cidade, é onde as coisas acontecem e é o lugar da construção da Modernidade.<sup>86</sup>

Promover a industrialização imediata e a modernização do País era a meta da nova elite republicana. Embora com essa tentativa de modernização e de europeização do Brasil por parte das elites nacionais, o País vivia inúmeros contrastes que, na opinião dessas pessoas,

---

<sup>82</sup> SEVCENKO, 1983, p. 27.

<sup>83</sup> Na lógica da Modernidade a História humana é identificada a um processo de emancipação, a uma evolução que, a termo, conduz à realização de ideais. Tudo muda, tudo deve mudar, tudo deve ser superado, e o valor reside justamente lá onde se encontra a última superação. (SANTOS, Francisco Coelho. *O acaso das origens e o acaso das finalidades*. Porto Alegre: EDIPUCRS, [2000]. p. 25)

<sup>84</sup> A *Belle Époque* é o período caracterizado pela expressão de grande entusiasmo vinda do triunfo das conquistas materiais e tecnológicas, como a luz elétrica e o telefone, entre outras invenções, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX. A época é também marcada pela ampliação das redes de comércio internacional e pela crença de que o progresso trazido pelas mais diversas máquinas resolveria todos os problemas da Humanidade. As cidades tornam-se o local privilegiado desse momento, em que o otimismo predomina. Elas passam a se modernizar esteticamente com o objetivo de se tornar mais progressistas e civilizadas, termos comuns no período. O marco dessa busca é a grande reforma urbana implementada, em Paris, pelo Barão Georges Eugène Haussmann, entre 1853 e 1869, que transformou a cidade em modelo urbano do período. (BONAMETTI, João Henrique. *A arquitetura eclética e a modernização da paisagem urbana brasileira*. Disponível em: <<http://www.fap.gov.br>>. Acesso em: ago. 2007).

<sup>85</sup> A variedade de produtos e equipamentos e a velocidade com que as inovações invadiram o cotidiano das pessoas caracterizaram essa época, que assistiu a novidades como novos meios de transportes, a eletrificação, indústrias químicas, controle de doenças. Todos estes fatores estavam a alterar profunda e irreversivelmente a sociedade de então. Por volta de 1900 o poder da tecnologia estava muito além do que qualquer outro século jamais sonhara. Não havia precedente histórico para o que se passava que despertou uma espécie de otimismo. (FERREIRA, Fábio. *O Projeto da Cidade Republicana*. Disponível em: <<http://www.revistatemalivre.com>>. Acesso em abr.2007).

<sup>86</sup> SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: HISTÓRIA da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3. Dentro dessa visão de Modernidade, destaca-se o programa de reformas urbanas das grandes capitais européias, que seguiram o grande modelo de cirurgia material e social constituído por Napoleão III, em que se destacou a figura tirânica de Haussmann, o gestor da Paris burguesa e monumental surgida entre 1853 e 1870. Desde a segunda metade do século XIX, a ideia que faziam os governantes da ação urbanística sobre a cidade era primordialmente solucionar os problemas de circulação e saneamento. Já naquela época, em várias capitais européias, inspiradas nas obras do Barão de Haussmann, foram implantados novos projetos de alinhamentos para as ruas existentes, e inúmeras cirurgias – cortes abruptos do tecido urbano – deram origem a novas avenidas. De um lado e de outro dessas vias, foram construídos imponentes prédios destinados a substituir as simplórias e insalubres edificações que ocupavam as áreas a renovar. As desapropriações tornavam-se imprescindíveis e as camadas sociais mais baixas eram virtualmente empurradas pra locais menos nobres, afastadas pelos locais atingidos pelas intervenções.

representavam o atraso. Este conflito estava presente na cidade do Rio de Janeiro, que era o símbolo do Brasil.

A cidade idealizada deveria ser higiênica, linda e ordenada. Ficava nítida a incompatibilidade da estrutura da velha cidade com as novas formas de articulação urbana, impostas pela nova ordem econômica, deixando aberto o caminho para a realização das grandes reformas urbanas que viriam a inserir a cidade e o País nos novos modelos de Modernidade predominantes na Europa do século XIX.<sup>87</sup>

Assim, nos primeiros anos do século XX, os valores da sociedade brasileira, ao menos os de sua elite, buscavam mudar – e muitas dessas alterações refletiam-se no espaço urbano. O País tentava modernizar-se a qualquer custo; a cidade e o espaço urbano eram os símbolos de Modernidade, em oposição ao espaço rural, atrelado ao atraso.

Os defensores da modernização seguiam modelos europeus, pretendendo que o Brasil se modificasse, deixando de ser excessivamente caipira. Neste aspecto, a atuação do Poder Público foi fundamental, tendo sido consequência de sua iniciativa a melhora das condições de higiene, a construção de avenidas, a agilização dos serviços de transporte urbano.

A visão expressa em uma crônica de Olavo Bilac, escrita em 1904, evidencia previsões exageradamente otimistas: “O Brasil entrava – e já era tempo – em fase de restauração do trabalho. A higiene, a beleza, a arte, o conforto já encontraram quem lhes abrisse as portas dessa terra, de onde andavam banidas por um decreto da indiferença e da ignomínia coligadas.”<sup>88</sup>

Contudo, grande parte da população continuava analfabeta, lutando contra a miséria – no Rio Grande do Sul, a situação não era diferente. Conforme Núncia de Constantino, o processo de urbanização, no Estado, é esboçado na primeira metade do século XIX,

---

<sup>87</sup> Como governante da cidade do Rio de Janeiro, Alves escolheu o engenheiro Pereira Passos, diplomado em Matemática pela Escola Militar e com curso de Engenharia na França, que requisitou carta branca para governar o Município. Passos iniciaria, a partir de 1903, um enorme programa de obras, com liberdade de desenvolver um projeto que desse uma imagem cosmopolita ao Rio de Janeiro, nos moldes de Paris.

<sup>88</sup> SEVCENKO, 1998, p. 30.

justamente quando o fenômeno urbano acelera na Europa. Na segunda metade do mesmo século, desenvolve-se na Província a idéia de cidade como estilo de vida.<sup>89</sup>

Mas é com a chegada da República que o fenômeno da urbanização cresce em importância. Para Sandra Pesavento:

Pode-se dizer que a República gaúcha de inspiração positivista, de uma certa forma, colocou a capital do Estado como uma peça central do seu programa de governo. A proposta dos republicanos – de realizar um programa de desenvolvimento global para a economia gaúcha – contemplava as formas de realização do capital não-agrário, que tinham a sua sede na cidade. A cidade é, pois, cenário e lugar de realização da diversificação econômica almejada. Todavia, a proposta não se restringe apenas ao que se chamaria a dimensão material da transformação capitalista no sul, ou seja, a sua modernização. Há uma dimensão cultural e simbólica no projeto de Modernidade que implica a transformação da existência num mundo em mudança e que encontra a sua forma de realização no meio urbano [...]. Na proposta de progresso positivista, a cidade moderna configura-se como uma das imagens simbólicas da Modernidade almejada<sup>90</sup>.

Erechim, situada no Norte do território gaúcho, surge neste contexto. Pouco antes, no final do século XIX, o Brasil tornara-se uma República federativa e o Rio Grande do Sul, um dos seus Estados-Membros. A escravidão recém havia sido abolida e a distribuição de terras passara a ser regulamentada de forma mais organizada. O plantio de trigo se iniciava e o comércio era estimulado com a chegada da estrada de ferro que trazia as serrarias, que, por sua vez, atraíam trabalhadores e suas famílias para novas regiões, como a do Alto Uruguai, no Norte do Estado.

Desde 1809, quando se verificou a primeira divisão administrativa da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, até a criação do Município de Passo Fundo, em 1857, o território, que formaria o Município de Erechim, em 1918, era designado com o nome de Alto Uruguai.<sup>91</sup>

A respeito disso, Ducatti Neto observa:

<sup>89</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. A conquista do tempo noturno: Porto Alegre “moderna”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, 1994. p. 65.

<sup>90</sup> PESAVENTO, 2002, p. 263.

<sup>91</sup> GARCEZ, Neusa Cidade. *Colonização e imigração em Erechim: a saga das famílias polonesas. 1900-1950*. Erechim: Edelbra, 1997. p. 34.

A região do Alto Uruguai, onde está a microregião de Erechim, se insere no Planalto Meridional do Brasil, no Centro-Norte do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Estado de Santa Catarina. As altitudes variam de 400 e 800 metros. Topograficamente apresenta uma grande monotonia com predomínio de basalto, de idade mesozóica (cretáceo inferior, 120 milhões de anos), repousando sobre arenitos paleozóicos, aspecto comum a grande parte do Planalto Meridional brasileiro.

Ao sul apresenta um aspecto de planalto com ondulações suaves. Ao norte, há um maior retalhamento das formas, com vales encaixados e vertentes abruptas com afloramentos basálticos conhecidos como 'peraus'. Em decorrência destes, a erosão fluvial e pluvial torna-se particularmente intensa. Predominantemente esta região do Planalto Alto Uruguai corresponde a vales encaixados em alguns rios ou pequenos cursos d'água que deságuam no rio Uruguai. Estes rios, como o Passo Fundo, Erechim, Várzea, Apauê e Dourado, tem um percurso médio de 100 a 200 km. Correm geralmente de Sul para Norte, nenhum é navegável e todos caracterizam-se pelas corredeiras e quedas d'água. O solo é de cor vermelha-roxo.<sup>92</sup>

O território erechinense inicialmente fazia parte do antigo Mato Castelhana que se estendia desde as barrancas do Rio Pelotas-Uruguai até os campos das Vacarias dos Pinhais. Posteriormente, o território passaria à jurisdição do Município de São Borja, criado em 21 de abril de 1832. Depois, ao Município de Espírito Santo da Cruz Alta, criado em 28 de maio de 1834; a seguir, em 28 de janeiro de 1857, ao Município de Passo Fundo, ficando assim até 30 de abril de 1918 quando foi criado o Município de Erechim.

A criação da colônia de Erechim foi sugerida por Torres Gonçalves, diretor de Terras e Colonização, ao Presidente do Estado, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves; a proposta foi efetivada em seis de outubro de 1908. Para tal, uma Comissão de Terras e Colonização fora incumbida de dirigir a instalação e de efetuar a divisão em lotes rurais. O chefe era o agrimensor Severiano de Souza e Almeida, que tinha como auxiliares técnicos os agrimensores Júlio Werminghoff e Henrique von Schwerin, além do auxiliar de escrita José Garcia Cony.

Segundo Breno Sponchiado, para Torres Gonçalves, os trabalhos ligados à terra tinham por destino imediato o desenvolvimento da ordem na propriedade territorial; os trabalhos afetos à colonização, florestas e agropecuária eram relativos ao progresso, este como o resultado da ação humana. Para tanto se fazia necessário um serviço mais sistemático de Colonização do Estado.<sup>93</sup>

---

<sup>92</sup> DUCATTI NETO, 1981, p. 29-30.

<sup>93</sup> SPONCHIADO, Breno Antonio. *O Positivismo e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

Conforme destaca Núncia de Constantino:

Interessava ao governo de inspiração positivista incrementar a imigração, valorizando o trabalho livre. As zonas de colonização italiana, implantadas em 1875, no final do século passaram a ser cuidadosamente protegidas e incentivadas pelo Governo do Estado. [...] Finda a Revolução Federalista, haviam sido criados órgãos diversificados para coordenar imigração e colonização; a introdução de estrangeiros no Estado caracterizou-se pelo sistema de imigração espontânea em detrimento da subvencionada e, assim, sendo orientada pelas diretrizes expressas nas Teses Financeiras e Econômicas do Partido Republicano Rio-Grandense <sup>94</sup>.

Breno Sponchiado, citado acima, lembra que existia, no Norte do Estado, uma grande área de domínio público muito apropriada à agricultura, cerca de 30.000 km<sup>2</sup> de terras de mato. Havia, também, na época, a procura de terras por parte de agricultores oriundos das antigas áreas de colonização com população agrícola superior a 600 mil pessoas; ainda o, crescimento anual de mais de 15 mil novos agricultores, além da permanente entrada de estrangeiros.

Vale ressaltar que os primeiros anos da gestão de Torres Gonçalves foram mais dedicados aos assuntos de terra, de planejamento e de divisão do que da colonização propriamente dita. Em um segundo momento, passa a implementar as suas idéias em termos de colonização.

É na região de Erechim que Torres Gonçalves fundamenta a sua proposta de criação de uma nova colônia<sup>95</sup>. Contava com a fertilidade do solo e com a grande procura de terras por particulares. A escolha da população para compor esse núcleo urbano será decisivo, como se verá a seguir.

---

<sup>94</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991. p. 127.

<sup>95</sup> Havia, na época, insuficiência de terras disponíveis para a colonização nas únicas colônias de Ijuí e Guarani.



## **2 A ESCOLHA DA POPULAÇÃO DE IMIGRANTES NA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

Nos últimos anos do Império, de acordo com Günter Weimer<sup>96</sup>, o Governo Provincial destinava menos de 1% de seus recursos à colonização. As novas colônias italianas foram ‘deixadas à míngua’ e as alemãs, praticamente liquidadas.

A partir da Proclamação da República, descentralizou-se o encargo da colonização, que passou a ser administrado pelos Estados.

No Rio Grande do Sul, a tarefa coube à Secretaria de Obras. A abertura de novas estradas de ferro impulsionou o processo de colonização, porque facilitou o escoamento da produção agrícola e permitiu a melhoria significativa das condições de vida e de acesso a bens de consumo, por parte dos colonos assentados.

A região do Alto Uruguai, onde está situada a microrregião de Erechim, insere-se no Planalto Meridional do Brasil, no Centro-Norte do Rio Grande do Sul, fronteira com o Estado de Santa Catarina; foi beneficiada por esta política que permitiu a ocupação de vasto território de áreas devolutas, de forma planejada e organizada. Antes dos assentamentos, todavia, este espaço físico já era ocupado por índios e por luso-brasileiros, estes últimos como posseiros.

O presente capítulo busca abordar a presença dos primitivos moradores e a repercussão da chegada dos imigrantes que passaram a ser oficialmente assentados na região.

---

<sup>96</sup> WEIMER, 2003, p. 112.

## 2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA – OS INDÍGENAS E AS TERRAS DEVOLUTAS

Para Enori Chiaparini, em conferência realizada no Arquivo Histórico de Erechim, sob o título “Início de Paiol Grande”,

[...] antes da colonização oficial, as terras devolutas do Estado já eram habitadas pelos índios Kaigangues, pelos bandeirantes paulistas, que acabaram por cruzar-se com os índios, resultando daí o caboclo. Depois, a partir da segunda metade do século XIX, as matas de Erechim começaram a ser invadidas por foragidos, tanto da Justiça como das revoluções, e também por muitos intrusos que tomavam posse das terras do Estado<sup>97</sup>.

Sobre a população indígena que ocupava aquela extensão de terras, Ítala Irene Becker destaca que, nos séculos XVI a XVIII, tinham a denominação geral de Guaianás; no século XIX, de Coroados, e, no século XX, Kaingang. Essa última denominação foi introduzida em 1882, para identificar todas as populações indígenas do Sul do Brasil que não fossem Tupi-Guaranis. Para a autora, a população atual é descendente direta dos grupos do século XIX, conhecendo-se perfeitamente as genealogias correspondentes. Ressalva, todavia, que não está claro se as populações do século XIX derivam, em geração direta, dos grupos que moravam na mesma área, entre os séculos XVI e XVIII, e que eram chamados Guaianás. Supõe que os Kaingang atuais do Brasil Meridional são descendentes desses Guaianás do Sul do Brasil<sup>98</sup>.

De acordo com Tommasino,

A denominação Kaingang só foi introduzida no final do século XIX por Telêmaco Borba. Inicialmente, os Kaingang e os Xokleng foram classificados como uma só etnia com dialetos diferentes. Atualmente são considerados duas etnias com um passado remoto comum que, com a separação histórica, desenvolveram processos socioculturais específicos que os tornaram relativamente diferenciados.<sup>99</sup>

<sup>97</sup> CHIAPARINI apud GARCEZ, 1997, p. 13.

<sup>98</sup> BASILE BECKER, Ítala Irene. *O índio Kaingang no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976. p. 26.

<sup>99</sup> TOMMASINO, Kimiye. *Etnologia*. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang>>. Acesso em: 1 maio 2009. Segundo o linguista Aryon Dall’Igna Rodrigues, a língua kaingang pertence à família jê do tronco macro-jê. A linguista Ursula Wiesemann classificou a língua dos Kaingang atuais em cinco dialetos: (1) de São Paulo (SP), entre os Rios Tietê e Paranapanema; (2) do Paraná (PR), entre os Rios Paranapanema e Iguçu; (3) Dialeto Central (C), entre os Rios Iguçu e Uruguai, Estado de Santa Catarina; (4) Dialeto Sudoeste (SO), ao sul do rio Uruguai e a oeste do Rio Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul; e (5) o Dialeto Sudeste (SE), ao sul do Rio Uruguai e leste do Rio Passo Fundo. Os dialetos diferenciam-se em várias partes de sua estrutura sendo as diferenças mais evidentes as fonológicas.

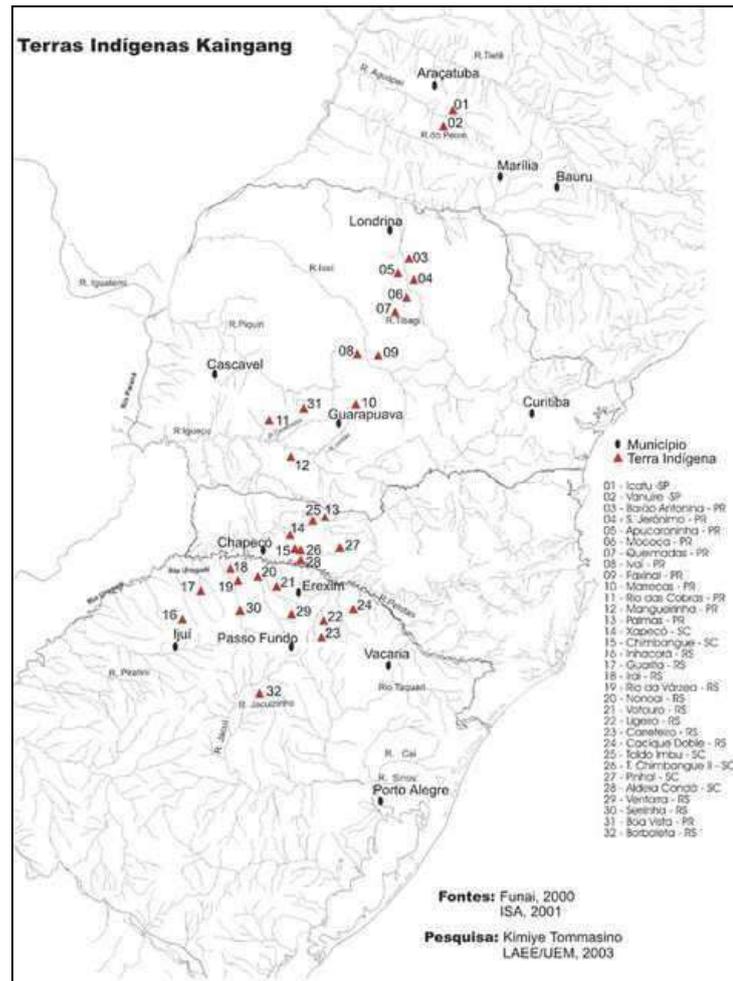
Conforme Ducatti Neto, esses indígenas, no século XIX, eram provenientes da Província do Paraná e estavam confinados na região do Alto Uruguai, para onde foram empurrados pelos colonizadores alemães e italianos da região colonial. O referido autor ressalta a questão dos conflitos com outras tribos em busca de espaço e em constante movimento migratório, convivendo, assim, com duas situações distintas. A primeira, quando entraram em contato com missionários que tinham por objetivo catequizar os índios nas Missões ou Reduções; a segunda, com a realidade colonizadora, que empurrou o índio de seu território e reduziu o seu espaço, restrito a vinte aldeamentos ou postos indígenas na região do Alto Uruguai, entre eles os toldos de Guarita, Nonoai, Campo do Meio, Faxinal e Pontão<sup>100</sup>.

O mapa a seguir permite visualizar as terras indígenas Kaingang ao longo dos três Estados do Sul.

Analisando-se o mapa, observa-se uma grande concentração de grupos na região de divisa entre os dois Estados e às margens dos rios.

---

<sup>100</sup> DUCATTI NETO, 1981, p. 34.



### Ilustração 1 - Terras Indígenas Kaingang

Fonte: <<http://img.socioambiental.org/v/publico/kaingang/>> Acesso em: 4 set. 2008.

Os Kaingang, no século XIX, segundo Ernesto Cassol, ao tratar da Proto-História de Erechim, estavam confinados na região do Alto Uruguai para onde foram empurrados pela ação colonizadora dos alemães e italianos, como referido anteriormente. Segundo o autor, ante disso, as matas de Erechim eram habitadas pelos índios Botocudos, pertencentes ao ramo Meridional da família Jê, que, nos séculos XVI e XVII, foram se estabelecer na zona do Planalto, a Leste de Santa Catarina. Por essa época, século XIX, a região era habitada pelos bugres, índios conhecidos como ‘Coroados’, cujos caciques eram de Nonoi e Cundá<sup>101</sup>.

Segundo Fany Ricardo,

<sup>101</sup> CASSOL, Ernesto. *Histórico de Erechim*. Passo Fundo: SEP/CESE- Instituto Social Padre Berthier. 1979. p. 17-18.

Embora a grande maioria dos índios reduzidos nos séculos XVI e XVII na Província do Guairá fosse da etnia guarani, sabe-se que alguns grupos ancestrais dos atuais Kaingang foram reduzidos em Conceição dos Gualachos, às margens do rio Piquiri, e em Encarnación, às margens do Tibagi. Após terem fugido dos ataques dos bandeirantes paulistas, os jesuítas fundaram novas reduções na Província do Tape, entre 1632 e 1636 (atual Estado do Rio Grande do Sul). Baseando-se em alguns registros históricos, é possível que os Kaingang tenham sido influenciados pela redução jesuítica da Santa Tereza, na região de Passo Fundo. [...] Como foram poucos os que aceitaram viver sob o comando dos jesuítas, os Kaingang viveram livres nas regiões de campos e florestas do Sul do País até o século XIX, quando foram conquistados.<sup>102</sup>

De fato, houve transformação no comportamento indígena em face dessas circunstâncias. Inicialmente, andavam nus, até o contato com os jesuítas. Tinham natureza dócil, pacífica, situação que perdurou até o século XVIII e que foi se modificando após isso, havendo relatos de que, já no século XIX, estariam taciturnos, observadores, menos expansivos e desconfiados.

Sobre o tema, João Cezimbra Jaques afirma:

Uns e outros dificultavam os trabalhos de colonização assaltando as moradas dos lavradores para obter utensílios de ferro e peças de vestuário. Aldeados nas proximidades das novas colônias do posto militar de Caseros, os Kainganges tinham facilidade de obter esses objetos, mas como foi indicado, havia sempre entre eles alguns indivíduos que preferiam recorrer à violência e ao roubo<sup>103</sup>.

Segundo referido autor, a colonização do Alto Uruguai ocorreu de forma pacífica porque, na época da fundação da Colônia, – início século XX – os indígenas eram em pequeno número, pacificados e assentados em toldos ou postos.

Em artigo publicado pelo Instituto Socioambiental, há referência de que:

Apesar de todas as guerras dos Kaingang para expulsar os brancos, os caciques foram vencidos um a um e aceitaram fixar-se nos aldeamentos definidos pelo governo, sob pena de serem exterminados, como de fato alguns o foram. Simultaneamente ao aldeamento, os territórios foram sendo ocupados pelas fazendas e a colonização nacional foi se consolidando nas décadas seguintes. No final do século XIX, pode-se dizer que todos os grupos tinham sido conquistados, com poucas exceções.

A estratégia que garantiu a eficácia da conquista indígena foi a de transformar os grupos aldeados em forças militares a serviço da conquista. Não só

<sup>102</sup> POVOS indígenas no Brasil. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang>>. Acesso em 1 maio 2009.

<sup>103</sup> JAQUES, João Cezimbra. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia, 1912. n. p.

instrumentalizaram-se das inimizades já existentes entre os diferentes caciques como multiplicaram e potencializaram essas inimizades. O fato de um grupo aliar-se ao branco produzia a dissidência com todos os grupos resistentes, que eram perseguidos implacavelmente.<sup>104</sup>

Relativamente às populações indígenas, as duas primeiras décadas seguintes à Proclamação da República foram marcadas pela omissão governamental tanto em nível estadual como federal. Somente no final dos anos 20 foi delineada uma política oficial para proteger os indígenas do possível extermínio e da marginalização. Esta política foi traçada por Rondon, com base no seu trabalho de sertanista<sup>105</sup>. Através da criação do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, o Governo Federal fundou postos indígenas e centros de treinamento para a população cabocla. De acordo com Paulo Ricardo Pezat:

A formulação desta nova política indigenista coube principalmente aos positivistas que, baseados no evolucionismo humanista de Comte, propugnavam pela autonomia das nações indígenas na certeza de que, uma vez libertas de pressões externas e amparadas pelo Governo, evoluiriam espontaneamente.

Segundo o modo de ver dos positivistas, os índios, mesmo permanecendo na etapa 'fetichista' do desenvolvimento do espírito humano, eram suscetíveis de progredir industrialmente, tal como, na mesma etapa, haviam progredido os povos andinos, os egípcios e os chineses. Para tal resultado, o que cumpria fazer era proporcionar-lhes os meios de adotarem as artes e as indústrias da sociedade ocidental. Assim, não cabia ao governo qualquer atividade de catequese, que pressupõe o propósito de conversão em matéria espiritual, para o que seria necessário existir uma doutrina oficial, religiosa ou filosófica. O que impunha era, pois, uma obra de proteção aos índios, de ação puramente social, destinada a ampará-los em suas necessidades, defendê-los do extermínio e resguardá-los contra a opressão.

A feição prática da nova política indigenista se assentou na experiência pessoal de Rondon, acumulada em vinte anos de atividades nos sertões de Mato Grosso.<sup>106</sup>

Sobre a política indigenista do Estado, Darcy Ribeiro refere:

Só uma unidade da Federação, o Rio Grande do Sul, criara (1908) um serviço de assistência aos índios para substituir a repartição oficial que, no Império, cuidava do problema. Assim, os índios do Sul tiveram suas terras asseguradas e um mínimo de assistência.<sup>107</sup>

<sup>104</sup> POVOS indígenas no Brasil, maio 2009.

<sup>105</sup> PEZAT, 1997, p. 155. O referido autor observa que: a Constituição sul-rio-grandense de 14 de julho de 1891 viabilizou a mais ampla, radical e duradoura experiência de estruturação política e jurídica de uma sociedade em moldes positivistas, dando forma às instituições sul-rio-grandenses entre 1891 e 1930. Para a elaboração da Constituição, Castilhos inspirou-se no projeto apresentado à Constituinte Federal, havendo trechos praticamente idênticos. Entretanto, a questão das terras indígenas e dos direitos destes povos foram deixados de lado.

<sup>106</sup> LINS, 1964, p. 536.

<sup>107</sup> RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962. p. 7.

Ao nomear Torres Gonçalves como chefe da Diretoria de Terras e Colonização, o Governo Local encaminha uma política indigenista para o Rio Grande do Sul, antecipando-se ao próprio Governo Federal em muitas medidas.

As matas de Erechim, inicialmente habitadas por numerosas tribos de índios, foram sendo invadidas por forasteiros durante os séculos XVII a XIX. Atento à situação, o Governo do Estado, com o intuito de melhor atender às necessidades do Fisco e de facilitar a segurança pública na região, resolveu criar mais um distrito no Município de Passo Fundo.

Para Ducatti Neto:

Em fins do século XIX e início do XX, o atual território que constituía o 3º distrito de Passo Fundo, nada mais era do que uma densa e impenetrável floresta. Pinheiros de idade avançada e árvores seculares erguiam-se em nossa terra, abrigo de muitas tribos indígenas – os coroados e guaranis – que aqui tinham seus toldos e viviam no mais profundo primitivismo. Nesse compacto e misterioso emaranhado da selva vicejavam inúmeras espécies vegetais e muitas variedades de animais habitavam o seio escuro e profundo da floresta.<sup>108</sup>

Neste período, o Rio Grande do Sul estava ocupado em suas áreas de campo, desenvolvendo-se basicamente a partir da atividade da pecuária. Restavam as terras devolutas<sup>109</sup> para serem ocupadas.

<sup>108</sup> WEBER, Wilson Watson apud DUCATTI NETO, 1981, p. 19.

<sup>109</sup> Sobre conceito de terras devolutas Paulo Garcia dá um conceito genérico e um restrito, quando declara “que em sentido genérico, terras devolutas são as que integram o patrimônio dos Estados, como bens dominicais. Em sentido restrito, são as terras que, tendo passado ao domínio dos Estados, por força do Art. 64, da Constituição de 1891, não se achavam, em 1850, no domínio particular nem haviam sido objeto de posse por qualquer do povo”.

Para Clóvis Beviláqua, devolutas "são as terras desocupadas, sem dono". Teixeira de Freitas, na *Consolidação das leis civis*, opina que são devolutas "as terras desocupadas, não-possuídas". Do mesmo modo, é o pensamento de Epiácio Pessoa.

Segundo Messias Junqueira, "terras devolutas são as que não estão incorporadas ao patrimônio público, como próprias, ou aplicadas ao uso público, nem constituem objeto de domínio ou de posse particular, manifestada esta em cultura efetiva e morada habitual".

Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda oferece-nos dois conceitos distintos. Em um primeiro momento, diz que "terras devolutas são as terras devolvidas ao Estado (União, Distrito Federal, Estado-Membro, Território ou Município), se não estão ainda ocupadas, ou se estão na posse de particulares". Em um segundo momento, revela que "devoluta é a terra que, devolvida ao Estado, esse não exerce sobre ela o direito de propriedade, ou pela destinação ao uso comum, ou especial, ou pelo conferimento de poder de uso ou posse a alguém".

Luís de Lima Stefanini considera "as terras devolutas como sendo aquelas espécies de terras públicas (sentido lato) não-integradas ao patrimônio particular, nem formalmente arrecadadas ao patrimônio público, que se acham indiscriminadas no rol dos bens públicos por devir histórico-político".

O conceito de terras devolutas, no seu significado jurídico, nem sempre coincide com o seu significado etimológico (terra devolvida). Entendemos, pois, que no Art. 8º da Lei Imperial 601, a expressão *devoluto* foi empregada no sentido de devolvido.” Ver: CUNHA JÚNIOR, Dirley. *Terras devolutas nas Constituições Republicanas*. Disponível em: <<http://www.jfse.jus.br/obras%20mag/artigoterrasdevdirley.html>>. Acesso em: 8 ago. 2009.

Terras Devolutas, segundo o art. 3º da Lei Imperial n. 601, eram as que não se achassem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal (§ 1º); as que não estivessem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem fossem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não-incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura (§ 2º). Também as que não se achassem dadas por sesmarias ou por outras concessões do Governo, que, apesar de incuras em comisso, fossem revalidadas por esta Lei (§ 3º); e, finalmente, as que não se achassem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, estivessem legitimadas por esta Lei (§ 4º).<sup>110</sup>

Segundo Emília Viotti da Costa,

A fim de regularizar a propriedade da terra de acordo com as novas necessidades econômicas e os novos conceitos de terra e de trabalho, diversas leis importantes foram decretadas em diferentes países durante o século XIX. O ritmo de mudança, entretanto, variou de um país para outro e dentro dos limites de um mesmo país, de uma região para outra, de acordo com o grau e a intensidade com que o desenvolvimento da economia industrial e comercial afetou essas áreas.(...)

A Lei de Terras decretada no Brasil em 1850 proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante posses e mediante doações da Coroa. (...) No Brasil, toda terra que não estivesse apropriadamente utilizada ou ocupada deveria voltar ao Estado como terras públicas.<sup>111</sup>

Utilizando-se das terras devolutas, uma experiência fora realizada com o imigrante europeu, especialmente o alemão e o italiano que aqui se instalaram em pequenas propriedades rurais, denominadas colônias, reunindo, inicialmente, imigrantes da mesma nacionalidade.<sup>112</sup> Nas colônias<sup>113</sup>, os imigrantes recebiam certa quantidade de terras,

<sup>110</sup> IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e colonização: legislação de 1747 – 1915*. Porto Alegre: EDUCS, 2001. p. 747.

<sup>111</sup> VIOTTI 2007, p. 172-173.

<sup>112</sup> Desde meados do século XIX, a sociedade multiétnica brasileira “miscigenada” fora entendida progressivamente como “problema nacional” e como causa de um “atraso” econômico e cultural. Tanto na Europa, onde as idéias surgidas da Biologia contemporânea obtiveram uma importância elevada, quanto no Brasil, as teorias européias de “raça” e “degeneração” eram freqüentemente lidas. Segundo essas teorias, a “raça brasileira” seria “degenerada” por causa de sua multiétnicidade. Perante esta conclusão fatal, intelectuais brasileiros conceberam uma nova idéia eugênica – a da possibilidade de um “branqueamento de raça”. Alguns abolicionistas, como Joaquim Nabuco (1849-1910) e José do Patrocínio (1854-1905), aperfeiçoaram essa ideologia, utilizando, porém, conceitos diferentes: Patrocínio formulou a idéia de “fusão das raças” em vez da “absorção”, termo de Nabuco. Mais tarde, intelectuais brasileiros como Capistrano de Abreu (1853-1927), Sílvio Romero (1851-1914) e Oliveira Viana (1883-1951) defenderam a “miscigenação” dirigida: deste processo resultaria, segundo eles, uma nova “raça brasileira unida” de fenótipo “branco” e genótipo “miscigenado”. [...] Portanto, intelectuais brasileiros defenderam a imigração “branca” para que os imigrantes se tornassem parte da Nação brasileira. Desde meados do século XIX, foram implantadas diferentes leis para

cultivavam produtos para a sua subsistência e comercializavam o que sobrava. Iniciava-se, assim, o desenvolvimento de uma sociedade paralela à dos fazendeiros gaúchos.

Vale destacar que o território correspondente ao Município de Erechim sofreu várias alterações em sua extensão, conforme se lê nos Atos 38, de 1902, 105, de 1905, 141, de 1908 e, finalmente, pelo Ato 167, de 1910, que criou o Oitavo Distrito de Passo Fundo, com sede na colônia de Erechim, área cujas divisas estabelecidas pelo Ato 241, de 1915 viria a constituir, mais tarde, o território do Município de Erechim, dentro dos seguintes limites:

Ao norte, partindo da barra do Rio Passo Fundo, no Uruguai, subindo por este até a barra do Rio Peixe, a leste subindo por este acima à barra do lageado Caçador, ao sul, do ponto de partida subindo pelo Rio Passo Fundo à barra do lageado Teixeira e ao oeste, por este acima até a sua cabeceira, seguindo em linha reta até encontrar a cabeceira Caçador e por este abaixo até a sua barra no Rio do Peixe.<sup>114</sup>

Todavia, os Poderes Públicos logo reconheceram que apenas a criação desse novo distrito não seria suficiente para o controle do desenvolvimento rápido e multiforme da região. Nomeiam então uma Comissão de engenheiros para demarcar a extensa gleba devoluta<sup>115</sup>. Assim agindo, ao organizar a ocupação das terras através dos núcleos de povoamento, o Governo buscava atender às condições naturais das sedes, sob o ponto de vista estético, sanitário e econômico, preparando antecipadamente a sua urbanização.

Daí que a área de terras de mato devoluta, situada no setor Norte do Estado, não tinha sido inicialmente aproveitada. É que, para Borges de Medeiros:

[...] seria fácil ao Estado precipitar o povoamento das terras devolutas da zona norte, para que bastaria instalar nelas imediatamente os agricultores saídos das antigas colônias, onde as terras estão extremamente povoadas ou esterilizadas. Não haveria, portanto, necessidade de novos imigrantes. Mas, afastados dos centros consumidores e das linhas férreas, só por preços ínfimos poderiam as terras serem vendidas na atualidade, apesar de serem das melhores, e pela mesma razão tudo aquilo que

---

proteger a imigração européia. Ver: LORENZ, Stella. O Brasil: sociedade multiétnica e a idéia do branqueamento. Processos de purificação: expectativas ligadas à migração alemã para o Brasil (1880-1918). *Espaço Plural*, v 9, n. 19, p. 30-32, 2º. sem. 2008. Disponível em: <revista.unioeste.br/index.php/espacocultural/article/1520>. Acesso em: jun. 2009.

<sup>113</sup> “A colônia é terra. Nem toda terra é colônia. Colônia é terra a ser ocupada, terra a ser cultivada. A terra é colônia enquanto espaço destinado à ocupação agrícola. Colono é aquele que cultiva o espaço destinado à agricultura. a colonização é a ação de ocupar a terra. A colônia é espaço, infra-estrutura necessária à produção. O colono é mão-de-obra indispensável que faz a terra produzir”. Ver: GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa E. *Terra e homens: colônias e colonos no Brasil*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004. p. 31.

<sup>114</sup> DUCATTI NETO, 1981, p. 25.

<sup>115</sup> Ibid., p. 75.

produzissem, à míngua de transportes econômicos, não compensaria devidamente o trabalho do colono.<sup>116</sup>

A propósito, Ducatti Neto<sup>117</sup> ressalta, a seguinte recomendação contida no último regulamento de terras, expedido em 1922: “Só serão organizados núcleos coloniais em terras que disponham, ou venham a dispor em curto prazo, de vias férreas ou fluviais para a exportação dos respectivos produtos”.

A região de Erechim detinha tais condições; além disso, a disponibilidade de terras e os favores concedidos pelo Governo atraíram imigrantes de várias nacionalidades, como alemães, russos, franceses, austríacos e italianos.

## 2.2 IMIGRANTES E DESCENDENTES – DIVERSAS ETNIAS

A palavra “imigração” é nova em seu uso e antiga em sua origem. Foi no final do século XIX que seu uso se vulgarizou. Migrar deriva do latim e significa sair, mudar, ir embora. Mas o uso do termo imigração no sentido de entrar em outro território, e emigração no sentido de sair de determinado lugar, está ligado aos movimentos populacionais que se aceleraram no século XIX.

O deslocamento da população de um país para outro ou de um continente para outro, não é fato novo. [...] a imigração alemã realizada no período inicial da emancipação política brasileira recebeu essa denominação no século XX. Os documentos oficiais do período não utilizam a palavra imigração ou colônia. Os alemães residentes no Brasil passaram a ser tratados como “colonos” por serem moradores das colônias criadas pelo Império brasileiro e de imigrantes na Historiografia contemporânea<sup>118</sup>.

Vale referir que a colonização, no Rio Grande do Sul, foi levada a efeito de duas maneiras: com a introdução de imigrantes engajados em projetos oficiais (até 1895); através de imigrantes espontâneos e de pessoas residentes no Estado, na sua maioria, descendentes de antigos colonos. A primeira forma remonta o século XIX, quando o Príncipe D. João, Regente de Portugal, ao mudar-se para o Brasil, juntamente com a sua Corte, deu-se conta de que um País como o Brasil, de grande extensão territorial, sendo pouco povoado, não poderia desenvolver-se; uma população mais numerosa poderia melhor aproveitar as terras, gerando,

<sup>116</sup> Ibid., p. 72. Segundo o autor, a mensagem foi proferida no ano de 1922. Segue relato, demonstrando, com dados, o desenvolvimento da colonização quanto à superfície, à fundação e à distribuição dos núcleos, à população colonial, à densidade demográfica e à produção.

<sup>117</sup> DUCATTI NETO, loc. cit.

<sup>118</sup> GIRON, Loraine Slomp. Leituras da imigração. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza H.; PINHEIRO MACHADO, Maria Beatriz. (Org.). *Imigração italiana e estudos italo-brasileiros*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996. p. 116-117.

assim, mais riquezas. Decreta, em 25 de novembro de 1808, que o Governo poderia conceder terras aos estrangeiros, iniciando assim a colonização estrangeira no Brasil.

Passados os anos, a política imigratória mudou o seu perfil, mantendo, porém, o seu objetivo. Já em meados do século XIX, com o fim do tráfico estabelecido pelo *Bill Aberdeen* (1845)<sup>119</sup> e pela Lei Eusébio de Queirós (1850)<sup>120</sup>, houve a redução da entrada de escravos, de 56.000, em 1847, para 700, em 1853.<sup>121</sup>

Neste contexto, onde encontrar mão-de-obra para as lavouras brasileiras, especificamente para a cafeeira? Recorre-se à solução já utilizada pelo Príncipe Regente, fator que acelera a imigração européia para o Brasil, já agora provenientes de várias etnias: alemã, italiana, espanhola, portuguesa, eslava-ucraniana, polonesa e sírio-libanesa, direcionadas para determinadas regiões do País, como Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul.

Como se sabe, a grande maioria dos imigrantes que chegou ao Brasil, na segunda metade do século XIX, veio para trabalhar nas fazendas de café. Alguns se instalaram como pequenos proprietários de terras; a maioria trabalhava como assalariados, recebendo um pagamento diário, semanal ou mensal<sup>122</sup>; como tarefeiros, pagos por determinada tarefa; ou ainda como meeiros, ganhando a metade daquilo que era produzido na fazenda. Em qualquer uma das alternativas, eram pequenas as possibilidades de fazer fortuna. Quase sempre sobreviviam pobremente.

<sup>119</sup> Em março de 1845, o Governo da Inglaterra, decretou, em agosto desse ano, o *Bill Aberdeen*. Este ato, concedia ao Almirantado inglês o direito de aprisionar navios negreiros, mesmo em águas territoriais brasileiras, e de julgar seus comandantes. No Brasil o *Bill Aberdeen*, entendido por muitos como uma represália da Inglaterra, provocou pânico entre os traficantes e proprietários de escravos e de terras. A consequência mais imediata foi o significativo aumento na quantidade e no preço dos escravos importados.

<sup>120</sup> “ O Governo Imperial, temendo uma ação efetiva da Inglaterra, elaborou um projeto de lei, apresentado pelo Ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, ao Parlamento, visando à adoção de medidas mais eficazes para a extinção do tráfico negreiro. O projeto, convertido em lei em setembro de 1850, apoiado nos mais sólidos princípios do direito das gentes, extinguiu o tráfico, determinando que: [...] Artigo 3º - são autores do crime de importação, ou de tentativa dessa importação, o dono, o capitão ou mestre, o piloto e o contramestre da embarcação, e o sobrecarga. São cúmplices a equipagem, e os que coadjuvarem o desembarque de escravos no território brasileiro de que concorrerem para ocultar ao conhecimento da autoridade, ou para os subtrair à apreensão no mar, ou em ato de desembarque sendo perseguida.[...] os escravos morriam, mas as dívidas ficavam e, com elas, os terrenos hipotecados. Neste contexto de risco, Eusébio de Queirós apelava para a mudança da opinião pública quanto à extinção do tráfico, acentuando a possibilidade da nossa propriedade territorial passar das mãos dos fazendeiros para os especuladores e traficantes”. Ver:< <http://www.multirio.rj.gov.br/>>. Acesso em: nov. 2007.

<sup>121</sup> DANTAS, José. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1996. v. 2, p. 52.

<sup>122</sup> Contratos, geralmente por comissão, dependiam da produção, assim, havia maior empenho por parte dos trabalhadores.

Independentemente da forma como eram remunerados, ficou evidente que o trabalho livre se apresentava mais rentável do que o trabalho escravo. Também, a superioridade da produção da pequena propriedade em relação ao latifúndio, conforme demonstraram os pequenos proprietários agrícolas instalados no Sul e no Sudeste do Brasil, que, ademais, como pequenos comerciantes e artesãos, acabaram por estimular outras atividades econômicas.

Sobre o tema, Núncia Santoro de Constantino atesta,

Finda a Revolução Federalista, haviam sido criados órgãos diversificados pra coordenar imigração e colonização; a introdução de estrangeiros no Estado caracterizou-se pelo sistema de imigração espontânea em detrimento da subvencionada e, assim, sendo orientada pelas diretrizes expressas nas Teses Financeiras e Econômicas do Partido Republicano Rio-Grandense. [...] O trabalho do imigrante era mais do que nunca valorizado. Tal atitude ocorria em contraposição à mão-de-obra escrava e nacional, tentando assim fomentar a mudança na forma de relações de produção.<sup>123</sup>

Os primeiros imigrantes europeus a chegarem ao Rio Grande do Sul foram os alemães, que se instalaram em São Leopoldo, São João das Missões e Torres. Somente São Leopoldo tem o seu desenvolvimento assegurado por estar localizada à margem de um rio navegável, o Rio dos Sinos. Esses imigrantes passaram inúmeras dificuldades, enfrentaram um ambiente diferente do seu, com uma mata densa a ser derrubada, escassez de ferramentas, necessidade de preparação do solo e espera até a primeira colheita.

Segundo Loraine Giron e Heloisa Bergamaschi,<sup>124</sup> entre 1824-1835, mais de 5.000 imigrantes alemães fixaram-se na Real Feitoria do Linho Cânhamo. Chegavam atraídos pela concessão de terras, sementes e ferramentas. Ali receberam colônias: cada uma delas media 77 hectares, em 1824, passando para 48 hectares, em 1848, e para 25 hectares, em 1870. As terras das colônias oficiais eram concedidas pelo Governo, não havendo pagamento pela posse e propriedade das terras – contudo, deveriam servir ao Exército Brasileiro. Para as autoras,

---

<sup>123</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: imigrantes meridionais na sociedade porto-alegrense*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2008. p.127.

<sup>124</sup> GIRON; BERGAMASCHI, 2004, p. 184-185.

A colonização de pequenas propriedades, situadas na encosta inferior do Planalto e na Depressão Central, como em São Leopoldo, Novo Hamburgo e Estrela, destinava-se a fornecer braços para a lavoura e para as tropas do Império. Os produtos agrícolas plantados pelos alemães abastecem a capital.

Mais de cinquenta anos após, a partir de 1875, começam a chegar ao Estado os grupos de italianos e instalam-se na encosta superior do Planalto, adiante dos colonos alemães. À medida que iam chegando, ficavam com as terras mais próximas e de melhor acesso. Ainda assim, criaram inúmeras cidades em regiões de acentuada declividade.

Para Núncia de Constantino,

A Itália estava entre os países mais pobres e populosos da Europa, com enorme oferta de mão-de-obra. As guerras para a unificação, com suas decorrências, tornavam a vida difícil, em geral. A Itália foi ocupada por sucessivos Exércitos, com danos à propriedade, desrespeito à dignidade das famílias, devastação de lavouras. O pesado serviço militar, imposto por três anos consecutivos, ocupava, quando não eliminava, a melhor força de produção. A situação do pequeno agricultor tornou-se deplorável, a unidade familiar de trabalho ficou desorganizada em função dos recrutamentos. O preço dos arrendamentos sobe muito, acompanhando a carestia geral. Além do mais, só uma sexta parte das terras cultivadas pertence a quem nelas trabalha<sup>125</sup>.

Estima-se que entre 1885 e 1906 entraram cerca de cem mil imigrantes de várias origens. Conforme os dados, mais de 54 mil eram italianos, havendo também alemães e um número significativo de poloneses e de outras nacionalidades.

Neste período surgiram as colônias de Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Conde D'Eu (Garibaldi), que foram desmembradas em Carlos Barbosa e Caxias. Em 1884 surge Alfredo Chaves (Veranópolis). Concomitantemente, temos a migração interna em direção às regiões do Planalto. Em 1889, chegam grupos provenientes da zona de dominação russa, indo para Montenegro e São Francisco de Paula.<sup>126</sup>

A maioria dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul provinha da Lombardia, Vêneto e Tirol e embarcaram no Porto de Gênova. A viagem era feita na terceira classe; desembarcavam no Rio de Janeiro e ali cumpriam a quarentena na Casa dos Imigrantes, na

<sup>125</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Italianos na cidade: Porto Alegre entre 1850 e 1914. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza H.; PINHEIRO MACHADO, Maria Beatriz (Org.). *Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996. p. 59.

<sup>126</sup> GIRON; BERGAMASCHI, 2004, p. 190.

Ilha das Flores. De lá, eram transportados para Porto Alegre, podendo passar por Rio Grande ou Pelotas, em uma viagem que durava em torno de dez dias.<sup>127</sup>

Conforme Júlio Posenato,

A imigração italiana para o Brasil aconteceu porque interessava à Itália a saída da terça parte de seu povo, e igualmente convinha ao Brasil sua vinda. Esse processo ocorreu sob características nada edificantes para ambos os países. [...] Convinha à Itália expulsar seus cidadãos pelo mundo por causa das suas remessas de dinheiro, que superavam o déficit comercial do país, tanto que o Ministro das Finanças Gino Luzzatti chamava-as ‘riachos de ouro’; o fluxo emigratório desenvolveu as companhias de navegação italianas e expandiu no exterior a economia da Itália. A soma de receitas produzidas pelas remessas, pelo turismo (em grande parte devido aos emigrados e seus descendentes) e pelos transportes, correspondia de 25 a 30% das receitas do país, nas décadas de 40 e 50<sup>128</sup>.

Segundo Ducatti Neto, a política de colonização durante o Império promovia, no exterior, o contato:

[...] por agentes nem sempre escrupulosos, instalando os colonos em lugares remotos e inacessíveis, dividindo arbitrariamente os lotes e abandonando os núcleos imigrantistas ao seu próprio destino, sem auxiliá-los parcamente com os imprescindíveis elementos de seu progresso moral e material, como sejam a viação e o ensino, mal aproveitaram os estadistas do Império a volumosa corrente de agricultores saída do Velho Mundo para as terras virgens do Rio Grande do Sul<sup>129</sup>.

Com efeito, a instalação dos colonos em suas propriedades era difícil: derrubar a mata, preparar o solo, utilizar a madeira, construir na clareira, iniciar o cultivo. Conforme a família crescia, gerava mais braços para o trabalho, mais bocas para alimentar e mais mata derrubada, o que ensejou o esgotamento do solo e a necessidade de avançar na busca de novas terras, ao exigir constantes migrações e resultar na ocupação de toda a zona das matas do Rio Grande do Sul.

Para Luiza Iotti,

<sup>127</sup> IOTTI, 2001, p. 76.

<sup>128</sup> POSENATO, Júlio. Talian: língua e identidade cultural. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza H.; PINHEIRO MACHADO, Maria Beatriz (Org.). *Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996. p. 255-256.

<sup>129</sup> DUCATTI NETO, 1981, p. 70.

A unidade econômica de base do mundo colonial era o lote. O núcleo de socialização era a linha, com sua capela e sua venda, tradicionais locais de reunião dominical. Simples e rústicas, as primeiras capelas foram construídas, em mutirão, por iniciativa dos moradores dos travessões<sup>130</sup>.

Existia uma divisão das tarefas, a saber, segundo os critérios etários, sexuais e familiares. No início, os métodos de cultivo eram rústicos e semelhantes à coivara, utilizada pelos indígenas. Com o tempo, o tamanho da propriedade rural vai deixando de ser suficiente para garantir o sustento e a sobrevivência do grupo. Assim, enquanto encontram áreas disponíveis, avançam. Criam-se, nas áreas novas, as mesmas relações de trabalho, a mesma organização da atividade agrícola.<sup>131</sup>

Ainda, a terra recebida não era de graça. Os imigrantes tinham que pagar, a longo prazo, pela sua aquisição, para praticar uma agricultura de subsistência nas áreas florestais. Diferentemente do que ocorreu com os imigrantes de São Paulo, que foram convocados para trabalharem nas fazendas de café, os imigrantes sulinos – colonos – foram chamados pelo Governo Provincial e por particulares exatamente para serem pequenos proprietários.

Relembre-se que a questão fundiária, no Brasil, passou a ser regulada pela Lei de Terras<sup>132</sup>, regulamentada pelo Decreto n. 1318 de 30 de janeiro de 1854<sup>133</sup>. Teoricamente, a referida Lei havia sido criada para resolver os problemas agrários, como o acesso à terra e a implantação da colonização estrangeira. Na prática, porém, gerou novos conflitos visto que não houve sintonia entre a legislação e as realidades agrárias regionais.

A Lei de Terras centralizava a resolução das questões fundiárias no Governo Imperial, de tal modo que os processos de legitimação, heranças, vendas, medições e litígios percorriam caminhos complicados: nesse percurso, inúmeros foram os desvios de processos e de documentos, o que facilitou o atendimento de interesses tanto do Governo como de

<sup>130</sup> IOTTI, 1996, p. 78-80. “O regulamento da Lei de Terras, de 1854, ordenara as medidas básicas das colônias como a légua, o travessão e o lote rural. A légua era um quadrilátero de 5.500 metros de lado cortado no sentido longitudinal, por caminhos de 6 a 13 km, abertos no meio da mata – os travessões ou linhas. Os lotes, em forma de retângulo, possuíam 200 a 250 metros de frente, e 1001/1200 de fundo.

<sup>131</sup> CALLAI, Jaeme Luiz. (Org.). *História e Geografia do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora da UNIJUI, 1998. p 22-26.

<sup>132</sup> Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. “Dispõe sobre terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por títulos de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de Colônias de nacionais, e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma a que se declara.” (IOTTI, 2001, p. 112-116).

<sup>133</sup> Ibid., 2001, p.119-133.

particulares.<sup>134</sup> Com a mencionada lei, também passou a haver a necessidade de registro das terras possuídas, de modo que todos os ocupantes de terras foram obrigados a registrar as suas posses nos prazos estabelecidos pelos Presidentes das Províncias.

No Rio Grande do Sul, o modo como seria feita a colonização na Província foi regulamentado pela Lei 304<sup>135</sup>, de 30 de novembro daquele mesmo ano de 1854, estabelecendo-se, então, que a colonização da Província deveria ser feita sobre a base de venda de terras, ficando o Presidente autorizado a comprá-las nos lugares mais próprios, quando neles não haja terras devolutas compreendidas na disposição do Artigo 16 da Lei Geral n. 514 de 1848<sup>136</sup>. Ainda ficou estabelecido que a venda das colônias seria feita a prazo, não excedente a 5 anos; além disso, e que pelo excesso pagavam os colonos o prêmio de 1% ao mês, ficando as terras hipotecadas até o completo pagamento não só destas como também das quantias que lhe tiverem sido adiantadas. A propósito disso, a mesma Lei autorizava que o Presidente da Província antecipasse para o auxílio da passagem dos colonos, “até a quantia de 50\$000 réis por cada um”, qualquer que fosse a idade ou o sexo, com obrigação do emolpo no prazo e nas condições anteriormente referidas.

O Regulamento 7, de 7 de julho de 1857<sup>137</sup>, alterado posteriormente pelo Regulamento 18, do mesmo ano, normatizou o serviço de recepção, de acomodação e de distribuição dos emigrantes que chegavam ao Porto da capital com destino às colônias, estabelecendo o atendimento por intermédio de agente intérprete, que controlava através de estatística minuciosa e comparativa o movimento da emigração, utilizando para tanto a planilha anexa ao referido regulamento. Esta, por sua vez, indicava nome, religião, sexo, idade, condições de saúde e outros dados, a ser encaminhada semestralmente ao Governo da Província.

Para os imigrantes italianos que, a partir de 1870, começaram a entrar na Província, restaram as regiões à beira do Planalto, montanhosas e cobertas de matos, do Alto Uruguai e da faixa reservada de dez léguas da fronteira<sup>138</sup>. Nilse Cortese registra que, a partir de 1892, em virtude da presença de significativo número de imigrantes estrangeiros, o Governo Federal

<sup>134</sup> KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: terra e poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 22.

<sup>135</sup> IOTTI, 2001, p. 610-611.

<sup>136</sup> *Ibid.*, p. 108.

<sup>137</sup> *Ibid.*, p. 616-618.

<sup>138</sup> DALLA NORA, Nilse Cortese. *Quem chega, quem sai: a política de distribuição de terras em Jaboticaba – RS*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002. Disponível em: <<http://www.cipedya.com/web>>. Acesso em: jan. 2009. p. 35.

planejou desenvolver a agricultura. Com esse objetivo, estabeleceu que a criação de núcleos de propriedades agrícolas seria feita da seguinte forma: propriedades com capacidade de alojar até trinta famílias, que seriam distribuídas em lotes; territórios adquiridos por empresas que se formariam para o povoamento das terras devolutas, nos quais, além do loteamento previsto em lei, deveriam ser construídas escolas, fábricas e enfermarias; por fim, nas grandes propriedades, além da terra para cultivo, seriam instalados engenhos centrais, fábricas, abrigo em torno de quinhentas famílias.

Essa organização não foi exitosa: ocorreram conflitos por questões territoriais e de interesses entre as companhias com o projeto de colonização do Estado.

Ducatti Neto<sup>139</sup> comenta que a Administração Republicana desconsiderou inteiramente os métodos de colonização anteriores e os adaptou às necessidades sociais e econômicas da nova etapa política. Segundo o autor:

Votada em 1894, pelo Congresso, a transferência ao Estado dos serviços de terras e colonização, passou o governo federal, em virtude do convênio, a custear as despesas de transporte dos imigrantes desde o país de origem até esta capital, enquanto o do Estado se encarregava de seu estabelecimento gratuito nas terras públicas.

Ao assumir esse encargo, tratou logo o governo de encaminhar os colonos para o núcleo de Jaguari, que em poucos anos ficou inteiramente povoado. Sucessivamente se instalaram outras colônias, como as de Ijuí, Guarani, Guarita, Forquilha, Erechim e Santa Rosa.

Breve demonstrou a experiência não mais convir ao Rio Grande a imigração subvencionada, que foi sendo restringida até sua definitiva extinção em 1914.

Sobre o tema, Sérgio da Costa Franco<sup>140</sup> observa que o Governo de Júlio de Castilhos demonstrava preocupação com a invasão e com o apossamento desordenado das terras. Nesse sentido é que foi promovida a reorganização da Secretaria de Obras Públicas, transferindo à Diretoria de Terras e Colonização a tarefa da Administração das terras públicas bem como os serviços de colonização, que antes eram da competência do Governo Central e que passaram à competência do Estado. Para o autor,

[...] à colonização em pequenas propriedades, Castilhos daria o máximo de atenção preocupando-se em cercear o abuso das legitimações de posse, que consolidavam juridicamente o latifúndio, em defender as terras públicas contra a indébita apropriação de grileiros, e em oferecer condições de progresso às novas colônias.

<sup>139</sup> DUCATTI NETO, 1981, p. 71.

<sup>140</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. p. 148.

Adotando o regime da imigração espontânea, o governo reduziu os custos que despendia com a estrutura para a recepção e manutenção inicial dos colonos. A verba foi então encaminhada para o desenvolvimento da viação entre os diversos núcleos e os centros consumidores. Tal medida propiciou rápido desenvolvimento econômico destes povoados de origem colonial<sup>141</sup>.

Com a gradativa diminuição e com o esgotamento das terras nas antigas colônias do Rio Grande do Sul, iniciou a colonização da zona Norte do Estado ao final do século XIX e no início do século XX. A região foi colonizada pelo Estado e por particulares que venderam as terras a colonos descendentes de imigrantes italianos e, em menor número, de alemães e poloneses, que buscavam adquirir um lote de terra e garantir um futuro para os filhos.<sup>142</sup>

A respeito disso, Roberto do Nascimento comenta que:

A implantação da colonização, através de métodos autoritários e suplantando as dificuldades que a natureza impunha, também permaneceu como uma constante nas diferentes experiências colonizadoras. E a forma urbana das cidades criadas em territórios coloniais, independente da época, do povo e da terra, seguiu padrões semelhantes. A distinção que se pode fazer encontra-se em Mumford: uma forma semelhante não tem, necessariamente, um significado semelhante, numa cultura diferente. [...] <sup>143</sup>

Cabe destacar agora que a zona Norte era considerada rica em recursos naturais e de grande futuro. Para promover um desenvolvimento econômico da região, em 1890, houve a construção da ferrovia que deveria fazer a ligação com São Paulo. Neste período, o Alto Uruguai era uma região praticamente despovoada. Esta ferrovia partia de Santa Maria e chegou a Passo Fundo em 1898, porém somente completou a ligação com o Norte através do Rio Uruguai, em 1910.

Conforme Nilo Bernardes,

<sup>141</sup> Erechim é exemplo disso: em 1905 tiveram início os trabalhos de fundação da sede; em 1908 a colônia foi criada; em 1910 recebia os primeiros colonos; em 1913, a sua população ascendia a 18.000 habitantes; já em 1918, formaria um Município autônomo.

<sup>142</sup> GREGORY, Valdir. *Capitalismo, latifúndio, migrações*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998. p. 66. Para o autor, “essa busca e essa garantia só seriam possíveis em áreas pioneiras [...] havia, então, no início do século XX, toda Zona Norte do Estado em terras devolutas e cobertas de florestas [...] em 1919, o domínio público de terras do Estado do Rio Grande do Sul foi estimado em 30.000 km<sup>2</sup>. Em 1923, dos 22.000 km<sup>2</sup> de matas devolutas do Estado, a quase totalidade, isto é 20.000 km<sup>2</sup>, estavam localizadas na larga faixa florestal do Vale do Uruguai numa extensão de 600 km<sup>2</sup>.”

<sup>143</sup> NASCIMENTO, Roberto R. F. do. *A formação urbana de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 2009. p. 21, 27, 30, 42.

Havia, então, um projeto de construção de um ramal férreo que, partindo de Cruz Alta, atravessaria a floresta a 50 quilômetros das margens do Rio Uruguai. Em consequência deste projeto, o povoamento do Alto Uruguai aconteceu em ritmo acelerado. Foi traçado um esquema muito simples para a expansão do povoamento nas matas uruguaias, o qual abrangia as terras que ficavam às margens do Rio Uruguai. Foram instalados três núcleos que concentravam a administração das terras públicas, os quais ficaram assim estabelecidos: o primeiro abrangia as terras do Município de Erechim, seguindo na direção norte até a divisa com Santa Catarina. “Foi Carlos Torres Gonçalves (diretor de Terras e Colonização) quem propôs ao Governo do Estado a sua criação,” proposta que se fundamentava na insuficiência das únicas duas colônias (Ijuí e Guarani) existentes na época, na fertilidade do solo e no grande número de intrusos que eram colocados nas terras por particulares<sup>144</sup>.

Para o cargo de chefe do primeiro núcleo, composto pela colônia de Erechim, Carlos Torres Gonçalves nomeou Severiano de Souza e Almeida, seu amigo e colega. O segundo núcleo foi instalado em 5 de janeiro de 1915 e seguia a estrada de ferro do Norte do Estado, com sede localizada no Município de Santa Rosa. Tinha como diretor-chefe o engenheiro João de Abreu Dahne.<sup>145</sup> O terceiro núcleo de colonização do Norte do Estado concentrou-se no Município de Palmeira das Missões.

Nilse Cortese assevera que:

[...] é importante assinalar que a colonização oficial, vendendo indistintamente lotes a quem procurasse a região, imigrantes ou agricultores que se deslocavam das áreas coloniais mais antigas, estabeleceu o povoamento com etnias mistas, ao contrário da colonização de empresas particulares, que priorizava o povoamento por grupos étnicos. A Diretoria de Terras e Colonização, por intermédio das Inspetorias, procedia à discriminação e à legitimação das terras e executava a colonização das áreas devolutas, com a distribuição de pequenas propriedades aos agricultores, dotando-as de estradas e caminhos vicinais e estabelecendo os povoados em locais apropriados<sup>146</sup>.

Em seus relatórios, Carlos Torres Gonçalves afirmava que o regime pretendido era o do pequeno agricultor. E acrescentava:

O interesse do Estado não é conservar em seu poder essas terras, mas que elas sejam aplicadas em proveito social. É natural e mesmo conveniente que elas vão passando lentamente ao domínio privado, somente cabendo ao Estado presidir essa transformação, evitando por todos os meios a exploração industrialista entre outras

<sup>144</sup> BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1997. p. 77.

<sup>145</sup> SPONCHIADO, 2000, p. 91, p. 95. O referido autor relata que, em março e abril de 1917, Torres Gonçalves esteve em excursão nesta região e festejou que a situação se achava já normalizada na quase totalidade mediante a demarcação de lotes para cada família.

<sup>146</sup> DALLA NORA, 2002, p. 39

coisas, não concedendo terras em grosso, a não ser em casos excepcionais, quando isso for do interesse público.<sup>147</sup>

Recorde-se que o Decreto de 4 de julho de 1890 determinava que cabia ao Governo nomear comissões especiais de discriminação de terras e de verificação, de medição e de legitimação de posses.<sup>148</sup> O Art. 176 do referido Decreto estabelecia que nenhuma floresta protetora deveria ser convertida em campo, prado ou pastagem sem o prévio conhecimento do Governo, além de que o proprietário que convertesse esses domínios territoriais em florestas de erva-mate, ipê, angico, pinheiro, gabriúva ou outras espécies vegetais receberia, por hectare de mato plantado, cinco de terras de mato ou dez de campo, guardada essa proporção até 100 hectares.

Em todas as mensagens enviadas à Assembléia de Representantes, Júlio de Castilhos reiterou a preocupação em reorganizar os serviços de terras e de colonização, conforme relata Sérgio da Costa Franco:

Por Decreto de 5 de março de 1897, como medida preliminar, autorizou a criação de comissões para a verificação de posses legitimadas e por legitimar, e bem assim para discriminação de terras públicas nos Municípios em que essa medida se torne necessária.<sup>149</sup>

Uma das mensagens de Júlio de Castilhos expressava a sua preocupação com a questão agrária do Estado e estava redigida nos seguintes termos:

Para formardes um juízo aproximado das fraudes a que estiveram expostas as terras públicas no antigo regime, basta indicar-vos que em 1881, durante os 28 anos decorridos após o regulamento de 30 de janeiro de 1854, tinham sido ainda legitimadas posses de cerca de 50 léguas quadradas! De setembro de 1885 a 15 de novembro de 1889 ficou também facilmente legitimada a área de 70 ½ léguas quadradas, além dos 200 milhões de metros quadrados que receberam a indevida legitimação, de julho de 1883 a setembro de 1885! Em contraste, informo que de janeiro de 1893 até a presente data, isto é, desde que assumi o Governo do Estado, a legitimação de posses não foi além de 3,4 léguas quadradas.<sup>150</sup>

<sup>147</sup> Relatório apud SPONCHIADO, op. cit., p. 140.

<sup>148</sup> Decreto n. 313 de 4 de julho de 1900. In: COLETÂNEA: Legislação das Terras do Rio Grande do Sul, p. 30.

<sup>149</sup> FRANCO, 1996, p. 154.

<sup>150</sup> 57 Leis, decretos e atos do governo do Estado do Rio Grande do Sul: 1899. Porto Alegre, 1904, p. 12. apud Ibid., p. 154.

Em 14 de janeiro de 1898, às vésperas de deixar o Governo, Castilhos levou à consulta popular<sup>151</sup> o anteprojeto da Lei de Terras Públicas, que, mais tarde, Borges de Medeiros viria a promulgar. Buscava-se uma política moralizadora, de promover reformas tributárias e elaborar novas leis de terras, que foram colocadas em vigor a partir de 1903. O Governo tomou conta dos lotes já medidos e redistribuiu-os aos colonos.<sup>152</sup>

Em 1908, com a fundação do Partido Republicano Democrático, cujo programa se baseava na derrubada do autoritarismo positivista e na sua substituição pela democracia representativa, nascia um projeto de reforma rural que continha no programa de Governo propostas de povoamento do solo através da imigração espontânea e reformas na cobrança de impostos sobre a produção e a terra.

Para Luiza Kliemann,

[...] diante da situação política que se apresentava e com a oposição em ascensão, o Governo do Estado optou por privilegiar também os setores da economia que investiam na agricultura. Assim, cedeu ao capital estrangeiro a concessão para construção de estradas de ferro, a organização da navegação fluvial e dos meios de transporte. Com o objetivo da encampação dessas obras, as companhias particulares entregavam ao Governo um programa de colonização cuja finalidade era mostrar a importância de colonizar determinada área. No projeto, as companhias responsabilizavam-se pela divisão, demarcação, medição e formas de venda das terras; localização de colonos, construção de estradas vicinais, exploração agrícola e do subsolo, distribuição de mudas, sementes e ferramentas<sup>153</sup>.

Sem sombra de dúvida, o colono interessava ao Governo como força produtiva, como mão-de-obra e como forma de povoamento das terras a serem colonizadas.

Ainda, segundo Klieman,

Como dispunham de recursos financeiros, as companhias adquiriam grandes extensões de terras para comercializar em tempo oportuno; porém aquelas com melhor localização eram muitas vezes reservadas às pessoas de maior poder aquisitivo. Os lotes eram vendidos sem a preocupação de observar se havia uma ocupação anterior, o que resultava em conflitos e necessidade de intervenção dos aparelhos repressores. Pode-se, pois, afirmar que a desorganização provocada pela intermediação de companhias privadas na colonização, povoamento e exploração de

<sup>151</sup> De acordo com a Constituição de 14 de julho de 1891, as leis elaboradas pelo Presidente eram dadas à publicidade pelo prazo de 90 dias, tempo no qual qualquer cidadão poderia apresentar críticas, sugestões e emendas. Ver: ANTONACCI. apud DALLA NORA, 2002, p. 22.

<sup>152</sup> KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. A ferrovia gaúcha e as diretrizes de “Ordem e Progresso”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 2, 1977. p. 57.

<sup>153</sup> *Ibid.*, p.107.

recursos naturais desencadeou questões agrárias, onde o Estado precisou intervir com força ainda maior <sup>154</sup>.

Na época a zona Norte do Estado passou a ser o foco da Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização <sup>155</sup>, enquanto esteve sob a direção de Carlos Torres Gonçalves. Segundo Telmo Marcon, no período republicano, a colonização avançou, na direção Norte e Noroeste do Estado. Toda a região costeira ao Rio Uruguai ainda apresentava um grande potencial econômico, principalmente vinculado à extração da madeira e da erva-mate. <sup>156</sup> Tanto é assim que, depois da colônia Guarani, criada em 1891, a primeira Comissão de Terras e Colonização do Norte foi instalada, em Erechim, no ano de 1908.

De acordo com Miguel Illa Font,

Os posseiros paulistas, primeiros povoadores do território, com os quais muitos colonos deparam de imediato e passam a se relacionar, recebem-nos com naturalidade e sem reservas, estabelecendo-se boa vizinhança. Os índios, aldeados e pacíficos, não lhes representam motivo de preocupação quanto à própria segurança e tranqüilidade <sup>157</sup>.

A marca da colonização implantada e também o destino dado ao solo eram de cunho eminentemente social. Observa-se isso na concessão de lotes rurais do referido Regulamento, que os destinava, preferencialmente, aos descendentes da população colonial do Estado. Aos nacionais estabelecidos nas terras que não fossem intrusos recentes e não dispusessem de recursos, seria facilitado o pagamento mediante a prestação de serviços em trabalhos que o Estado estivesse realizando. <sup>158</sup>

Font ainda acrescenta:

O povoamento oficial faz-se à medida que chegam as levas de imigrantes aos povoados Erechim (sede provisória da Colônia), Paiol Grande (destinada à sede

<sup>154</sup> Ibid., p. 116.

<sup>155</sup> “A Diretoria de Obras, Terras e Colonização está prevista no Decreto n. 313, de 4 de julho de 1900, integrando a Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas e promovia a direção e a inspeção do serviço de colonização por comissões na sede dos núcleos e por encarregados nas antigas colônias ou núcleos completamente povoados. Em 2 de janeiro de 1929, Getúlio D. Vargas extinguiu a Diretoria de Terras e Colonização e, em 23 de agosto de 1935, foi criada a Secretaria da Agricultura, à qual ficou ligada a Diretoria de Terras e Colonização.” (IOTTI, 2001, op. cit., p. 768).

<sup>156</sup> MARCON, Telmo. (Org.). *História e cultura kaingang no Sul do Brasil*. Passo Fundo: Gráfica da Universidade de Passo Fundo, 1994. p. 75.

<sup>157</sup> ILLA FONT, Juarez Miguel. *Serra do Erechim: tempos heróicos*. [s.l.]: Gráfica Carraro, 1983. p. 13.

<sup>158</sup> RIO GRANDE DO SUL Secretaria da Agricultura. *Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Secretaria da Agricultura, 1961. p. 50.

geral) e Barro, onde são alojadas em barracões por pouco tempo. Umas mais numerosas, outras menos, vêm alternadamente, ora de poloneses, ora de alemães, italianos ou outras nacionalidades, sendo encaminhadas para as áreas em que os lotes rurais estão já demarcados.<sup>159</sup>

Verifica-se, então, a colonização de quase toda a gleba devoluta do Estado por rio-grandenses de diferentes origens étnicas e procedências, em fluxos migratórios internos que duram até 1913.

Os imigrantes europeus que chegam à Colônia Erechim, a partir de 1910, não estão abandonados no processo de iniciação e de fixação da terra. Muitos não vêm diretamente da Europa, mas sim de outras regiões – estiveram, antes, em diversos lugares do Estado e do País. Encontram uma infra-estrutura em fase de execução, um órgão oficial de colonização em atividade a seu benefício, uma ferrovia, além da hospitalidade e do espírito de ajuda de compatriotas aclimatados e experientes, que falam os mesmos idiomas:

Ao chegarem, os colonos europeus e os migrantes das colônias velhas encontram aqueles antigos moradores, com suas capoeiras (áreas desmatadas), roças (plantações de milho, mandioca, feijão), extraindo e cancheando erva-mate. Geralmente possuem pequenas criações de animais domésticos (porcos, aves, a vaca leiteira, terneiros), bois, cavalos e muare, pois o único meio de transporte existente é o lombo de burro, a carreta, a carrocinha. Na maioria são descendentes de paulistas ou vindos de outros lugares. Entre eles há também alguns descendentes de alemães e italianos. [...] As famílias que chegavam iam se instalando um tanto desordenadamente na área da Praça Júlio de Castilhos e à frente do quadro ferroviário.<sup>160</sup>



**Ilustração 2 - Primeira estação ferroviária.**

Fonte: <<http://www.panoramio.com/photo/5164174>> Acesso: 24 jul. 2009.

<sup>159</sup> ILLA FONT, op. cit., p. 15.

<sup>160</sup> ILLA FONT, 1983, p. 12, p. 101.

O fluxo é, pois, incessante. São instalados na zona rural ou na sede provisória da Colônia. Inicialmente são provenientes da Europa; contudo quando cessa este fluxo imigratório, continuam as migrações internas (mais numerosas as de descendência italiana), vindas das colônias velhas. Desde 1892 as antigas colônias davam sinal de esgotamento, impulsionando, assim, os moradores para novas ocupações.

Erechim tem iniciada a área de demarcação em 1908, ano de sua fundação. Em junho do ano seguinte começaram as medições dos lotes e a preparação para a Sede. Em 1910 chegam os primeiros imigrantes: quatro famílias com 28 pessoas e mais oito indivíduos, totalizando 36 pessoas, provenientes, na maioria, de Caxias do Sul, Flores da Cunha, Antônio Prado e Veranópolis.

A seguir, o povoamento da Colônia desenvolveu-se através de imigrantes e de colonos de diversas nacionalidades. Ducatti Neto assinala:

Há um verdadeiro êxodo das colônias velhas já muito subdivididas. Eram principalmente descendentes de italianos e alemães que procuravam as novas terras. E do estrangeiro eram principalmente os poloneses e russos que estavam chegando. O elemento estrangeiro deixou de vir em 1914, quando terminou o acordo que o Estado tinha com a União a respeito da introdução do braço estrangeiro e também a grande guerra que se iniciava.

Para avaliarmos o grande número de estrangeiros encontrados na Colônia Erechim, basta dizer que em junho de 1913, conforme Relatório da Comissão de Terras e Colonização daquele ano, o número de habitantes da colônia era de 18.000 pessoas, das quais 10.000 eram de imigrantes provenientes diretamente do estrangeiro, enquanto que os 8.000 restantes compunham-se de 'brasileiros' já estabelecidos antes da fundação da colônia, ou que vieram estabelecer-se depois, e elementos das antigas colônias, sejam velhos agricultores, ou descendentes destes últimos.

Deixando de entrar o elemento estrangeiro, e aumentando ainda mais o êxodo das colônias velhas, o elemento italiano foi, aos poucos, superando os de outras origens. Em 1918, ano da fundação do Município, o número de habitantes já era de 35.000. Em média, havia entrada por ano, perto de 5.000 pessoas.<sup>161</sup>

Vale referir agora que a chegada de imigrantes estrangeiros foi sendo reduzida ao longo do tempo, substituída pela migração interna – esta também foi sendo constituída por grupos diversos. As Colônias do Planalto, fundadas entre 1890 e 1905, forneceram um número significativo principalmente de origem germânica. Em 1912 vieram as primeiras famílias da região do Vale do Itajaí. Trouxeram conhecimentos importantes nas áreas de cálculos e Engenharia e passaram a contribuir nas construções de pontes, de moradias e na

---

<sup>161</sup> DUCATTI NETO, 1981, p. 78.

estrada de ferro. Na região de Erechim, em 1921, a população total era de 40.650 habitantes dos quais 9.000 eram teuto-brasileiros.<sup>162</sup>

Os poloneses chegaram em 1907. Vieram das Colônias Velhas, da região do Rio das Antas e do Porto de Rio Grande; optaram por terras costeiras do Rio Ligeiro ou pelas regiões de Barão de Cotegipe e Itatiba do Sul. A maior contribuição prestada pelos poloneses foi no setor agrícola, mas eram também artesãos, comerciantes e pequenos industriais. Na década de 20, muitos eram proprietários de serrarias, moinhos de cereais, curtumes, ferrarias, carpintarias, olarias e casas de comércio.

Os judeus chegaram orientados pela companhia, *Jewish Colonization Association* – ICA<sup>163</sup>, com sede em Londres, cujos estatutos foram aprovados por decreto do Governador do Estado, à época, Borges de Medeiros.<sup>164</sup> Foram levados para a Fazenda Quatro Irmãos<sup>165</sup>, ficando em terras compradas de sucessores dos irmãos Pacheco, em 1909. Eram originários da Romênia, Alemanha, Bielorrússia, Áustria, Espanha e Itália. Em 1914, havia cerca de 350 famílias. Com a guerra e com as dificuldades decorrentes, muitos foram para outras regiões do Estado e para a Argentina; Colônia seguiu com as atividades até 1923. Os que permaneceram enviavam os seus filhos para estudar na cidade. Não retornavam para a roça e assim levavam os seus pais para morar na zona urbana.

---

<sup>162</sup> CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ERECHIM, 1979, p. 132.

<sup>163</sup> ICA, entidade filantrópica, com objetivo de assistir os judeus que quisessem emigrar de países em que eram perseguidos ou economicamente oprimidos e de instalá-los no estrangeiro em atividades produtivas. Fundada em 1891 pelo engenheiro judeu francês Barão Maurice de Hirsch, como uma sociedade anônima. O plano básico era ajudar os judeus da Rússia e da Romênia a fugirem das perseguições e estabelecerem-se em colônias na Argentina. No Brasil, o Vice-Presidente, belga, Franz Philippson, então Presidente de uma empresa ferroviária Argentina, sugere a colonização de terras no RS. Em 1902, foi adquirida, em Santa Maria, uma propriedade e em 1904 foi instalada a Colônia Philippson. Como a nova colônia progredia, a ICA resolveu investir também na Fazenda Quatro Irmãos, com uma área de 93.850 hectares. Foi dividida em colônias de 150 hectares rodeadas de arame farpado com uma casa de madeira. Recebiam também: 14 vacas, 4 bois, um touro, 2 cavalos, uma carroça, uma grade e instrumentos para o cultivo da terra. O valor total era de sete contos e quinhentos mil réis pagos no espaço de 15 a 20 anos, com juros de 4% ao ano. (FAERMAN, Martha Pargendler. *La promesa cumplida*. historias de colonos judíos en Brasil. Buenos Aires: Milá, 1992. p. 129-130).

<sup>164</sup> IOTTI, 2001, p. 790.

<sup>165</sup> Segundo o Padre Benjamin Busato, o nome provém de quatro irmãos Pacheco que foram os últimos proprietários da fazenda. Originalmente possuía o nome de Capão da Mortandade, em função da época da Revolução Farroupilha, em que viviam alguns foragidos. Os irmãos teriam comprado a posse da fazenda, tendo como pagamento dois negros escravos. Ver: DUCATTI NETO, 1981, p. 55.

A população de origem italiana, até 1918, era percentualmente menor do que a polonesa. Entretanto, com a chegada de colonos provenientes das colônias velhas, modificou-se tal realidade.

A pesquisa realizada pelo Centro de Ensino Superior de Erechim, em 1979, trazia como dado relevante que os cônjuges nascidos no distrito representariam, em 1939, mais da quarta parte do total e, em 1949, mais da metade. Deduz-se que o levantamento dos dados tenha levado em consideração informações obtidas através da análise dos casamentos realizados, já que sempre se refere a cônjuges:

**Tabela 1 - Registro do Estado Civil - Erechim**

ORIGEM DOS CÔNJUGES	1919	1939	1949
Número de casamentos	60	218	256
Estrangeiro	53	63	18
Antigas Colônias Alemãs	24	32	16
Antigas Colônias Italianas	17	136	65
Colônia Planalto	8	59	103
Zona de Pecuária	18	30	31
Erechim	114	279	

Fonte: ROCHE, Jean. A colonização alemã e o RS. v.1, p. 395. apud. CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ERECHIM, 1979, p. 130.

A partir de tais dados, conclui-se que havia uma taxa de natalidade crescente e que isso levaria a uma situação difícil, em pouco tempo, para os descendentes. O prognóstico é de que iria se repetir o problema que ocorrera nas colônias velhas quanto à escassez de terras, fato que viria a se confirmar. Em decorrência, muitos descendentes partirão para o Estado do Paraná e, mais tarde, para o Mato Grosso.

Todo esse processo de colonização foi antevisto e planejado por Torres Gonçalves nos mínimos detalhes, como se verifica no Relatório por ele enviado já em 1919, nos primórdios da ocupação da área de Erechim:

O estabelecimento da rede de comunicações, linhas férreas, estradas de rodagem e caminhos; a localização e instalação sistemática dos povoados coloniais, germens de futuras cidades; o aproveitamento em grandes proporções dos recursos naturais, em energia hidráulica, em minérios e outros; a defesa e utilização das florestas; e sobretudo a proteção do nacional, para a fixação ao solo e a sua elevação, realizada não só com a bondade do protetor, mas com o zelo patriótico de quem pode medir o

seu valor cívico, através da sua humildade, - tudo isso, quem, senão o Poder Público, pode realizar com o caráter social nítido de tais serviços e a dignidade reclamada.<sup>166</sup>

Segundo Breno Sponchiado<sup>167</sup>, em 1917, o crescimento natural da população colonial era estimado em 18 mil ao ano – em 1919, já totalizava 20 mil. Essa era, pois, uma grande preocupação de Carlos Torres Gonçalves: a instalação metódica da descendência da antiga população colonial.<sup>168</sup>

Em 1925, respondendo a uma consulta da Sociedade Nacional de Agricultura, Torres Gonçalves declara:

Os diversos itens formulados na consulta interessam, todos, no fundo, ao problema da fusão das raças, assunto extremamente delicado e complexo. Para darmos nosso parecer, cumpre preliminarmente, ponderar que, desde especialmente a unificação objetiva, isto é geográfica, do Planeta, por Colombo, evolue a Terra para uma grande unidade, a todos os respeito (salvo naturalmente as nuances locais que sempre existirão): unidade moral, unidade política ( de princípios, não territorial), de língua, de moeda, etc.

A dificuldade está em se praticar isso convenientemente, como o comprovam os lamentáveis exemplos do passado e ainda da atualidade, nas levas de pretos arrancados violentamente da África e transportados para a nossa e outras pátrias.

Mas se conseguimos esse resultado, que atenua, no Brasil, a falta cometida com a escravidão dos pretos, é isso devido aos menores preconceitos de raça dos portugueses, à sua maior humildade, maior afetividade.

E essas circunstâncias precisam ser recordadas, pois confirmam elas o seguinte ensinamento: que na fusão de seres humanos é preciso considerar afinidades sociais, isto é, as que se resumem em um estado essencialmente equivalente de civilização.

De sorte, que, se não se pode, em princípio, deixar de admitir a imigração, seja de que nacionalidade fôr, entretanto, tudo sendo relativo, na prática cumpre cada país examinar, segundo as suas circunstâncias, a procedência dos elementos novos da população estrangeira que tenha de receber, a proporção desses elementos, as condições em que os deve instalar, etc. e deve ficar subordinado tudo isso à condição fundamental da possibilidade de assimilação dos elementos estrangeiros que entram pela população que os recebe<sup>169</sup>.

<sup>166</sup> Relatório apud SPONCHIADO, 2000, p. 142.

<sup>167</sup> Ibid., p. 138.

<sup>168</sup> LINS, 1964, p.200-220. “Quanto à imigração, no Governo de Getúlio Vargas, instituiu, no âmbito federal, durante o seu Governo, que a imigração deveria basear-se em quotas correspondentes aos estoques populacionais já integrados, de acordo com o parecer de Torres Gonçalves e com o de Miguel Lemos, publicado no *Jornal do Comércio*, em 1896, em que alertava sobre o perigo da formação de quistos étnicos capazes de ameaçar a nossa unidade cultural e até a nossa independência política: Tendo passado em primeira discussão, na Câmara dos Deputados, o projeto de lei que manda aprovar o protocolo das reclamações italianas [...] no caso que se discute, tal perigo ainda sobe por se tratar de um governo cujos súditos, graças à segregada política imigracionistas, tendem a formar em nosso solo grandes aglomerações, que ameaçam tornar-se um Estado no Estado, podendo assim, oferecer, mais tarde ou mais cedo, dentro da nossa própria casa, um ponto de apoio às exigências desse mesmo Governo.”

<sup>169</sup> GONÇALVES. apud LINS, op. cit., p. 194-196. O seu parecer foi aprovado por Borges de Medeiros, então Presidente do Estado e publicado na *Federação* de 20 de abril e 23 de maio de 1925.

Mais adiante discorre:

Como sinal de quanto é delicado e complexo o assunto, reflita-se que o que representa virtude dos imigrantes – as disposições à conservação da nacionalidade, da língua, das tradições, etc., e tanto mais quanto mais agarrados a elas, - entretanto, socialmente, para os países de entrada, representa sérios inconvenientes.

E o êrro grave da introdução de grandes massas estrangeiras, em qualquer país, é ainda agravado quando são elas instaladas em grandes agrupamentos, por nacionalidades. Entretanto, a tendência dos imigrantes para êsses agrupamentos é, por motivos óbvios, explicável e louvável, no ponto de vista dêles, porém, inconvenientemente para os países de entrada.

Em princípio não se pode ser contrário a nenhuma imigração. Em qualquer caso, pelo que dissemos, deve ser ela muito limitada e tanto mais quanto mais afastados (biológica e socialmente) estejam de nós os imigrantes que nos procuram.

No Relatório de 1913, Severiano de Almeida reclamava:

A sede denominada Paiol Grande, para a qual foi reservada vasta área de terras, continua tendo algum desenvolvimento, sendo de lamentar que até a presente data, por ter sido encarregada a comissão discriminadora de terras, da mediação e demarcação dos respectivos lotes, não possua ainda esta Comissão, planta alguma da sede<sup>170</sup>.

No ano seguinte,

Em maio de 1914 é que tiveram início os trabalhos em Paiol Grande. Excusado de dizer que tal retardamento em semelhante trabalho tem intensamente prejudicado o desenvolvimento dessa sede, que apesar disso continua prosperando. O fato de hoje haver ali 61 prédios edificadas é o testemunho eloqüente do que venho de dizer, sendo de lamentar que por certas circunstâncias se perdessem dois anos na execução de um trabalho tão necessário, pois trata-se de um dos pontos de maior importância para o futuro da colônia.

O desmatamento iniciara no final de 1913 e fora intensificado no início de 1914. Trinta imigrantes trabalharam na abertura da Avenida José Bonifácio. Próximo à Praça Cristóvão Colombo, em uma pequena casa de madeira, é instalado o escritório da Comissão de Terras e o engenheiro Norberto de Barros Lacerda dá início ao loteamento urbano.

Tratava-se de dar cumprimento ao Decreto n. 927 de 5 de julho de 1892, que regulamentava os serviços das delegacias da Inspeção Geral das terras e Colonização que, no Capítulo IV, das Disposições Gerais, Art. 17, determinava que as sedes das comissões

---

<sup>170</sup> Durante oito anos, ininterruptamente, Severiano de Souza e Almeida esteve à frente da Comissão de Terras e Colonização. Em 9 de julho de 1917 transmite o cargo ao seu sucessor, Dr. Joaquim Brasil Cabral. Faleceu em 4 de dezembro de 1927, com 72 anos, em sua fazenda no Município de Santiago do Boqueirão. Ver: Relatório apud ILLA FONT, 1983, p.109.

deveriam ser estabelecidas nas próprias localidades onde funcionarem, de modo que fiquem tais comissões tão próximas quanto possível dos serviços de que se acharem incumbidas.<sup>171</sup>

Assim, em 1915, o edifício da Comissão de Terras é concluído, instalado à frente da Praça Cristóvão Colombo. A obra foi contratada por Guilherme Franzmann e teve como construtor Germano Müssig.

No ano anterior, Paiol Grande contava com 305 habitantes, dois açougues, uma barbearia, uma alfaiataria, nove casas comerciais, uma cervejaria, dois engenhos a vapor, duas ferrarias, uma fábrica de gasosa, dois hotéis, uma marcenaria, uma padaria, um estúdio fotográfico e duas sapatarias.

A Comissão de Terras reservara inicialmente 24.031.500 m<sup>2</sup> para a cidade e 2.603.650 m<sup>2</sup> para a zona urbana; 375 lotes urbanos devolutos passaram ao Município, compreendendo uma área de 390.636 m<sup>2</sup><sup>172</sup>.

Restava executar o traçado urbano inicialmente projetado, cuja origem e implementação serão analisados no capítulo que segue.

---

<sup>171</sup> IOTTI, 2001, p. 112-116.

<sup>172</sup> Ver: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ERECHIM. 1979, p. 114.



### 3 REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: INTERFERÊNCIA INSTITUCIONAL

O plano traçado para o núcleo colonial de Erechim por Torres Gonçalves, então Chefe da Diretoria de Terras e Colonização, denotava intenso planejamento:

Tratando-se de uma colônia em via de fundação, esta Diretoria preocupou-se em que ficasse ela expurgada dos defeitos de mais monta das antigas colônias. Neste sentido redigiu bases segundo as quais se realizaria primeiramente a discriminação da área total da colônia, em seguida seriam levantados os cursos de água principais e projetadas as estradas de rodagem, e só então se procederia à divisão em lotes – não mais com orientação uniforme como nas antigas colônias, – mas orientadas segundo as estradas de rodagem projetadas e os cursos de água, de modo a disporem todos de viação fácil, e, quanto possível, de aguadas abundantes.<sup>173</sup>

O nome e o local da sede foram aprovados em 8 de julho de 1909. Segundo Ducatti Neto, Erechim ou Erê-chim foi nome dado pelos indígenas (em Kaingang = campo pequeno) a um lugar onde existia um pequeno campo nas proximidades de um rio também conhecido por Erechim.<sup>174</sup>

A região do Alto Uruguai era conhecida como Sertão de Erechim e constituía-se em refúgio seguro para foragidos da Justiça ou das Revoluções de 1835 e 1893. Conforme o referido autor, em 1906, o engenheiro Marcelino Ramos, ao levantar o traçado da estrada de ferro, chegando ao centro da mata, encontrou descendentes de bandeirantes agrupados próximos a um grande paiol coletor de erva-mate, indicando em sua caderneta, ao lado de anotações topográficas, a denominação do local *Paiol Grande*, primeiro nome de Erechim. Nos Relatórios da primeira turma de medidores de ervais de Erechim, todavia, consta que o primeiro nome do local teria sido *Boa Vista*.

<sup>173</sup> SPONCHIADO, 2000, p. 248.

<sup>174</sup> DUCATTI NETO, 1981, p.43-44. Segundo o autor, Erebangó, localidade próxima a Erechim, significa Campo Grande e Campo-Erê, situada a meio caminho da atual cidade de Getúlio Vargas a Erechim, significa Campo das Pulgas.

Em 8 de julho de 1910, aprovou-se o local da sede e o nome proposto pela Diretoria para a nova Colônia. Já, em 1913, completado o projeto da sede da Colônia Erechim na estação Paiol Grande, Torres Gonçalves destacava que o local daria lugar a uma bela cidadezinha, cujo nome deveria ser substituído por outro menos prosaico escolhido com propriedade.<sup>175</sup> Em Relatório datado de 1916, opina ao Secretário da Secretaria de Obras Públicas: “o nome Paiol Grande é muito prosaico, e já vos recordamos a conveniência, enquanto é cedo, de adotar-se o nome proposto pelo vosso antecessor: José Bonifácio.”<sup>176</sup> Em Relatório de 1920, consta a referência à Boa Vista. Longe de uma solução, o próprio Borges de Medeiros sentenciou: “denomina-se Bela Vista à sede Paiol Grande”<sup>177</sup>; no entanto, a denominação Erechim acabou prevalecendo pelo uso.<sup>178</sup>

O povoamento deu lugar a uma colonização oficial, planejada, em que a legislação vigente era executada pela Inspetoria de Terras.<sup>179</sup> O Governo do Estado resolveu criar a Colônia em razão não só da insuficiência das outras mas também para atender antigos colonos de várias procedências que ali vinham se estabelecer, atraídos pela fertilidade das terras e pela presença de uma estrada de ferro que cortava grande parte do Rio Grande do Sul.

A 2 de fevereiro de 1898, havia chegado a Passo Fundo o primeiro trem de ferro. Com a estrada de ferro, surgem as serrarias, movimentando a economia da região e trazendo trabalhadores com suas famílias. Ao longo da estrada, foram construídas estações<sup>180</sup>,

<sup>175</sup> SPONCHIADO, 2000, 169.

<sup>176</sup> Era secretário da Secretaria de Obras Públicas, o engenheiro João Pereira Parobé, falecendo em dezembro de 1915, sendo sucedido pelo Dr. Protásio Antonio Alves.

<sup>177</sup> Despacho 289, de 30 de abril de 1917.

<sup>178</sup> Ficou célebre na História de Erechim, a polêmica quanto à grafia do nome, que alguns dizem ser com ‘x’, outros, com ‘ch’. Após alguns pareceres e para encerrar o assunto, a Prefeitura Municipal de Erechim baixou a Lei n. 1400, de 20/10/1974, no âmbito de suas atribuições, respeitando o Decreto n. 2342, de 30/04/1918, do governo do Estado do Rio Grande do Sul, tornando obrigatória a grafia do nome oficial do Município, com ‘ch’. Ver: DUCATTI NETO, 1981, p.45-49.

<sup>179</sup> “Não é possível esquecer que o governo positivista se dispunha a pôr em prática um projeto de renovação cultural do Estado que tinha na educação o seu principal ponto de apoio. Uma Universidade Técnica, centrada na Escola de Engenharia, deveria formar uma elite adestrada para, ao mesmo tempo, imprimir a racionalização da produção e realizar intervenções na cidade. O ensino técnico profissional, consubstanciado no Liceu de Artes e Ofícios, complementava esse sentido prático da educação. As questões relativas à higiene eram discutidas na Faculdade de Medicina, que acompanhava o debate científico europeu frente às novas e acaloradas discussões sobre a Antropologia Criminal, as doenças e as técnicas de saneamento urbano, cruzando opiniões com os engenheiros.” PESAVENTO, 2002, p. 263.

<sup>180</sup> A partir de Passo Fundo, são implantadas as estações de Coxilha, Sertão, Erechim ( a partir de 1935, Estação Getúlio Vargas), Erebangó, Capo-Erê, Paiol Grande ( até 30 de abril de 1918; Boa Vista a partir de 30 de abril de 1918; Boa Vista do Erechim a partir de 07 de setembro de 1922; José Bonifácio, com o Decreto 7.210 de 05 de abril de 1938 e o Decreto n. 720 de 29 de dezembro de 1944 que muda o nome definitivamente para Erechim), Balisa, Barro ( a partir de 1944, Gaurama), Viadutos, Canavial e Alto Uruguai ( a partir de 1912, Marcelino Ramos).

tornando-se áreas centrais de povoamento e de distribuição destes grupos para outras regiões próximas. São necessárias assim estradas para permitir a circulação e a penetração para o interior.

No final de outubro de 1910, os trens que saíam de Passo Fundo passavam pelo Alto Uruguai. Isso foi possível com a construção de uma ponte provisória de madeira sobre o Rio Uruguai, estabelecendo o tráfego ferroviário entre o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Tempos difíceis, com relatos de enchente, como a de 1911. A solução, no entanto, chega em 1913, quando é concluída a ponte metálica. De acordo com Juarez Illa Font,<sup>181</sup> a viagem era agradável e pitoresca, descrevendo a impressão de um viajante: “a estrada de ferro se estende em curvas estreitas e subidas fortes, serra acima, a ponto de o trem por vezes se obrigar a paradas extras para que a locomotiva tome fôlego, para em novas investidas vencer o caminho.”

Ainda, segundo Illa Font,

A estrada de ferro corta uma das mais opulentas e despovoadas regiões do Rio Grande, na quase totalidade coberta por densa e exuberante floração nativa. Cumpre amplamente sua missão civilizadora. As estações construídas ao longo do seu leito tornam-se permanentes núcleos sociais e pontos de penetração do povoamento. Em pouco tempo tornou-se a espinha dorsal dos transportes, único e precioso veio das importações de bens de uso e consumo, assim como das exportações da produção criada pelo trabalho dos colonizadores. É igualmente o exclusivo meio de viagens e comunicações telegráficas e postais de que podem valer-se as pessoas, comerciantes, empresários, produtores rurais, autoridades, as comunidades em geral. Ao redor das estações formam-se os povoados que evoluiriam para as posições de vilas e cidades.

A construção da estrada de ferro já havia se iniciado, portanto, quando do estabelecimento da sede. Em outubro de 1909 começaram os trabalhos de derrubada da mata. Em fevereiro do ano seguinte, a construção das casas. Segundo o Relatório daquele ano, já no mês de junho, eram 50 residências habitadas, nove casas comerciais, um hotel, um barbeiro, um alfaiate, três sapateiros e um açougue. Em fevereiro, chegam os primeiros imigrantes, sendo quatro famílias com 28 pessoas e mais oito isoladas. Eram transportados pela estrada de ferro até a estação Erechim, e desta, à sede em carroças.

Illá Font faz referência aos primeiros tempos da organização da cidade:

---

<sup>181</sup> ILLA FONT, 1983, p. 92.

Em Paiol Grande, em meados ou fins de 1910, foi construído um prédio em alvenaria no km 107 + 100 metros. É ali que nasce a cidade. É dali que se expande em todas as direções. A zona denomina-se Boa Vista, como consta do Ato Municipal de Passo Fundo n. 62/1903 que subdividiu o 7º Distrito (Capo-Êre) em nove secções.(...) Consta de uma casa de esteios de madeira de lei, coberta de tabuinhas e palha de taquara, com o rodado da casa de tábua de pinheiro. Tem de capoeira nove alqueires e de roça meio alqueire.<sup>182</sup>

O engenheiro Marcelino Ramos quando locava o traçado da estrada de ferro, ao encontrar o paiol, anotou em sua caderneta de campo o nome Paiol Grande. O fato é que, ao construir a estação, a concessionária da ferrovia – Companhia Auxiliar de Estradas de Ferro do Brasil – deu-lhe a denominação de Paiol Grande.<sup>183</sup>

No Relatório<sup>184</sup> de 1911, observa-se que não só a colônia é próspera mas também toda a região atravessada pela estrada de ferro. Esta veio a contribuir em uma região de progresso latente, constituindo a ligação da região com a capital do Estado e com a capital da República.

### 3.1 A ORIGEM DO TRAÇADO DA CIDADE DE ERECHIM

O povoamento e a colonização da região de Erechim foram planejados com acentuada preocupação quanto às regras de urbanização. Exemplo disso foi a preservação de áreas de mata<sup>185</sup> e as medidas que procuravam acabar com os intrusos, transformando-os em proprietários, apostando no desenvolvimento daquilo que Torres Gonçalves chamou de “instinto conservador”.

Em diferentes momentos, Torres Gonçalves afirma que “no Rio Grande do Sul é o Estado quem coloniza”. Acreditava também que a instalação de povoados constituía parte do serviço de colonização. As colônias tinham o papel de centros coletores e distribuidores das mercadorias e centros de pequenas indústrias que solucionariam as necessidades locais.

Após a organização dos povoados, o sistema de decompor a área escolhida foi abandonado para se instalar quadras de 100 metros de lado, orientados segundo as linhas

<sup>182</sup> Primeira turma de medições de ervais de Erechim. Acampamento em Boa Vista, 13 de novembro de 1903. G. Azambuja Fortuna, auxiliar chefe da primeira turma.

<sup>183</sup> ILLA FONT, 1983, p. 99-100.

<sup>184</sup> Os Relatórios da Diretoria de Terras e Colonização encontram-se no Instituto Histórico e Geográfico do RS, em Porto Alegre.

<sup>185</sup> ILLA FONT, 1983, p. 257. Em 1908, havia uma lei que exigia reserva de matos do Estado, na proporção de 25 a 50%, nas regiões onde se estava colonizando, a juízo dos chefes de Comissão de Terras, nas chamadas florestas protetoras – medida prevista no Regulamento de Terras de 1900, Art. 168.

Norte-Sul e Leste-Oeste. As ruas foram projetadas partindo da malha xadrez, com a largura original, conformando-se, a seguir, à topografia, sem modificar as suas dimensões. A avenida diagonal, que levava ao Cemitério Municipal, foi preservada no novo plano, do mesmo modo que a localização do Cemitério.

Todavia, o processo foi posteriormente alterado, seguindo instruções de Torres Gonçalves:

O projeto de urbanismo de Erechim (Paiol Grande) foi organizado pelo então diretor da 3ª Seção de Terras e Colonização, engenheiro Torres Gonçalves, baseado no traçado de Belo Horizonte<sup>186</sup> e Buenos Aires.

Não vingando o primeiro projeto, foi procedido novo estudo cuja orientação foi dada pelo Sr. Caio Escobar e também pelo Sr. Estevam Malinowski e do próprio Torres Gonçalves. Este apresentou sugestão ao projeto dos Srs. Ferdinand Losina, Diemer Schneider e Longines Malinowski, os quais fizeram nova planta.<sup>187</sup>

O tema foi analisado por Karla Fünfgelt, que, sobre o planejamento da cidade de Erechim, escreve:

O mapa original foi localizado nos arquivos da Prefeitura Municipal de Erechim, trazendo em sua extremidade inferior, a assinatura de seu projetista, e uma frase: projeto novo organizado por ordem superior em 1931, de Diemer Schneider e Longines Malinowski. Deduz-se, portanto, que a modificação não foi aceita pelos projetistas. [...] No novo projeto, observa-se que o novo traçado se sobrepõe à malha projetada anteriormente, sendo preservada a área central da vila, parcialmente ocupada e demarcada, onde permaneceu o traçado anterior em malha xadrez. [...] <sup>188</sup>

Segundo a análise da autora, observa-se que nem todo o projeto foi alterado, permanecendo alguns aspectos quando havia boas condições topográficas; provavelmente, tais reparos foram realizados com a verificação de Torres Gonçalves. Assim,

<sup>186</sup> A propósito desta referência, destaco o seguinte trecho da pesquisa de Henderson Lopes: “O projeto urbanístico de Belo Horizonte revela, em sua concepção geométrica, o pensamento positivista de seu autor: o centralismo, o intervencionismo governamental, a necessidade da ordem e do controle generalizado. É o que se depreende, em linhas gerais, do fato de, ao redor do primitivo centro urbano, situar-se uma avenida – a do Contorno – que, como o próprio nome indica, fecha ou limita a cidade. [...] As ruas da zona urbana, em número de 65, inicialmente – foram desenhadas em quadriculados, e, ainda, 12 avenidas regulares e simétricas, traçadas em diagonais, configurando a idéia, no plano urbanístico, de centralização de autoridade. Pode-se destacar, também, na concepção positivista do plano da cidade, o fato de um dos prédios, o Palácio da Liberdade, residência governamental, apresentar, em sua decoração interna, as palavras “Saudação, Trabalho, Fortuna e Esperança”, além de alegorias à Ordem e ao Progresso, à Liberdade e à Fraternidade, de feição positivista. (LOPES, Henderson Marques. *Instituto Vianna Júnior. Aarão Reis: pensamento econômico, social e político de inspiração positivista. Engenharia e Obras Públicas no Brasil - 1880*. Disponível em: <[http://www.viannajr.edu.br/revista/eco/doc/artigo\\_00003.pdf](http://www.viannajr.edu.br/revista/eco/doc/artigo_00003.pdf)>. Acesso em: jun. 2009. p. 5).

<sup>187</sup> DUCATTI NETO., 1981, op. cit., p. 100.

<sup>188</sup> FÜNFGELT, Karla. *História da paisagem e evolução urbana da cidade de Erechim, RS*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. p. 30.

As praças, regulares e bem delimitadas no plano de Torres Gonçalves, dão lugar a dois pequenos bosques. [...] Algumas quadras recebem em seu interior áreas verdes, que se originaram possivelmente, a partir do desenho irregular das quadras, em contraponto à regularidade dos lotes. Algumas pequenas praças, hoje denominadas de rótulas, foram previstas em alguns pontos de convergência de ruas, do mesmo modo que uma área verde de maiores dimensões foi prevista contornando o Cemitério Municipal.

Este plano projetado em 1931 não chegou a ser implantado de todo, mas seu traçado esteve presente nos mapas do Município até meados da década de 50, quando houve um retorno à malha xadrez.<sup>189</sup>

Os projetos são inteiramente subordinados ao terreno, procurando tirar-se deste o maior partido; desde então, as ruas e praças têm os traçados, as formas e as dimensões por ele reclamadas e, pelos mesmos motivos, as quadras e os lotes urbanos. Resulta disto que cada projeto não repete outro, ficando com a sua feição própria. Com efeito, todos bem impressionam bem depois de instalados, pois respeitam a condição fundamental de se harmonizarem ao solo.<sup>190</sup>

A organização dos projetos de povoados subordinava-se ao estudo prévio do relevo. Torres Gonçalves insistia que nenhum povoado fosse instalado sem essa precaução, que, para ele, tinha vantagens múltiplas: sanitárias, estéticas e econômicas. Argumentava que convenientemente escolhidas as situações e metodicamente instalados os povoados, considerados como germens de novas cidades, deixando reservadas contiguamente grandes áreas para os desenvolvimentos possíveis, estar-se-ia encaminhando para o futuro, desde o presente.<sup>191</sup>

Estas considerações foram transformadas em instruções a serem obedecidas pelas Comissões de Terras e Colonização. Entre tais instruções, destaca-se o Capítulo VII, sobre a Organização Urbana, tratando dos seguintes pontos: reservas de áreas para fins urbanos; estudo prévio de relevo do terreno; organização dos projetos urbanos: arruamentos, suprimento de água, esgotos, cemitérios, bosques naturais e reservas de áreas, divisão em lotes urbanos; execução dos projetos urbanos: locação, arborização, edificação, alinhamentos recuados, separação dos edifícios, autorização prévia para edificação, cordões e passeios, condições especiais de edificação; condições de concessão dos lotes urbanos e lotes sub-urbanos.<sup>192</sup>

---

<sup>189</sup> FÜNFGEHT, 2004, p. 31.

<sup>190</sup> Relatório da Diretoria de Terras e Colonização - 1918. In: Relatório da Secretaria das Obras Públicas, p.289.

<sup>191</sup> SPONCHIADO, 2000, p. 281.

<sup>192</sup> Ibid., p. 282

Carlos Barbosa, Presidente do Estado, de acordo com as informações do Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, estabelece o modo de divisão dos lotes urbanos nas sedes coloniais, através do Decreto n. 1881, de 25 de outubro de 1912. Segundo o referido ato:

[...] os lotes deverão medir, sempre que possível 100m por 105m e contenham 10 lotes iguais de 25m por 40m de modo que no centro de cada quadra fique um retângulo de 20m por 25m ou de 500m<sup>2</sup>, podendo esse retângulo ser dividido em seis outros para a distribuição gratuita aos concessionários dos lotes que limitam, sob expressa condição de serem conservadas as árvores ali existentes.<sup>193</sup>

Os Relatórios de 1912 e 1913 falam dos estudos que já estavam sendo realizados para a nova cidade. Apesar da proibição, em 1913, já havia ali algumas casas construídas. Um trecho do Relatório de 1914 esclarece que:

A sede geral da colônia de Erechim em Paiol Grande será o primeiro caso, neste Estado, do estabelecimento de uma cidade com projeto previamente estudado. A sua situação e a sua instalação ordenada a tornarão, certamente, uma bela cidadezinha futura, cujo nome Paiol Grande, deve ser trocado por um outro menos prosaico.

No mesmo ano, Torres Gonçalves expõe o seu Plano de Viação da Zona Norte do Estado, em que defende que os traçados das vias artificiais de comunicação devem estar sujeitos às conveniências da população e às condições topográficas. Devem atravessar as regiões mais povoadas e de maior produção; precisam estar subordinadas, sobretudo, à hidrografia. Basicamente, o plano era constituído por uma linha férrea que atravessaria a zona da mata do Norte do Estado, paralelamente ao Rio Uruguai, partindo de Uruguiana para terminar em Torres. Atravessaria as Colônias Serro Azul, Guarani, Boa Vista, Santa Rosa, Guarita e Erechim, onde se ligaria à linha férrea Rio Grande - Rio de Janeiro.<sup>194</sup>

Em 1915, o Relatório informa:

Sede geral em Paiol Grande. Foi iniciada a locação do povoado. Tendo sido demarcados no período deste relatório (1/7/1914 a 30/6/1915) 550 lotes. Até fins do corrente ano, deve estar transferida para este povoado a administração da colônia, aguardando-se para isto apenas a construção do edifício respectivo. A medida é da maior conveniência, quando se considera o conjunto da região da qual Paiol Grande é o centro geográfico, de onde melhor podem ser atendidos os trabalhos atuais e próximos, de colonização e de viação a serem realizados. Isto, reunido à sua situação admirável, junto à Viação Férrea, bem como a ordem e método observados na sua

<sup>193</sup> IOTTI, 2001, p.847.

<sup>194</sup> SPONCHIADO, 2000, p. 283.

instalação, induzem a prepará-lo para seu próximo papel de sede natural do futuro Município a ser construído dentro de poucos anos na região.

O projeto urbanístico de Erechim, como foi visto, foi concebido por desenhos de tabuleiro, a partir de loteamentos. A zona de fundação manter-se-á, em grande parte, fiel ao projeto original, mas as intervenções do modo de ser e de viver dos imigrantes e de seus descendentes viriam a conformar uma nova cidade, para além do que havia sido planejado, como se observará, a seguir, a partir da análise de dados e de imagens da área central.

### 3.2 PODER SIMBÓLICO NA CONQUISTA DO ESPAÇO URBANO – CIDADE E IMAGEM

As cidades, assim como as pessoas, têm personalidade. Tem seu jeito próprio, qualidades, defeitos, características que distinguem umas das outras. E tem uma história, formada pela soma das histórias de todos os que ali vivem ou viveram. Uma parte desta história vai sendo contada, escrita e incorporada à cultura da população. Outra parte fica impressa no espaço urbano e é contada pelos próprios recantos, pelas ruas, pelas construções. Do prédio mais antigo ao mais recente, as construções testemunham a passagem dos homens pelo lugar, mostram como vivem e o que são capazes de construir.<sup>195</sup>

Este tópico propõe-se a pensar a formação da cidade, usando conceitos desenvolvidos nas áreas da cultura visual e da construção dos padrões de visualidade para a representação do espaço urbano na primeira metade do século XX.

Para Maria Adélia de Souza,

A urbanização e o urbano, vistos sob a ótica da divisão social e territorial do trabalho, passam a se constituir em formação socioespaciais. Ser urbano hoje, já sabemos, não significa mais viver no espaço físico da cidade. A questão urbana apresenta uma magnitude distinta. Cidade e campo já não são hoje complementares, mas confluentes.

Hoje temos mais clareza conceitual sobre a cidade, que é o lugar, o concreto, o particular, o interno. Nela está o transporte, a especulação imobiliária, a habitação. Enquanto no urbano – o abstrato, o geral, o externo – estão a produção, as classes sociais, a divisão do trabalho<sup>196</sup>.

<sup>195</sup> DETONI, M. G. Erechim e sua Arquitetura antiga. *A Voz da Serra*, Erechim, p. 7, 9 abr.1989, Caderno Especial.

<sup>196</sup> SOUZA Maria Adélia A. de; DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: SOUZA Maria Adélia A. de; DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p.115.

Uma das tarefas concentrou-se em refletir sobre a maneira que “determinado estilo de vida”<sup>197</sup> contribuiu para a compreensão de como se constrói a representação da cidade, como se cria uma topografia simbólica. O objetivo foi buscar a intencionalidade nas representações da cidade, notadamente a avenida principal e a sua extensão e, mais especificamente, a Praça Central, marco e da construção e reconstrução (após incêndio), local onde os Poderes se concentravam – Prefeitura, Fórum, Câmara de Vereadores e, na origem, a Inspetoria das Terras.

Segundo Milton Santos:

O território não é apenas o lugar de uma ação pragmática e seu exercício comporta, também, um aporte da vida, uma parcela de emoção, que permite aos valores representar um papel. O território se metamorfoseia em algo mais do que um simples recurso. [...] <sup>198</sup>

No intercruzamento dos espaços, incluímos a cultura produzida lentamente na comunidade. Mais do que nunca, modificam-se as noções e os usos dos espaços. Aqui encontramos os jogos de poder e de sedimentação desse espaço. Nesse jogo de forças, as cidades sofrem pressões múltiplas que não permitem afirmações sobre o modo de como o indivíduo se apropria dos lugares:

As quatro funções principais (chaves do urbanismo) – habitar, trabalhar, recrear-se e circular – engendrariam áreas específicas. A cada função, a sua área de solo exclusiva. A área residencial ocupa o lugar principal no urbanismo, enquanto a circulação deverá organizar a cidade existente. <sup>199</sup>

Roberto Lobato Corrêa<sup>200</sup> afirma que as relações entre cultura e urbano se manifestam de diversas maneiras e ressalta três modos possíveis de tais manifestações.

A primeira delas é a toponímia e a identidade, que expressa uma efetiva apropriação do espaço por um dado grupo. Para o autor, existe uma toponímia oficial associada aos interesses de uma elite; ela seria, pois, construída institucionalmente. Outra, informal,

---

197 [...] “Estilo de vida pode ser definido como sendo as práticas que o indivíduo incorpora em sua vida que não preenchem apenas necessidades utilitárias, mas dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade.” GIDDENS, 2002, p.79.

198 SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 7.

<sup>199</sup> GARCIA LAMAS, José Manuel Ressano. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Cidade funcionalista. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1993. p.345.

200 CORRÊA; ROSENDAHL, 2003, p 177.

ancorada na cultura popular, extremamente viva, reconhecida por todos, identifica os lugares e as pessoas que nelas vivem.

A segunda manifestação está presente na produção de formas simbólicas da cidade. Estas podem ser entendidas de modo abrangente como objetos investidos de significados emocionais ou intelectuais que, de alguma maneira, tornam-se instrumento de comunicação, de ornamentação ou mesmo de posição social. É a partir desse “capital cultural” que reconhecemos a identidade de tais lugares. Circula-se, assim, por um mapa traçado pelos hábitos cotidianos que apresentam a comunidade com determinada identidade.

Finalmente, o terceiro modo de relação entre cultura e urbano está, para Lobato Corrêa, na paisagem urbana e seus significados. A paisagem muda constantemente devido à reciclagem e à circulação dos signos e símbolos. Esse pensamento é pertinente, visto que nos possibilita concluir que a paisagem urbana pode expressar valores da sociedade; desta maneira, permite-nos reconhecer a existência de uma cultura na cidade, transformando o todo.

O estudo sobre as formas de ocupação do espaço urbano não é novidade. Hoje, porém, é preciso repensar algumas noções. Atualmente, é possível um diálogo aberto com outras ciências pela abrangência que os estudos da área urbana buscam. Em relação ao tempo, o presente é um foco de interesse, pois afirma a criação cultural como parte integrante da trajetória humana. Em relação à escala, os objetos e as ações devem ser interpretados, levando-se em conta a escala em que ocorrem, isto é, o que seria universal, particular ou singular; também, quando a História e a Geografia apontam a atividade humana como material e simbólica.

No Brasil, a palavra *planejamento* associada à questão urbana é mais recente que Urbanismo e sempre teve uma conotação associada à ordem, à racionalidade e à eficiência; já o segundo conceito ainda guardava resquícios do "embelezamento" e sempre foi mais associado à Arquitetura e à Arte urbanas.<sup>201</sup>

---

<sup>201</sup> Em agosto de 1896, foi fundada a Escola de Engenharia, por um grupo de engenheiros da Escola Militar. Oficialmente era um entidade privada que dependia de fundos oficiais para seu funcionamento com ingerência governamental total. Devido às generosas verbas, a escola, em sua expansão se comporia de: Instituto de Engenharia; Instituto Montaury – formava engenheiros mecânicos e eletricitas, também conhecido como Instituto Eletrotécnico; Instituto Borges de Medeiros, que formava agrônomos, médicos veterinários, laboratórios de biologia, zootecnia e de física de solos. (SOUZA, Celia Ferraz de. *Imagens urbanas: os*

É possível efetuar uma periodização da História do Planejamento Urbano no Brasil, subdividindo-a em três grandes fases: a primeira, que particularmente interessa, vai de 1875 a 1930, e é caracterizada pelos planos de melhoramentos e de embelezamento. A segunda, de 1930 a 1990, período representado por investimentos em obras de infra-estrutura, e também caracterizado pelo predomínio dos planos diretores e pelo discurso de planejamento; a terceira, a partir de 1990 até os dias atuais, representada pelo surgimento dos planos que conciliam as obras de infra-estrutura com as de embelezamento.

A preocupação do período era a concepção de um sistema viário arrojado para a época e de um instrumento para a afirmação autoritária dos dirigentes estatais.

Uma medida importante era a aplicação de teorias sanitaristas e que consistia basicamente na instalação da rede de esgoto e de água tratada. A valorização do urbanismo em detrimento da Arquitetura explica-se pela concepção comteana da hierarquia dos conhecimentos que são mais altos quanto mais se aproximavam do social.

Para Ana Fani Carlos,

Se pensarmos a discussão sobre a noção de cidade apoiada na sua aparência, esta tem como ponto de partida a construção de uma imagem que as pessoas fazem da cidade. [...] A paisagem urbana, enquanto forma de manifestação do espaço urbano, reproduz num momento vários momentos da História. Aí emergem os movimentos, a multiplicidade dos tempos que constituem o urbano. A paisagem é humana, tem a dimensão da História e do socialmente reproduzido pela vida do homem.<sup>202</sup>

Até porque as cidades são, antes de tudo, experiências visuais, espaço físico como resultado da interferência humana, lugares saturados de significações acumuladas através do tempo, como expresso no texto de Maria Stella M. Brescianni<sup>203</sup>.

Os vários tempos vividos de uma cidade estão fixados nas imagens de seu espaço físico e de seus habitantes. São lembranças de um tempo passado que servem à correta compreensão do processo histórico, pois é na forma de imagens que a cidade ganha existência

---

diversos olhares na formação do imaginário urbano. 2006. Disponível em: <<http://www.pgau-cidade.ufsc.br/ica52/trabalhos/SOUZA%20celia.pdf>>. Acesso em: mar. 2007.

<sup>202</sup> CARLOS, Ana Fani. *A cidade*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.13, 24.

<sup>203</sup> BRESCIANNI, Maria Stella M. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 237.

na memória de seus habitantes e visitantes; registra, ainda, as mensagens do tempo, facilitando a compreensão e a assimilação da História e do espaço estudado.

A imagem é o resgate físico e visual de marcas memoráveis da cidade que, através dela, escreve a sua História documental de episódios, datas, estéticas e personagens. A imagem é, pois, uma reconstrução simbólica da História documental de uma cidade.<sup>204</sup>

Nesta pesquisa, pretendeu-se recolher imagens para se reconfigurar o chamado *centro*, o conjunto que caracteriza a cidade, sendo aquelas de diferentes décadas do século XX.<sup>205</sup> A proposta foi relacionar a História da cidade de Erechim, estabelecer uma relação entre as imagens analisadas e que demonstraram o desenvolvimento, a fim de se verificar as ações do poder quanto ao gerenciamento e quanto ao uso racional do espaço – Praça da Bandeira e Avenida Maurício Cardoso.

Partindo-se das fotografias da cidade, verifica-se que, à época, possuíam caráter documental e de memória, registrando os bairros e as novas intervenções urbanas e arquitetônicas que representavam a Modernidade. A fotografia era a única forma capaz de acompanhar o ritmo das transformações, ocupando, assim, um lugar de testemunha privilegiada no processo de desenvolvimento urbano em uma sociedade carente de informação visual, porém ávida por informações e por imagens.<sup>206</sup>

A fotografia, é sabido, não tem nenhum sentido fora de seu contexto histórico. O que conecta a diversidade dos locais em que opera é a própria formação social: os locais históricos específicos para a representação e para a prática que a constitui. Especificamente falando, a fotografia não apresenta nenhuma identidade. Seu *status*, como tecnologia, varia com as relações de poder que investe. Aos poucos, a fotografia perde a sua condição de cópia do real para ser subjetiva, interpretativa, valorizando o discurso do seu autor. Contudo, não devemos esquecer que a leitura das imagens é ambígua e possibilita diferentes usos. Aqui, a análise das imagens permite visualizar, década após década, as modificações crescentes no espaço urbano de Erechim.

---

<sup>204</sup> PAULA, Daniela de. *Paisagem, imagem, fotografia*. 1999. Disponível em: <[http://www.car.ufes.br/cidade\\_imagem](http://www.car.ufes.br/cidade_imagem)>. Acesso em: set. 2008.

<sup>205</sup> Imagens cedidas pelo Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font – Erechim e pelo Arquivo do Museu da Imprensa Geder Carraro de Erechim.

<sup>206</sup> FABRIS, Annateresa. A invenção da fotografia: repercussões sociais. In: \_\_\_\_\_ *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 12.

Para tanto, foram escolhidas imagens da Praça da Bandeira em diferentes períodos e veiculadas no Álbum de 1936<sup>207</sup> (42 fotografias); no Guia Geral do Município de 1958<sup>208</sup> (40 fotografias); no Álbum comemorativo de 1968<sup>209</sup> (17 fotografias) e do Álbum Fotográfico da História de Erechim: Edelbra, 2000, de onde foi extraída a imagem da planta baixa do plano viário inicial da cidade, que consta no Relatório de Obras Públicas de 1914, totalizando 100 fotografias<sup>210</sup>.

Buscou-se, através das imagens, reforçar-se a idéia de uma construção do espaço do centro da cidade e da praça como elementos concebidos e preservados, referenciais de progresso e do sucesso de um planejamento.

As imagens fazem parte de um acervo oficial e mostram os atributos do espaço urbano em expansão, eliminando aos poucos as feições rurais, ao promover o embelezamento e ao descartar a função residencial, já que comporta os centros dos Poderes constituídos pela República e a área comercial, que traduz a força econômica do Município.

O ponto de partida foi a consideração da imagem visual como parte integrante do processo simbólico que, reformulada, dá sentido aos elementos presentes nas relações sociais. As imagens aqui assumem funções legitimadoras, propulsoras e pedagógicas. A escolha dos álbuns permitiu reconhecer a idéia subliminar e de representações e valores associados ao poder, à racionalidade e à organização do espaço urbano bem como do desenvolvimento da cidade. Para isso, foi estabelecida uma cronologia documental a partir das datas de publicação dos respectivos documentos, a saber, 1936, 1958 e 1968.

Com a intenção de estabelecer vetores na organização visual da documentação estudada, constituíram-se grupos de imagens. Após a identificação e quantificação,

---

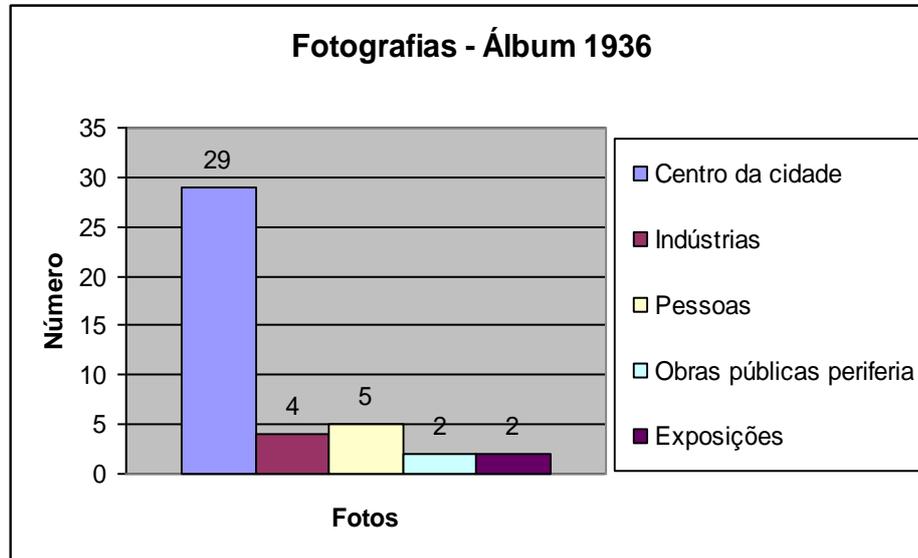
<sup>207</sup> FRAINER, João (Org.) *Álbum do Município de Erechim*. Erechim: Livraria Modelo, 1936.

<sup>208</sup> GUIA Geral do Município de Erechim. Organizado e elaborado pela gráfica São Judas Tadeu. Comemorativo do 40º aniversário de fundação do Município, 1958.

<sup>209</sup> BUSATO, Padre Benjamin. *Meu Erechim Cinquentenário*. 1968. Imagens dos fotógrafos Bernd, Lazarotto, Tomazzoni, Grandó, Azanello e Zardo. Álbum e informações do historiador Altair Menegati.

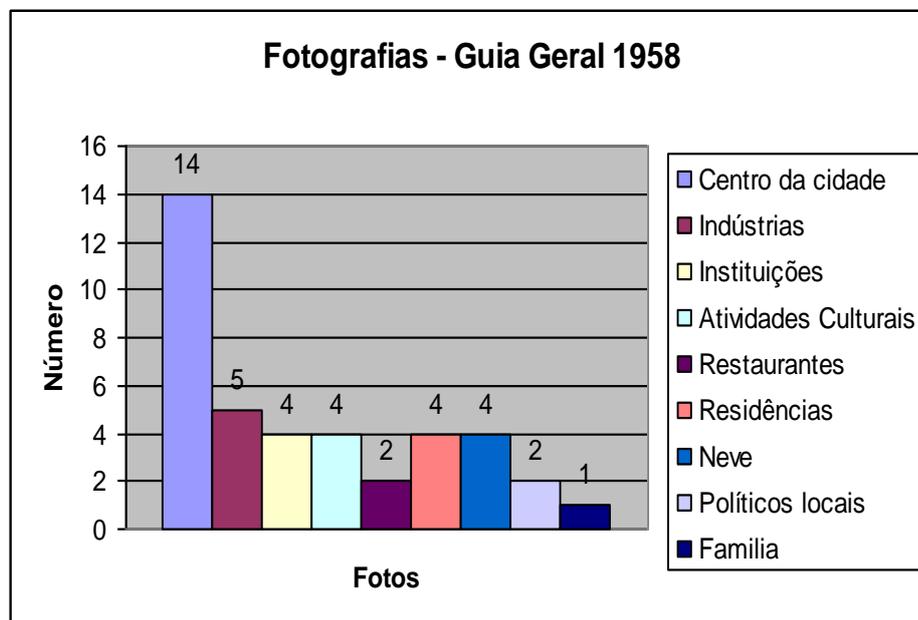
<sup>210</sup> A planta baixa da cidade consta neste trabalho como um referencial para entendimento das imagens analisadas. Muitas dessas imagens constam do *site* da Prefeitura Municipal e foram gentilmente cedidas pelo Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, de Erechim.

observaram-se aquelas que se destacavam pela recorrência e pela relação de dependência, formando-se, assim, conjuntos distintos<sup>211</sup>, conforme os gráficos que seguem:



**Gráfico 1 - Fotografias - Álbum 1936**

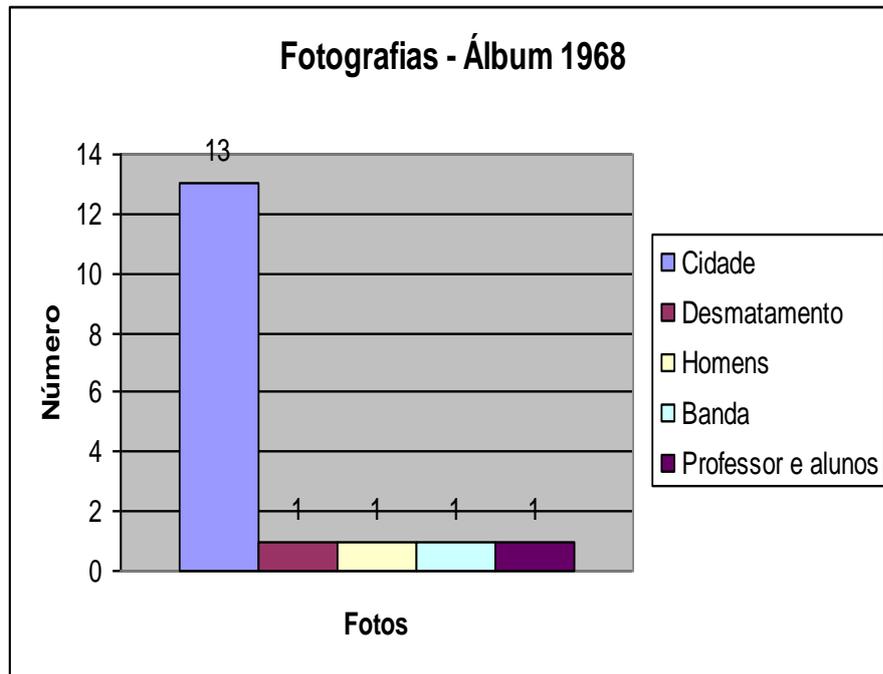
Fonte: FRAINER, João (org.) *Álbum do Município de Erechim*. Erechim: Livraria Modelo, 1936.



**Gráfico 2 - Fotografias - Guia Geral 1958**

Fonte: GUIA Geral do Município de Erechim. Organizado e elaborado pela gráfica São Judas Tadeu. Comemorativo do 40º. aniversário de fundação do Município, 1958.

<sup>211</sup> LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica do consumo: álbuns da cidade de São Paulo, 1887-1954*. Campinas; SP: Mercado das Letras; FAPESP, 1997. O trabalho das autoras serviu como referencial para a análise dos referidos álbuns e fotografias.



**Gráfico 3 - Fotografias - Álbum 1968**

Fonte: BUSATO, Padre Benjamin. *Meu Erechim Cinquentenário*. 1968.

O recorte temático do conjunto comparativo reforça a idéia da intervenção do Estado nesta conquista e valoriza o Poder Público como agente capaz e qualificado. É, pois, exitoso na proposta; legitimado, portanto, em suas ações.

A vinculação ideológica é explícita e associa o dinamismo urbano com as esferas de poder desde a sua origem até os dias atuais, ou seja, não só é promovida como também é mantida.

Toda fotografia como produto cultural é trabalho de um fotógrafo, o qual também está inserido em um contexto particular e que serve a um propósito, ora pessoal, ora pré-determinado por alguma ideologia ou por motivação profissional. No caso, todavia, constatou-se que a autoria das imagens não era uma preocupação. Poucos se identificam ou datam as suas fotografias<sup>212</sup>. Nos álbuns pesquisados, pode-se descobrir o nome e o endereço de alguns estúdios como: Manoel Tomazzoni, proprietário do atelier fotográfico denominado Fotografia Tomazzoni; Foto-Arte-Erechim, de Zeferino Azanello; e Foto Studio

<sup>212</sup> LEITE, Miriam Moreira. A imagem através das palavras. In: \_\_\_\_\_. *Retratos de família*. São Paulo: Edusp, 1992. A autora faz referência à dificuldade de análise de imagens que ao se tornarem públicas, arrancadas de redes de relações conhecidas e significativas sofrem alterações ou desinformações.

Grandó. Sobre este, havia uma propaganda que trazia os seguintes dizeres: “fotografias artísticas, polifotos, reportagens, revelações e cópias de amadores, quadros a óleo, identidades, vendas de aparelhos e materiais fotográficos.” Grandó foi sócio de Tomazzoni e sucedido por Lírio Zardo.

A fotografia, como linguagem de imagens, só recentemente passou a ser tratada pela História como objeto de investigação. A partir de uma avaliação da produção historiográfica recente sobre fotografia, Ana Maria Mauad<sup>213</sup> estabelece três premissas para o tratamento crítico das imagens: a noção de série ou coleção, a intertextualidade e o trabalho transdisciplinar.

Para Charles Monteiro,

A fotografia é um recorte do real. Primeiramente, um corte no fluxo tempo real, o congelamento de um instante separado da sucessão dos acontecimentos. Em segundo lugar, ele é um fragmento escolhido pelo fotógrafo pela seleção de tema, dos sujeitos, do entorno, do enquadramento, do sentido, da luminosidade, da forma, etc. Em terceiro lugar, transforma o tridimensional em bidimensional, reduz a gama das cores e simula a profundidade do campo de visão. Ela é também uma convenção do olhar herdada do Renascimento e da pintura, que é necessário aprender para ver. A câmara fotográfica capta mais e menos do que o nosso olho pode ver.<sup>214</sup>

A fotografia foi interpretada como texto; como tal, necessita ser relacionado com o contexto e exige o levantamento da cultura histórica que homologa as imagens fotográficas e que produz sentido social. É fonte de pesquisa para a História, desde que considerada simultaneamente como imagem documento – como índice que informa alguns aspectos do passado – e como imagem monumento – como símbolo ou o que deve ser perenizado ou tornado referência do passado para o futuro.

Aqui, procurou-se fazer o que Boris Kossoy faz em sua obra *Fotografia e História*<sup>215</sup>, isto é, reconhecer na imagem o que está nas entrelinhas, assim como o fazemos em relação aos textos. Partiu-se, não de uma idéia de série ou de coleção, mas sim de uma seleção de imagens de um mesmo local, em épocas distintas e de fotógrafos diversos.

<sup>213</sup> MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Org.). *A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação*. São Paulo: Cortez, 2004.

<sup>214</sup> MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. *MÉTIS: História & Cultura*. Caxias do Sul, v. 5, n. 9, 2006. p. 12.

<sup>215</sup> KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989. p. 79.

Examina-se, em um primeiro momento, a Praça Cristóvão Colombo, hoje denominada Praça da Bandeira. Na seqüência, a construção da Avenida José Bonifácio, atualmente nominada Maurício Cardoso.

### 3.2.1 Praça Cristóvão Colombo – Praça da Bandeira

Desde 1914, a Praça da Bandeira foi o local destinado a ser a Praça Central, como confirma a imagem a seguir:



**Ilustração 3 - Mapa da cidade de Erechim**  
Fonte: Museu da Imprensa Geder Carraro – Erechim

A Praça foi o marco da construção da cidade, e a sua representação em inúmeras imagens fotográficas reforça a idéia de construção de uma cidade através de um projeto urbanístico em contínuo processo de desenvolvimento, ou seja, uma comprovação da intervenção, das etapas e do sucesso obtido.

José Lamas diz que,

A composição urbana clássica apresentará uma perfeita complementaridade entre os três elementos geradores principais: o traçado retilíneo, a quadrícula e a praça.

Alguns autores distinguem a praça propriamente dita dos recintos espaciais, sendo a primeira uma verdadeira criação mediterrânica, italiana e francesa.(...)

A praça é entendida como um recinto ou lugar especial, e não apenas um vazio na estrutura urbana. É o lugar público, onde se concentram os principais edifícios e monumentos – quadro importante da arte urbana. A praça adquire valor funcional e político-social, e também o máximo valor simbólico e artístico. A praça é também cenário, espaço embelezado, manifestação de vontade política e prestígio.

As praças podiam ser delimitadas por edifícios públicos, por igrejas ou edifícios religiosos, por filas de habitações ou palácios. Eram lugares de cenário urbano e decoração, suporte e enquadramento de monumentos, e também lugares de vida social e de manifestações de poder <sup>216</sup>.

Para Denise Schmidt Rigoni, o planejamento do sistema viário da cidade baseava-se em uma ampla avenida, ligando a estação ferroviária a uma praça, destinada a ser o coração da cidade. A intenção de tornar a Praça da Bandeira o ponto focal é evidente pelo traçado geométrico que resulta em dez ruas convergindo pra esta <sup>217</sup>.

Em documento do Arquivo Histórico de Erechim, com o título *Praça da Bandeira*, encontramos a seguinte descrição:

A Praça da Bandeira dá origem a 10 avenidas que para ela convergem. O ponto central da cidade, marcado por esta praça, lembra o traçado da Cidade de Paris, Buenos Aires e Belo Horizonte. [...] As avenidas que convergem para a Praça da Bandeira, a começar pelo Norte, são as seguintes:

Av. Maurício Cardoso; Av. Tiradentes (em direção oblíqua); Av. Amintas Maciel; Av. Comandante Kramer; Av. 15 de Novembro; Av. Sete de Setembro ( lado sul); Av. Pedro Pinto de Souza; Av. Salgado Filho; Av. Uruguai; Av. Presidente Vargas <sup>218</sup>.

Ainda, segundo este mesmo Documento, o projeto do chafariz foi trazido da Itália, no ano de 1952, pelo irmão do Prefeito que esteve no Colégio Pio Brasileiro, de Roma, fazendo estudos de Teologia – seu nome era Pedro Paulo Mandelli.

A Praça deveria transformar-se no centro político e administrativo. Em frente a atual Prefeitura, foi construído – de 1912 a 1915 – um dos prédios mais antigos da cidade, a sede da

<sup>216</sup> GARCIA LAMAS, 1993, p. 174.

<sup>217</sup> SCHMIDT RIGONI, Denise Pippi. *Arquitetura da imigração italiana em Erechim*. Estudo apresentado à Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Disciplina de Arquitetura do Rio Grande do Sul. Prof. Günter Weimer, jun.1990.

<sup>218</sup> O documento não contém assinatura e nem está datado. ver: Anexo A, p. 143.

“Comissão de Terras”<sup>219</sup>, atualmente chamado ‘Castelinho’, e que terminou por transformar-se no símbolo da colonização de Erechim e região. O prédio possui uma área de 603,91 m<sup>2</sup>. Para a construção, foi utilizada madeira proveniente de Getúlio Vargas, telhas do Município de Capinzal, Santa Catarina; e as pedras utilizadas nos alicerces vieram das cabeceiras do Rio Dourado. Não foram utilizados pregos, apenas encaixes entre as madeiras. A inauguração data de 20 de abril de 1916. Diferenciava-se das demais construções pela riqueza de detalhes, até então ausentes. Os telhados possuem grande inclinação e na parte inferior há um ‘porão’ de pedras que elevou a edificação e que possibilitou a construção de uma escadaria que dá acesso ao interior do prédio.

Tombado como Patrimônio Público do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Castelinho está sob o domínio do Município desde 1998. Localiza-se na Praça da Bandeira, s/n. Atualmente, é sede da Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo.



**Ilustração 4 - Sede da Comissão de Terras. “Castelinho”**

Fonte: <<http://www.panoramio.com/photo/5164597>>. Acesso em abr.2009.

Para a arquiteta Maríndia Girardello Detoni,

---

<sup>219</sup> Além de demarcar lotes, a Comissão de Terras oferecia apoio financeiro e tecnológico, ferramentas e sementes para os colonos.

A antiga sede da Comissão das Terras é com certeza a mais antiga construção de madeira de Erechim ainda existente.

Foi construída quando a colônia recém-criada pelo Governo do Estado estava começando a tomar forma. Os imigrantes vinham em quantidade das chamadas colônias velhas. [...] Desembarcavam na estação ferroviária e se dirigiam ao escritório da Comissão, que os alojava provisoriamente em galpões construídos para isso, dava-lhes algumas ferramentas, encaminhava-os aos lotes que haviam escolhido, urbano ou rural e ainda dava toda a orientação necessária para que construíssem suas casas e iniciassem o plantio<sup>220</sup>.

O projeto paisagístico da Praça só foi elaborado em 1950 pelo Engenheiro Urbanista e Paisagista Francisco Riopardense de Macedo<sup>221</sup>, à época Chefe de Obras da Prefeitura Municipal.

A propósito, Karla Fünfgelt afirma:

O centro da cidade foi definido no decorrer de sua História. Antes mesmo da implantação do plano urbano, a cidade teve o seu desenvolvimento iniciado nas proximidades da Estação Ferroviária, onde a função comercial se concentrava. Os regulamentos do primeiro ratificaram o plano urbano, projetando a Avenida José Bonifácio e a Praça Cristóvão Colombo, ligando-as à Estação. Descobrir os centros urbanos não é partir do dado (centro da cidade), mas retrair as linhas de força do conjunto de uma estrutura urbana mostrando suas articulações.

O Sistema Econômico, constituído pelas funções de produção, consumo e troca, sempre foi o mais destacado na parte central, por meio das instituições financeiras e do comércio, o qual era composto pelas mais diversas atividades. A moradia, função que se fez bastante presente no início da ocupação, já não pode mais ser considerada como uma das funções primordiais da área central<sup>222</sup>.

No entorno da Praça da Bandeira, encontra-se, hoje, além do Castelinho, o prédio da Prefeitura Municipal, a Igreja Matriz, a Igreja Episcopal Brasileira, o Instituto Anglicano Barão do Rio Branco, uma agência bancária, além do prédio hoje ocupado pela Delegacia de Educação e que, durante décadas, serviu de sede do Poder Judiciário, espaço simbólico que este cedeu ao transferir o Fórum para local distante da área central. No interior da Praça, além do chafariz, há um busto do Presidente Getúlio Vargas, com a Carta Testamento, e um painel da colonização do Município, constituído de desenhos com pedras de cores diferentes,

<sup>220</sup> DETONI, 1989.

<sup>221</sup> “Francisco Riopardense de Macedo era natural de Porto Alegre, 1921-2007. Além de historiador era engenheiro de formação, mas atuou como arquiteto e urbanista. Estudou Urbanismo em Montevideu, trabalhou na Secretaria Estadual de Obras, foi diretor do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e professor de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nos últimos anos, esteve ligado ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. O projeto da Praça Cristóvão Colombo, hoje Praça da Bandeira, foi de sua autoria, além de outros. Gostava muito de emoldurar no solo figuras com pedras portuguesas. O frontispício do colono ao arado puxado por uma junta de bois em frente ao prédio da Prefeitura foi também de sua criação.” DIAS, Francisco Basso. Disponível em: < <http://www.clicerechim.com.br/>>. Acesso em: dez. 2008.

<sup>222</sup> FÜNFGELT, 2004, p.59.

formando mosaicos. Nos canteiros laterais, foram plantadas árvores tais como ipê roxo, cipreste e cipreste do Líbano.



**Ilustração 5 - Praça Central. Boa Vista do Erechim. Década de 1920.**

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Erechim

A fotografia 5 é da década de 1920, de autoria desconhecida. Panorâmica e descensional, retrata, em primeiro plano, a Avenida e a Praça que estão sendo construídas. Em segundo plano, as casas e o “Castelinho” – Comissão de Terras. Ao longe, outras construções, entre elas, o Colégio São José, das Irmãs Franciscanas – escola construída em 1923 e destruída por um incêndio em 1963 – e o mato que ainda existia em abundância. A imagem não é nítida, porém consta como a primeira representação de construção do espaço analisado. A residência em destaque desapareceu em decorrência de um incêndio e permitiu, assim, uma reconfiguração do espaço.

A propósito, ocorreram três grandes incêndios na História da cidade: o primeiro, em 08 de novembro de 1931, iniciou-se durante uma sessão cinematográfica e destruiu doze casas. O segundo, em junho de 1932, destruiu onze casas de madeira, na Avenida José Bonifácio; o terceiro, em 03 de março de 1933, na mesma Avenida, queimando cinco casas.<sup>223</sup>

<sup>223</sup> Segundo Karla Fünfgelt, devido à repetição dos incidentes em tão curto tempo, houve questionamentos em relação à natureza dos princípios dos incêndios. Todas as edificações queimadas estavam seguradas e, portanto, todos os proprietários foram ressarcidos pela Seguradora Livonius Administração e Corretagem de Seguros Ltda. A Avenida foi então apelidada de Avenida Livonius. Ver: FUNFGELT, 2004, p. 73.

A partir desses incêndios, o Prefeito Amintas Maciel, por meio do Ato n. 22<sup>224</sup> de 12 de fevereiro de 1931, proíbe a construção de casas de madeira no núcleo central da cidade, como forma de prevenção. Os novos prédios, deste modo, deveriam ter no mínimo dois pavimentos. O objetivo da lei foi, além de proteger possíveis novos incêndios, possibilitar um aumento na densidade populacional na área central e, de forma indireta, melhorar a qualidade das construções. Assim, a Avenida Maurício Cardoso passa por modificações, com a construção de pequenas edificações de dois pavimentos. Inicia-se uma nova fase em que a Arquitetura da região adquire maior qualidade por meio dos prédios de alvenaria que começam a surgir<sup>225</sup>.

De fato, há uma intenção de transformar a imagem do povoado, que deixaria as feições acanhadas de uma cidade do interior e passaria a construir uma nova imagem. No mesmo período, várias obras públicas serão construídas na área central e no entorno da Praça. A construção do prédio da Prefeitura Municipal foi iniciada em 1929 e concluída em 1932 é um exemplo da arquitetura dos prédios públicos no período em que predominava o estilo eclético.

---

<sup>224</sup> De acordo com a referida Lei, ficavam proibidas:

Art 1º. Na Avenida José Bonifácio, no trecho compreendido entre as praças Júlio de Castilho e Cristóvão Colombo, inclusive as referidas praças; a quadra da Rua Ceará entre a Av. José Bonifácio e a Rua Pedro Álvares Cabral; a quadra da Rua João Pessoa entre a Av. José Bonifácio e Rua Pedro Álvares Cabral; a quadra da Rua Oswaldo Aranha entre a Av. José Bonifácio e a Rua Barão do Rio Branco; a quadra da Av. Benjamin Constant entre a Praça Cristóvão Colombo e a Rua Barão do Rio Branco; a quadra da Avenida Tiradentes entre a Praça Cristóvão Colombo e a Rua Pedro Álvares Cabral; a Rua Barão do Rio Branco, quadras compreendidas entre as Ruas Argentina, Flores da Cunha; a Rua Pedro Álvares Cabral, quadras compreendidas entre a Av. Brasil Este e Rua Rio de Janeiro; a quadra da Rua Argentina entre a Praça Júlio de Castilhos e a Rua Barão do Rio Branco; a quadra da Av. Brasil Este entre a Praça Júlio de Castilhos e Rua Pedro Álvares Cabral.

Art. 2º. As construções de madeira ou partes delas existentes na zona compreendida no artigo anterior não poderão igualmente sofrer modificações algumas ou consertos de qualquer natureza.

Art. 3º. Verificando que tais modificações necessitam de consertos, serão seus proprietários intimados a transformá-los dentro de prazo razoável, em construções de alvenaria e de acordo com a planta aprovada por esta Prefeitura.

Em 26 de fevereiro de 1931, o Prefeito decreta o Ato n. 25, ampliando o perímetro a que se referia o Ato anterior, estendendo à Av. Sete de Setembro, entre a Praça Cristóvão Colombo e as Ruas Alemanha e Bahia. (FÜNFGELT, 2004, p. 70).

<sup>225</sup> SCHMIDT RIGONI, 1990, p. 32.



**Ilustração 6 - Prédio da Prefeitura Municipal de Erechim**

Fonte: <<http://www.panoramio.com/photo/5165004>>. Acesso em: dez. 2008.

Conforme a análise de Denise Schmidt Rigoni,

O conjunto é o de um palácio renascentista, predominando as linhas horizontais e a geometria características das construções baseadas nos fundamentos do classicismo, como colunas quase jônicas, balaústres torneados, janelas retangulares, apresenta volutas barrocas sustentando as sacadas, janelas em arco que lembram o românico e outros tantos elementos de difícil definição. É o único prédio desta época que mostra o cuidado com as quatro fachadas. E um dos poucos que tem o espaço interno condizente com o exterior, em termos de impacto: grande saguão e ampla escadaria.

O projeto da Prefeitura foi elaborado em Porto Alegre. Para Karla Fünfgelt, tinha como objetivo, refletir, por meio da sua Arquitetura, os símbolos do Poder Republicano. A monumentalidade do projeto representava a idéia de hierarquia, reforçando ainda mais a Praça Cristóvão Colombo como centro simbólico da cidade.

Ainda, segundo a autora:

A praça recebeu diversas obras de melhoramentos, pois até então, não possuía sequer delimitação física, a não ser a demarcada pelo tráfego de pedestres e de veículos. Desse modo o prefeito promove a terraplenagem da área da praça e a delimita em forma de elipse com um cordão duplo de cimento armado. Executa ainda, no interior da praça, a instalação de postes de ferro para a iluminação, com alimentação subterrânea, arborização e execução de passeios<sup>226</sup>.

<sup>226</sup> FÜNFGELT, 2004, p. 75.

No mesmo período, na esquina da Avenida José Bonifácio com a Rua General Flores da Cunha, foi construída uma Igreja Matriz – São José –, para substituir a anterior, precária, de madeira; ainda, o projeto foi idealizado pelo arquiteto Vitorino Zani, em Porto Alegre. A obra foi iniciada em 1927, utilizando-se mão-de-obra local, e parte do material fora importado da Alemanha, como o cimento e o sino. Em 1933 foi aberta aos fiéis, mas somente concluída em 1942.



**Ilustração 7 - Igreja Matriz de Erechim**

Fonte: <<http://www.panoramio.com/photo/5164119>.> Acesso em: abr. 2009.

Observa-se, nesta imagem, que a entrada principal da Igreja Matriz<sup>227</sup> ficava na Avenida Maurício Cardoso e não em direção à Praça. Simbolicamente, ficava, assim, excluída do círculo de poder, situação que será modificada quando da construção de uma nova Igreja, na década de 70 – esta sim, com a entrada principal voltada para a Praça.

A demolição da Igreja foi a mais significativa transformação sofrida no entorno da Praça. O início do processo foi no ano de 1967, tendo como motivo anunciado o fato de a Igreja estar em precárias condições, por exemplo, com o teto, com parte do reboco interno e com os adornos na área externa desabando. A justificativa, contudo, não se apresentava crível,

---

<sup>227</sup> “Possuía estilo barroco, com uma linguagem austera, baseada no emprego de cinalhas (tábua que guarnece os topos dos caibros nos telhados de beiral), frontão com elementos escultóricos e duas torres sineiras com acabamento em arcada. As torres e o espaço de entrada eram mais salientes que o corpo da edificação. Possuía um belíssimo trabalho baseado em pilastras (um pilar fundido numa parede) e arcos, na parte superior da entrada, que era complementada com o frontão e escultura de São José.” Ver: SCHMIDT RIGONI, 1990, p. 38.

pois a Igreja contava com apenas 40 anos e tinha sido bem construída. Há relatos que descrevem interesses econômicos por parte de empresários locais, do ramo da construção civil e também há referências de que ocorreu um plebiscito na cidade e que os moradores optaram pela demolição. Entretanto, não existe comprovação fundamentada destas versões, além de manifesto do Irmão Marista, Leão Magno, publicado em edição de 6 de junho de 1969, do *Jornal A Voz da Serra* sob o título: “Os capitalistas compram uma Igreja.” O referido texto declara a sua oposição à demolição e faz alusão aos interesses imobiliários.<sup>228</sup>



**Ilustração 8 - Vista da Praça central**  
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Erechim

A rua, a praça, os espaços públicos e privados são todos componentes da cidade e estão representados no plano urbanístico, constituindo-se assim classes de espaços formalmente caracterizados – isso se observa na Fotografia 8.

No primeiro plano, tem-se a Praça da Bandeira, cujo mastro centraliza a imagem. Encontram-se crianças olhando para a Avenida que ainda não está calçada e nem arborizada; as casas são de madeira e serão, em sua maioria, destruídas por incêndios; reconhece-se a presença de postes de iluminação pública; a Igreja já havia sido concluída.

Apesar da permanência desse traçado ortogonal inicial, variações de soluções espaciais foram possíveis, como é o caso da Igreja Matriz, que está na Fotografia, cuja construção teve início na década de vinte e foi demolida na década de sessenta. A Fotografia é da década de 1930 e também não foi possível identificar a sua autoria.

<sup>228</sup> FÜNFGELT, 2004, p. 91.

Dando seguimento à proposta de criar uma nova imagem à cidade, o Prefeito Amintas Maciel implanta o primeiro Código de Construções para Boa Vista do Erechim, em 1933. O Ato n. 73, de 23 de março de 1933 – o Código de Posturas – obedecia à determinação do Governo Estadual de 1931<sup>229</sup>. Assim, o Plano Urbano concebido por Torres Gonçalves precisou adequar-se à legislação que regulamentava a organização das Colônias do Estado.

A partir das diretrizes básicas, o engenheiro projetou a sede, prevendo uma ocupação em torno de 15.000 habitantes, dispostos em 2.500 lotes, em uma área delimitada em 589 hectares. Planejou espaços para uma futura expansão; propôs, ainda, um parcelamento em chácaras a Leste, as quais poderiam ser fracionadas e, a Oeste, reservou uma área para desenvolvimento futuro.

No que diz respeito à organização das quadras, José Lamas faz a seguinte consideração:

A partir do Barroco, o quarteirão vai atingir maior refinamento. Torna-se uma figura planimétrica delimitada por vias e que se subdivide em lotes e edificações – cumprindo a divisão fundiária do solo – e organização geométrica do espaço urbano. O quarteirão vai assumir formas, dimensões e volumes diferentes consoante o seu posicionamento na estrutura urbana, em duas situações: a primeira, como resultado intersticial ou resíduo ocasional dos traçados, assumindo formas irregulares; a segunda, corresponde à utilização do quarteirão como elemento morfológico-base, gerador do espaço urbano, por repetição e multiplicação. [...]

No segundo caso, situaria realizações como [...] as cidades novas [...] de colonização portuguesa e espanhola na América do Sul. O quarteirão é aí um elemento da quadrícula repetível com a mesma geometria e dimensão – seguindo a tradição de Mileto. É uma unidade-base elementar que, por repetição e extensão, formará a cidade. [...]

Quadrícula e quarteirão organizam o cadastro e a forma urbana; tornam-se um meio universal e experimentado de desenho urbano e adaptam-se às mais variadas situações morfológicas e topográficas<sup>230</sup>.

A propósito do planejamento das praças, Karla Fünfgelt, assim descreve a cidade de Erechim:

O Plano previu a construção de oito praças, localizadas nos eixos das avenidas. A exceção se dá em uma das diagonais, na qual foi projetado, após a praça localizada no eixo da avenida, o cemitério municipal. A Praça Cristóvão Colombo, com

<sup>229</sup> “Todas as municipalidades do Estado, dentro do prazo máximo de um ano, procurarão tratar da organização de seus códigos de construções urbanas e ruraes, levando em conta, além de outros requisitos, a higiene, a estabilidade, a estética, prevendo também, na parte econômica, os alargamentos, que se tornarem necessários, de suas ruas, evitando desapropriações onerosas.” Relatório de 1931, p. 115.

<sup>230</sup> GARCIA LAMAS, 1993, p. 188.

dimensões maiores, de onde irradiam as avenidas diagonais, foi destinada a se tornar um centro político e administrativo<sup>231</sup>.



**Ilustração 9 - Vista da Avenida Maurício Cardoso a partir da Praça da Bandeira, final da década de 1950.**  
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Erechim

Nas décadas seguintes, a Praça vai sendo construída e constantemente modificada. As suas transformações serão documentadas por fotógrafos em diferentes épocas que assim possibilitaram a análise que se fará a seguir.

---

<sup>231</sup> FÜNFELT, 2004, p. 20.



**Ilustração 10 - Vista da Praça Central na década de 1930**

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Erechim

A Fotografia 10, provavelmente do início da década de 1930, foi feita a partir da Torre da Igreja, em plano descensional. Retrata, no primeiro plano, a Avenida já com o canteiro demarcado, com árvores e com postes de iluminação. Reconhece-se que a casa que aparecia na Fotografia 2, na esquina, desapareceu. Permanecem o “Castelinho” e a Escola São José. As residências já são em maior número, não há presença de calçamento, mas já há a delimitação do espaço de trânsito e de calçadas para pedestres. O mato no entorno da cidade ainda é abundante, denunciando vazios, espaços disponíveis de ocupação.

Cabe referir agora que o Decreto n. 8.053, de 23 de dezembro de 1939, transfere ao Município os lotes urbanos devolutos reservados para a sede do Município. A Comissão de Terras reservara inicialmente 24.031.500 m<sup>2</sup> para a cidade e 2.603.650 m<sup>2</sup> para a zona urbana. Além disso, 375 lotes urbanos devolutos passaram ao Município, compreendendo uma área de 390.636 m<sup>2</sup>.

Ainda, segundo o mesmo Decreto<sup>232</sup>, a municipalidade deveria manter o projeto de urbanização da cidade cuja modificação dependeria de licença especial do Estado e não poderia alienar a superfície não-urbanizada, destinada ao desenvolvimento do povoado.

Apesar desta legislação, o traçado inicial, de urbanização e paisagismo, passa a sofrer modificações. A busca de soluções para a expansão da cidade, assim como as interferências de particulares, tornou bastante descaracterizado o projeto inicial.



**Ilustração 11 - Vista da Praça da Bandeira. Década de 1940**

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Erechim

Neste período, o Município passou a se chamar José Bonifácio e a sede já contava com uma população de 7.850 moradores, segundo dados do censo de 1940.

---

<sup>232</sup> Ver: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ERECHIM., 1979, p. 114.

A Fotografia anterior (11) foi tirada no mesmo local que as anteriores. De melhor qualidade, a imagem permite visualizar as construções e a transformação da praça: árvores crescendo, com o passeio calçado, tanto em volta da praça como no prédio da esquina, já construído de alvenaria. Não há presença de pessoas e de veículos na fotografia, mas pode-se perceber, pelo traçado da rua, a movimentação destes.



**Ilustração 12 - Praça da Bandeira, vista parcial**  
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Erechim

A maioria das construções de alvenaria dessa época é composta por dois pavimentos: o inferior, térreo, é utilizado para as atividades comerciais e o superior, como residência. Analisando-se as construções deste período, a arquiteta Denise S. Rigoni<sup>233</sup> destaca que possuíam rígida simetria tanto na composição das platibandas que refletem o grau de habilidade e de criatividade dos construtores como na composição das aberturas e dos detalhes ornamentais da fachada.

---

<sup>233</sup> SCHMIDT RIGONI, 1990, p. 32.

### 3.2.2 Avenida Central – as primeiras construções

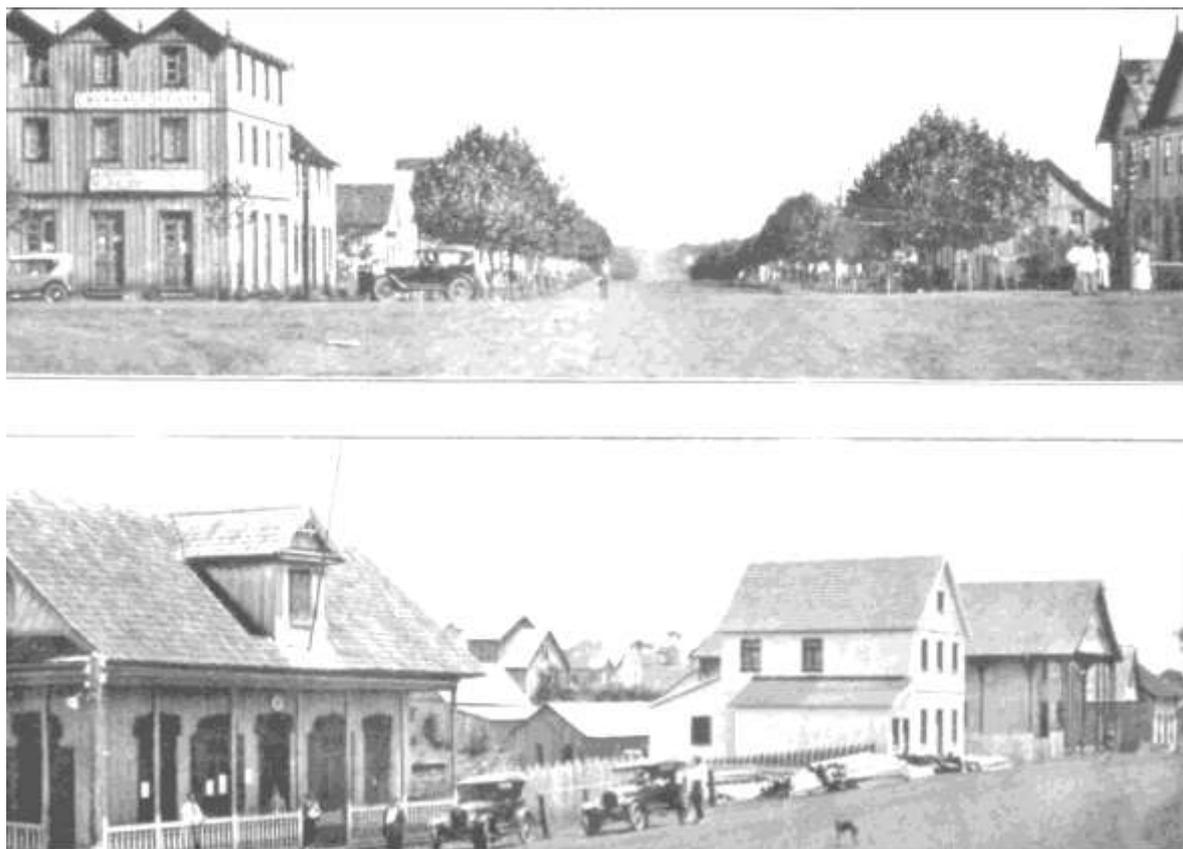
A avenida central, que ligava as duas principais Praças da cidade, inicialmente denominada José Bonifácio, passou a se chamar Avenida Maurício Cardoso; já, a Praça Central, originalmente denominada Cristóvão Colombo, passou a se chamar Praça da Bandeira<sup>234</sup>.

As construções erguidas ao longo da avenida central conformavam a cidade, dando um aspecto semelhante às edificações existentes nas colônias velhas: casarões construídos de madeira, com dois ou três pavimentos, telhados com inclinações e aberturas dispostas simetricamente.

Havia uma uniformidade nas construções, apresentando características comuns em alinhamento com a calçada e com recuos laterais; além disso, a pavimentação das ruas era feita com barro adensado. Assim, na época das chuvas, as ruas ficavam enlameadas ou, no verão, empoeiradas. É o que se observa nas fotos a seguir:

---

<sup>234</sup> Ato Municipal n. 38/1938, de 28 de maio de 1938.



**Ilustração 13 - Avenida José Bonifácio, início década de 1930**

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Erechim

A Arquitetura erechinense foi uma consequência da aprendizagem e da bagagem técnica que os imigrantes trouxeram das colônias velhas. Ao conservarem laços íntimos com os seus lugares de origem, mantiveram os hábitos alimentares e o próprio estilo arquitetônico das fachadas e das plantas baixas das moradias.

São características das obras construídas pelos imigrantes<sup>235</sup>:

- O emprego de mão-de-obra livre: embora a imigração italiana iniciasse 13 anos antes da Abolição da Escravidão no Brasil, não houve escravos na região estudada. Vale referir que o culto ao trabalho valorizava a atividade braçal – daí a madeira rachada ou serrada à mão, os tijolos feitos a domicílio e as avantajadas paredes de pedra. O encargo de edificar e organizar as habitações cabia à família, geralmente com a colaboração de um profissional prático. Somente os comerciantes mais abastados tinham condições de assalariar toda a mão-de-obra para as suas construções, serrarias, olarias e pedreiras;

<sup>235</sup> Análise realizada, tendo como referência o texto de SCHMIDT RIGONI, 1990, p. 4 -5.

- a diversidade de soluções - Uma das características marcantes desta Arquitetura consiste na criatividade de opções e na engenhosidade para a solução de problemas de acordo com as disponibilidades do meio. Esta criatividade manifesta-se na Arquitetura de madeira surpreendente tanto ao apresentar técnicas e estruturas inesperadas como no uso dos materiais ou na ornamentação;

- a linguagem arquitetônica própria - do emprego dos materiais e das técnicas construtivas, resulta notável expressão plástica, dentro de uma simplicidade que se manifesta na tendência à simetria, de maneira austera, limitando-se aos elementos construtivos, ou através de ornamentação discreta;

- o uso dos materiais existentes no entorno - a falta de estradas e a escassez de recursos provocaram uma Arquitetura independente da industrialização, que usava a madeira, pedra e barro do próprio meio;

- Na Itália, geralmente as funções aglomeravam-se em uma só edificação, em aldeias rurais; no Brasil, a cada atividade corresponde a sua própria construção, no próprio lote do colono.

Enquanto as colônias antigas já haviam superado a fase de sua implantação, a região de Erechim iniciava este processo com construções provisórias – o momento era, pois, de priorizar a atividade produtiva.

Após a organização inicial, passou-se para uma segunda etapa, em que as edificações foram realizadas visando ao conforto e a uma infra-estrutura familiar e social. Vale dizer também que as dificuldades iniciais amenizavam e a prosperidade dava sinais.

As áreas construídas aumentaram e as primeiras residências erguidas ao longo da Avenida já apresentavam a cozinha separada ou tratada como um anexo. Havia um sótão para a estocagem de cereais, e a cobertura das casas era geralmente feita com pequenas tábuas, tudo executado artesanalmente. Neste período inicial, não havia vidros para as janelas.

A dificuldade de comercialização proporcionava um tempo disponível, que era utilizado para a construção de casas e edifícios.

Quando a economia já está de certa forma estruturada, começa a haver construções com obras de maior porte. É uma demonstração da auto-afirmação dos que prosperam e uma evidência de um período de abundância.

Nas construções, são utilizados materiais que mesclam artesanato familiar e beneficiamento industrial. Com o tempo foi crescendo o predomínio do beneficiamento mecânico-industrial e a mão-de-obra profissional. As casas diminuíram de tamanho e normalmente possuíam um porão semi-escavado, com paredes de pedras e também um sótão com a finalidade de dormitório.

Os materiais utilizados chegavam com certa dificuldade e não havia grande variedade. Assim, eram utilizadas as espécies de madeira de lei existentes na região. A araucária constituiu-se no elemento mais importante, juntamente com o angico, o cedro e o louro. A madeira era aplicada nas estruturas, nas paredes, nos pisos, nas coberturas, nas esquadrias e nos móveis. Faziam tábuas largas, em torno de 30 cm, colocavam-nas na vertical, próximas umas das outras, e, na fresta que formava, fechavam com uma pequena tira de madeira, chamada mata-junta.

Quando da aplicação da linguagem decorativa, Denise S. Rigoni afirma:

Há riquezas singelas de serra-de-fita, especialmente lambrequins (adorno recortado), onde a recorrência do perfil onda-e-bico alternados, muito numerosa e aparecendo com variantes, constitui-se um detalhe característico da imigração italiana. Aparecem também, torneados, entalhes, chanfraduras (corte em forma de semicírculo), frisados e pilastras (elementos isolados da parede). A madeira provinha das serrarias e as residências mostram como elemento característico a presença de um corredor coberto ligando um volume maior – a casa, a outro menor – a copa/cozinha. Na expressão plástica, predomina o despojamento, localizando-se a ornamentação principalmente nas laterais dos corredores que ligavam a casa à cozinha<sup>236</sup>.

Os primeiros italianos chegaram à região por volta de 1910, muitos deles descendentes dos primeiros imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul por volta de 1875, vindos de diversas regiões ao Norte da Itália. Nem todos os primeiros moradores de Erechim, portanto, eram provenientes da Europa e muitos já haviam aprendido as técnicas de construção no Brasil. O que sabiam era uma combinação e uma adaptação das soluções que agora seriam aplicadas em um novo ambiente.

---

<sup>236</sup> SCHMIDT RIGONI, 1990, p. 9.

Como a madeira era o material mais abundante na região, na década de 20, praticamente todas as casas eram feitas com este material, construídas literalmente na base do facão, do machado, do martelo e do serrote. Neste período, já possuíam esquadrias, portas e janelas com vidros bem como a utilização de ferragens e pregos.



**Ilustração 14 - Vista parcial da cidade. 1942**

Fonte: < <http://www.panoramio.com/photo/5164424> 1942>. Acesso em: abr. 2009.

Como retrata a foto acima, as aberturas eram colocadas de forma simétrica em relação à cumeeira da casa, ficando a porta no meio de duas janelas no térreo e mais duas janelas no sobrado.

Em seu trabalho, Denise observa que:

A cobertura era feita com bastante inclinação (próxima de 45 graus), pois tomavam como base as construções de sua terra de origem, e utilizavam para a sua execução tabuinhas que eles mesmos lascavam, chamadas 'scandole', pelos italianos. Mais tarde passaram a usar telhas de zinco e posteriormente telhas cerâmicas. (...)

A casa, internamente, geralmente era dividida em: sala, cozinha e quartos ladeando o corredor central. Às vezes havia sala de jantar, que chamavam de varanda. Sempre que possível faziam porão onde guardavam alimentos, vinho, acessórios para a montaria. A latrina localizava-se externamente à casa, pois não havia água encanada. A água era tirada de poços e transportada em baldes até a casa<sup>237</sup>.

<sup>237</sup> SCHMIDT RIGONI, 1990, p. 16-17.

### 3.2.3 Consolidação da Avenida Central

O estilo das construções erguidas em alvenaria, conforme a arquiteta Denise Rigoni, seria uma forma simplificada e rudimentar do estilo neoclássico. Para fazer tal afirmação, a autora esclarece:

Apenas alguns elementos construtivos como cornijas (conjunto de molduras salientes que servem de arremate superior às obras de arquitetura) e platibandas (uma faixa horizontal – muro ou grade – que emoldura a parte superior de um edifício e que tem a função de esconder o telhado) são explorados como recursos formais. Em geral, as linhas básicas de composição eram marcadas por pilares, sobre as quais as platibandas, dispunham-se objetos de louça. As janelas e portas são destacadas por meio de enquadramentos feitos em relevo<sup>238</sup>.

As fachadas eram tratadas dentro de uma hierarquia quando a edificação se localizava no meio da quadra e apenas a fachada frontal recebia tratamento; ainda, as paredes laterais eram lisas. Quando estava localizado em uma esquina, a lateral aparente também recebia tratamento diferenciado:

O tratamento do pavimento inferior era bem mais simples que o do pavimento superior onde apareciam molduras nas aberturas, frisos de acabamentos entre o pavimento e a platibanda, elementos escultóricos nas sacadas e platibandas. Normalmente, na parte central da platibanda, que compunha o eixo de simetria, localizavam a data da construção dos prédios e/ou as iniciais de seus proprietários, em alto relevo. Os telhados ainda possuíam grande inclinação, semelhante ao das casas de madeira. [...]

Um dado curioso sobre as construções desta época é que as fundações muitas vezes eram feitas com troncos inteiros de pinheiros os quais eram enterrados e sobre eles erguiam-se paredes de tijolo; outro dado é que a tinta a óleo era muito cara, então usavam uma mistura de tinta em pó, cal e goma de uma planta chamada babosa. Os tijolos eram assentados com argamassa e barro e o revestimento feito, utilizando cimento vindo da Alemanha, em barricas.<sup>239</sup>

As novas edificações eram construídas conforme o estilo da década de 30, denominado eclético<sup>240</sup>; as fachadas, por sua vez, eram adornadas com frisos e pequenas sacadas.

<sup>238</sup> Ver: SCHMIDT RIGONI, 1990, p. 32.

<sup>239</sup> Ibid., p. 33.

<sup>240</sup> “O termo eclétismo denota a combinação de diferentes estilos históricos em uma única obra sem com isso produzir novo estilo. Tal método baseia-se na convicção de que a beleza ou a perfeição pode ser alcançada mediante a seleção e combinação das melhores qualidades das obras dos grandes mestres. Além disso, pode designar um movimento mais específico relativo a uma corrente arquitetônica do século XIX.

O uso do termo como conceito é introduzido na historiografia da arte no século XVIII pelo teórico alemão Johann Joachim Winckelmann para designar uma espécie de sincretismo consciente identificado na produção

Pode-se observar, pelas imagens a seguir, que as construções ocupavam toda a frente do lote e eram alinhadas ao passeio. Lentamente, as construções de madeira passaram a ser substituídas por edificações de alvenaria.



**Ilustração 15 - Avenida Central**

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Erechim

A fotografia seguinte foi tirada provavelmente na década de 1950. As edificações que aparecem nesta imagem, em sua maioria, foram erguidas pelo construtor José Zanin. Estão localizadas à Avenida Maurício Cardoso nos números 380 a 396. Diferem entre si pelo tratamento dado às platibandas, porém possuem as mesmas características em relação à simetria, aos cheios e aos vazios e à diferenciação entre os pavimentos: primeiro comercial e segundo residencial. Há, ainda, uma aparente preocupação na composição das platibandas.

---

de artistas, em atividade no norte da Itália no fim do século XVI. Como movimento artístico, o ecletismo ocorre na arquitetura no século XIX. (...) O principal teórico do ecletismo arquitetônico é o francês César Denis Daly (1811-1893), que o entende como "o uso livre do passado". Não se trata de uma atitude de simples copista, mas da habilidade de combinar as características desses estilos em construções que satisfaçam a demandas da época por todo tipo de edificação. (...) No Brasil, no período de transição para o século XX, o ecletismo é a corrente dominante na arquitetura e nos planos de reurbanização das grandes cidades, como o realizado no Rio de Janeiro pelo engenheiro Francisco Pereira Passos." (ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural. Artes Visuais. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/>>. Acesso em: jan. 2010).



**Ilustração 16 - Avenida Central**

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Erechim

A partir da década de 40, o estilo arquitetônico utilizado será o *art déco*<sup>241</sup>. Deve-se destacar que as construções começaram a ter novas características. Isto se deve, principalmente, a chegada do austríaco José Puhl, que passou a construir prédios com vários pavimentos e com lajes de concreto armado – assim, deu formas curvas às paredes, às janelas e às sacadas. O revestimento externo de suas construções geralmente era escuro, com brilho resultante de milhares de cacos de vidro que obtinha quebrando garrafas (mica). Usou formas simplificadas e inovou ao construir em lotes triangulares ou nas esquinas formadas pelas avenidas ortogonais.

Embora o concreto armado já fosse conhecido, era pouco empregado nas construções na cidade, pois a maioria dos profissionais locais não conhecia esta técnica.

<sup>241</sup>“O termo *art déco*, de origem francesa (abreviação de *arts décoratifs*), refere-se a um estilo decorativo que se afirma nas artes plásticas, artes aplicadas e arquitetura no entreguerras europeu. [...] Predominam as linhas retas ou circulares estilizadas, as formas geométricas e o design abstrato.” (ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural. Artes Visuais. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2009).



**Ilustração 17 - Avenida Central. Década de 1944**

Fonte: <<http://www.panoramio.com/photo/5164510>>. Acesso em: abr. 2009.

Na década de 1950, chegam os primeiros profissionais com Curso Superior em Engenharia Civil. Começam a ser adotados princípios de Arquitetura moderna como o horizontalismo, as linhas retas, a simplicidade e a ausência de enfeites. As portas e as janelas passaram a ser feitas em dimensões cada vez maiores.

Além disso, as ruas foram sendo transformadas com a pavimentação. A Avenida Maurício Cardoso, projetada com uma largura de quarenta metros, recebeu duas faixas de rodagem de oito metros e um canteiro central, com quatorze metros, e ajardinamento nos passeios. Fünfgelt esclarece que:

As calçadas do canteiro central receberam pavimentação com *petit-pavê*, em duas tonalidades, formando desenho em toda a sua extensão. Os passeios foram pavimentados com ladrilhos hidráulicos formando um mosaico diferente para cada rua da área central, os quais foram executados pela própria Prefeitura, para que fosse possível uma execução mais uniforme do desenho proposto.<sup>242</sup>

É o que evidencia a fotografia a seguir:

<sup>242</sup> FÜNFGELT, 2004, p. 82.



**Ilustração 18 - Avenida Central**

Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

A partir da década de 1950, a imagem da Praça lentamente vai sendo substituída por imagens da Avenida, com os casarios, em *closes*, e por fotografias com vista aérea, permitindo deste modo a visualização não só da Praça, mas também da Avenida e das ruas laterais. Tal recurso permite, pois, visualizar a Avenida em sua largura.

Esse modo de retratar a cidade permanece até os dias atuais, embora cada vez mais distante, para poder enquadrar o espaço crescente do centro urbano – porém, ainda há um equilíbrio entre Natureza e Arquitetura.

As fotografias a seguir trazem as mudanças ocorridas ao longo das últimas décadas, evidenciando o processo de crescimento vertical e horizontal, mantida em parte a planificação original e expressa na geometrização das quadras e no traçado das ruas:



**Ilustração 19 - Vista aérea da cidade. s/d.**  
Fonte: Museu da Imprensa Geder Carraro - Erechim.



**Ilustração 20 - Vista aérea da cidade. 2000**  
Fonte: Museu da Imprensa Geder Carraro - Erechim.

Da análise das fotografias, tem-se que, já no final da década de cinquenta, a área central da cidade contava com uma imagem construída e consolidada. A cidade passa a ser, enfim, o resultado do que fora projetado, pois já estava visível no espaço o plano idealizado.

Surge, agora, uma nova etapa. A área central passará por um grande teste quando da construção do primeiro edifício de altura significativa, um prédio de 12 pavimentos, sendo o térreo com finalidade comercial em 1957.



**Ilustração 21 - Avenida Maurício Cardoso. Edifício condomínio Erechim. 1959**  
Fonte: <<http://www.panoramio.com/photo/5164348>>. Acesso em: abr. 2009.

A verticalização da cidade se iniciava. O centro<sup>243</sup>, referência histórico-cultural, começava a sua descaracterização. Nesse período, outras edificações foram sendo construídas em substituição às mais antigas, sempre mais altas. A preocupação com a preservação e com a memória urbana nem sempre é considerada.

Para Vargas e Castilho,

Intervir nos centros urbanos pressupõe avaliar sua herança histórica e patrimonial, seu caráter funcional e sua posição relativa na estrutura urbana, seu caráter funcional e sua posição relativa na estrutura urbana, mas, principalmente, precisar o porquê de se fazer necessária a intervenção. Esta idéia de intervenção sustenta-se na identificação de um claro processo de deterioração urbana. [...] <sup>244</sup>

As demais ruas centrais, que cortam as avenidas, também passaram por transformações; somente no ano de 1981, com a Lei n. 1733, haverá uma redução das construções na área do centro em face de exigências, principalmente em relação à construção de garagens.

No mesmo período, a área central passa por um processo de expulsão das residências e deixa de ser um atrativo como área de moradia. Casas comerciais que ali se instalaram anteriormente precisam de maior espaço para os seus estabelecimentos. Amplas reformas são feitas e até demolições.

No lugar dos antigos prédios, novas edificações são construídas, com estilo arquitetônico moderno, fugindo completamente do padrão original. Os letreiros e as propagandas poluem visualmente e passam a esconder a beleza das fachadas originais e seus detalhes; além disso, a paisagem urbana do centro da cidade se altera. Os canteiros centrais e os seus passeios paulatinamente perdem as suas pedras, e os desenhos em arabescos não mais têm a necessária conservação.

Ao analisar as imagens, não há como ficar passivos. Elas incitam nossas lembranças, nos fazem pensar sobre o passado, a partir do dado de materialidade que persiste na idéia

---

<sup>243</sup> “Observa-se, no decorrer da História, que os centros das cidades têm recebido diversas adjetivações: centro histórico, centro de negócios, centro tradicional, centro de mercado, centro principal ou simplesmente centro. [...] A definição de Centro, portanto, implica a presença de uma cidade de diversidade étnica, portadora de processos históricos conflituosos.”[...]. Ver: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHOS, Ana Luísa H. de. *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri: Manole, 2006. p. 2-3.

<sup>244</sup> *Ibid.*, p. 3.

retratada.<sup>245</sup> Qual é, pois, a natureza desses registros? Qual é o papel do fotógrafo? Quais são as imagens que compõem a memória coletiva da cidade?

As respostas a tais indagações supõem o exame das fotografias e o contexto das publicações onde estão inseridas.

No material analisado, o texto escrito nem sempre acompanhava a imagem como apoio. Na verdade, o que normalmente acontecia era a total falta de relação entre texto e imagem, o que reforça o caráter ideológico da mensagem fotográfica – a repetição das imagens e o local representado.

O fotógrafo, na maioria das vezes, sequer era identificado nas fotos, o que sugere outras reflexões acerca da autoria e do estatuto da fotografia para aquela coletividade naquele contexto.

O mundo, no decorrer do século XIX, foi marcado por inovações tecnológicas, como a fotografia, o cinema e a televisão, que modificaram o olhar das pessoas. A Fotografia, testemunha ocular da História, encerrou uma nova maneira de ver o mundo tal como ele era e como ele se apresentava perante os olhos das pessoas. Foi, também, uma das primeiras invenções que possibilitou o registro mecânico da imagem. Ganhou, ao longo dos anos, vida própria, proporcionada pelo desenvolvimento de técnicas modernas de revelação e de acessibilidade dos materiais.

Cabe frisar que as imagens de uma cidade são construídas pela superposição de imagens, ditas gerais e singulares, objetivas e subjetivas, quer dizer, por imagens percebidas e imaginadas. Além das imagens que se denotam ao primeiro instante ou que definem o perfil de uma cidade, captadas pelo olhar, há as que intencionalmente permaneceram e solidificaram o olhar. A percepção visual que a registra desenvolve uma familiaridade do usuário urbano com aqueles elementos, mostrando um olhar habituado. Esse olhar é rompido anualmente com as festividades de final de ano, quando a população circula pela praça, revive as suas histórias e de seus antepassados e seus habitantes fazem a sua catarse.

---

<sup>245</sup> MAUAD, 2004, p. 35. BEZERRA MENESES, Ulpiano T. Rumo a uma história visual. In: MARTINS J. S.; ECKERT, C.; NOVAES S.C. (Org.). *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 2005.

Para Kevin Lynch,

A cidade é uma construção no espaço, mas tão vasta que os nossos sentidos deixam de alcançar o espaço quando este existe mais além. Apreendemos, por isso, a cidade por partes e nesse processo a nossa mente retém as memórias e os significados mais importantes, que mais nos marcam ao longo da vida, de algum modo associando-os ao espaço que suporta fisicamente esses acontecimentos; estabelecem-se assim relações com partes da cidade, as quais se transformam nas mais significantes.<sup>246</sup>

Assim, a imagem urbana cumpre a tarefa de demarcar e assinalar o espaço – lugares e geografia. Deste modo, ela é pontual e traça o percurso da cidade; ademais, organiza a cidade, torna-a simbólica e representativamente eficiente. O seu reconhecimento supõe a percepção coletiva que a consagra e que faz circular valores, referências e identidades urbanas.

Se a imagem urbana é, sobretudo, visual e icônica, o imaginário resgata signos. Com esses fragmentos, produz-se uma unidade que atua como metáfora da cidade: o planejamento e o trabalho como valores e como temas constantes do imaginário urbano.

Ainda, segundo Lynch, as imagens são acontecimentos objetivos. Não são tratadas como uma simples representação, mas sim como uma provocação, um estímulo que vai além daquilo que é captado pela visão. Se o imaginário supõe uma associação de fragmentos que, montados, constroem um retrato metafórico da cidade, a imagem é o retrato de um imaginário. Imaginários distintos porque, no primeiro caso, a cidade é um estímulo para a associação imaginária; no segundo, ela constrói concretamente, solidifica um imaginário.<sup>247</sup>

O fato é que, por vezes, a Fotografia registra mais do que o esperado, provoca o olhar de quem a vê.

Para Ulpiano de Meneses, as relações entre o historiador e o mundo visual concentram-se na imagem – o que denomina visual. Assim, procuram-se identificar os sistemas de comunicação, os ambientes, as instituições e os suportes<sup>248</sup>.

---

<sup>246</sup> LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 11.

<sup>247</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>248</sup> BEZERRA MENESES, 2005.

Entretanto, para que a História passe a considerar a dimensão visual no todo social, também se faz necessário observar o visível – a construção social, o domínio e o controle do poder – e a visão – uma construção histórica, uma perspectiva hierarquizada das imagens no espaço.

Mais que nunca, a imagem é um código urbano e impõe uma leitura que está claramente inscrita na cidade como tempo construído. O imaginário corresponde à necessidade de o homem produzir conhecimento pela multiplicação do significado, atribuir significados a significados; as suas produções não são únicas, porém se acumulam e passam a significar mais por um processo associativo em que um significado dá origem a um segundo ou a um terceiro e assim sucessivamente.

Pelo imaginário, a imagem urbana – locais, monumentos, emblemas, espaços públicos ou privados – passa a significar mais pela incorporação de significados extras e autônomos em relação à imagem básica que lhes deu origem.

Buscou-se, através das fotografias, perceber o ambiente na formação da imagem visual urbana, focalizando tempos e modos processuais diferenciados em que a imagem revelou o desenho da cidade no contexto espacial nas vistas aéreas ou ascensionais.

Os estudos visuais sobre a cidade permitiram ampliar a compreensão da imagem da cidade e a indagação de novos meios de representação.

Assim, procurou-se refletir sobre os usos sociais da Fotografia na documentação das transformações urbanas na cidade de Erechim, aquela como um recurso para a representação visual, para a criação de memórias e para a documentação de intervenções do Estado na realização de obras públicas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura está cheia de cidades evocadas com paixão ou ressentimento – geralmente vistas do exílio, ou de uma distância que as mitifica – e há sempre algo de amoroso ou desiludido na evocação, sentimentos associados com a perda de um território afetivo, maternal. Cidade é sempre mãe, seja prostituta de escarlate ou mulher do Cordeiro. Só muda o modo como é lembrada.<sup>249</sup>

É possível que a etapa mais importante da História humana tenha sido a "invenção" das cidades. Foi o ponto de partida para o desenvolvimento das primeiras civilizações (palavra que vem do latim, *civitas*, mesma raiz de cidade)<sup>250</sup>.

Analisando-se a origem e o processo de formação da cidade de Erechim, objeto deste estudo, constata-se a forte influência do pensamento positivista na sua implantação e a tentativa dos seus idealizadores de incorporar novos conceitos de Urbanismo. A Modernidade, como projeto que se pretendia “civilizador”, passa a agir, impulsionando uma nova ordem do desenvolvimento racional voltada ao progresso, que tem na cidade o seu espaço de realização. O próprio desenho, a forma da cidade, representava essa noção do moderno e de organização – a cidade, aqui, desempenhando um papel no esquema do qual fazia parte.

Ao longo do estudo, verificou-se que, antes da colonização oficial, as terras devolutas do Estado, na região Norte deste último, eram habitadas por índios Kaingangs e por bandeirantes paulistas que, ao cruzar-se com os índios, deram origem ao caboclo. A partir da segunda metade do século XIX, as matas de Erechim foram invadidas por foragidos, tanto da Justiça como das Revoluções, além de intrusos que tomavam posse das terras do Estado. Ao nomear Torres Gonçalves como chefe da diretoria de Terras e Colonização, o Governo Estadual tenta conter esse processo de ocupação irregular e encaminha uma política

<sup>249</sup> VERÍSSIMO, Luis Fernando. Duas cidades. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 2, 6 set. 2009. Caderno Donna.

<sup>250</sup> Sobre o tema, ver: SABBATINI, Renato. O nascimento das cidades. *Jornal Correio Popular*, Campinas, 26/5/2000. Disponível em: <<http://www.sabbatini.com/renato/correio/ciencia/cp000526.html>>. Acesso em: ago. 2006. Artigo sobre as primeiras cidades no Oriente Médio - achados arqueológicos.

indigenista em nome do Rio Grande do Sul, permitindo que o processo de colonização do Alto Uruguai fosse feito de forma pacífica, planejada e organizada pelo Estado.

Neste período, o Rio Grande do Sul, já ocupado em suas áreas de campo, desenvolvia-se basicamente na atividade pecuária e precisava ocupar, de modo planejado, as terras devolutas. A experiência de utilizar o imigrante europeu, especialmente o alemão e o italiano, além dos excedentes populacionais das regiões de imigração mais antigas e saturadas, mostrou-se exitosa. Aqui, os assentados instalaram-se em pequenas propriedades rurais, denominadas Colônias, que reuniam, inicialmente, imigrantes da mesma nacionalidade. Recebiam lotes de terras, cultivavam produtos para a sua subsistência e comercializavam o excedente.

De qualquer forma, esta pesquisa evidenciou que a fundação de Erechim provocou um movimento migratório de diversas populações de diferentes regiões do Estado que se deslocaram em busca de terras e de condições para ascenderem socialmente. Este fenômeno, aliado a projetos urbanísticos e a novas propostas arquitetônicas, acarretou a formação da cidade.

No âmbito do núcleo urbano, houve uma enorme preocupação com a planificação e com o desenvolvimento organizado do modo como a cidade seria implantada e projetada para o futuro. Neste sentido, Erechim fugiu ao padrão até então estabelecido, no Rio Grande do Sul, pelos Governos anteriores.

Três aspectos chamam a atenção na implantação do núcleo que após se converteria na área urbana da cidade: a circulação, a infra-estrutura e a noção de estética – todos, vinculados ao pensamento político positivista e relacionados a fatores econômicos.

A circulação estava diretamente ligada ao escoamento da produção e à integração do Estado com o resto do País através das ferrovias. A partir daí, cria-se a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento produtivo daquela região. Para tanto, era necessário ainda normatizar a ocupação e o uso dos espaços, o que se fez por meio do traçado da cidade, cujo desenho respeita a topografia do terreno e o uso de diagonais bem como a relação das ruas com as edificações. Era, de fato, a simetria e a concepção de tabuleiro xadrez em um sistema que se pretendia moderno.

O objetivo da implantação do núcleo que mais tarde se converteu no Município de Erechim foi, inicialmente, ocupar espaço e desenvolver, de forma planejada, aquela área em que o projeto de colonização foi instalado. Ao mesmo tempo em que estimulou a economia da região, o processo de ocupação daquelas terras, como foi visto, resolveu a questão do excedente populacional na Serra gaúcha.

O período histórico em que isso ocorreu era de grandes transformações. O País deixava para trás o Império e adotava o regime republicano e o sistema federativo. Os Estados assumiam a gestão do uso e a distribuição das terras devolutas; ainda, havia uma grande efervescência de idéias e de ideais; também, Positivismo imperava e a planificação do Estado era palavra de ordem.

No plano urbanístico, as cidades deveriam ser o retrato daquele momento histórico e ao mesmo tempo refletiam a sociedade que nela habitava, os seus valores e os seus costumes. Necessitavam, mais do que nunca, ter uma imagem moderna. Pretendia-se retratar materialmente a idéia de progresso nas praças, nas edificações, no traçado das ruas e das avenidas.

Foi neste contexto que a cidade de Erechim foi projetada em seu traçado. Pretendia-se a Modernidade e o plano viário deveria corresponder a este ideal. A existência de uma área central bem definida e caracterizada como centralizadora de funções é prova disso. A própria Praça, assumindo a função de rotatória, ou chamada praça de tráfego, evidencia que, desde a origem, buscava-se a implantação daquelas novas idéias tornadas, a partir de então, elementos basilares do planejamento das cidades. As estruturas administrativas e econômicas, em grande parte, ainda permanecem neste espaço desde a fundação da cidade.

A Avenida Central sofreu inúmeras intervenções e hoje está bastante descaracterizada, porém a Praça da Bandeira permanece com a sua simbologia inicial. Ali ainda são realizados os desfiles comemorativos e as festas de final de ano. As feiras reúnem a população que também transita para ver as luzes nas edificações, o chafariz, os enfeites e as apresentações. O centro continua com a finalidade comercial, mas já sem os atrativos de antes. Atualmente, a grande concentração de automóveis dificulta o estacionamento, os cinemas foram fechados e o local de lazer foi transferido para a área de um *shopping* construído na Avenida Sete de Setembro.

Voltando ao passado, os incêndios tornaram-se um problema na área central na década de 30 – a solução buscada foi de caráter higiênico e preventivo. As edificações passaram a obedecer a alguns critérios ou a normas como altura da edificação, distância em relação às divisas do lote e da rua, profundidade do lote, pequenos recuos. A medida fez com que os moradores com menos possibilidades tivessem como única opção residir em locais mais distantes, de menor valor e assim construir sem tantas exigências. Isso fez com que, durante muito tempo, houvesse em Erechim duas cidades: uma de alvenaria e outra de madeira.

No centro propriamente dito, as mudanças ocorridas lentamente transformaram as edificações tradicionais, principalmente nas fachadas, adaptadas às funções normalmente comerciais. Nesse setor central, não havendo exigência de recuos, ocorreu também um incremento da altura em alguns edifícios.

Vale comentar agora que as cidades revelam em suas paisagens o resultado dos processos de mudanças sofridos ao longo do tempo. Essas transformações alteram o espaço – são deste modo constantes e infinitas. Podem permanecer com as suas funções iniciais, como no caso da área central da cidade de Erechim; contudo mas é o local onde se pode reconhecer, com maior intensidade, as alterações existentes no projeto inicial e as adequações.

Não foi por outra razão que a área central da cidade constituiu o objeto principal de análise desta pesquisa. Ali encontramos a concentração dos elementos simbólicos de conquista e de ocupação do espaço: signos, identidade cultural construída ao longo do tempo, valores culturais e de preservação da memória coletiva. Foi, ademais, o ponto de partida da cidade e tornou-se, ao longo do tempo, um elemento integrador e simbólico. Do ponto de vista cultural, correspondia à busca de uma nova forma de ocupação e de uma solução prática para acomodar a população que já não encontrava os mesmos espaços vazios em outras regiões do Estado.

A Modernidade<sup>251</sup>, como projeto que se pretendia “civilizador”, passava a ter na cidade o seu espaço de realização, impulsionada pela idéia de desenvolvimento racional, pela Ordem e pelo Progresso.

---

<sup>251</sup> PEREZ, Léa Freitas. Notas reflexivas sobre a Modernidade e a cidade. In: NASCIMENTO, Mara Regina; TORRESINI, Elizabeth (Org.). *Modernidade e Urbanização no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 14. Segundo as autoras: “A cidade é o lugar da Modernidade. É nesse espaço privilegiado que o modo de

Nesta perspectiva é que a presente pesquisa procurou realizar, não a História apenas retratada nos documentos e imagens visuais, mas sim a História que elege a visualidade como plataforma de observação de uma sociedade na sua organização e em suas mudanças. Não se trata, pois, de um estudo de álbuns fotográficos, mas sim da sociedade que os produziu e que as fez circular. Daí a relevância da análise das transformações do espaço urbano da cidade em relação à Praça central e a seu entorno, e da forma como se deu a incorporação de tais transformações, sejam materiais ou simbólicas, na dimensão visual, nos modos de ver e de construir a cidade. Aqui, a questão da estética estava associada à imagem que se pretendia aparentar, de um aspecto de cidade civilizada e higiênica e, portanto, “moderna”.

Esta dissertação também teve como proposta refletir sobre a construção da memória e da cultura urbana de Erechim, a partir da análise de imagens fotográficas da Praça da Bandeira<sup>252</sup> e da Avenida Maurício Cardoso<sup>253</sup>, marcos referenciais da cidade, e espaço formal de um projeto urbano e das transformações ocorridas na paisagem destes espaços. Neste mesmo espaço, também foi objeto de análise os modelos de construções e das técnicas empregadas, formando um conjunto arquitetônico singular, inspirado nas vivências e nas necessidades de adaptação dos imigrantes que ali se instalaram. O objetivo foi analisar algumas imagens como elementos construtores de uma significação histórica e social, e não uma simples tentativa de reconstruir o período analisado com fidelidade. Se assim fosse, reforçaria a imagem fotográfica como representação do real, assumindo caráter de documentação oficial. Isso também reforçaria a tese de que a Fotografia pode ser utilizada para a construção de uma interpretação da realidade.<sup>254</sup> A proposta foi estabelecer uma relação com as imagens e a criação de um imaginário que, reforçado inúmeras vezes pela repetição destas mesmas imagens, em veículos e datas diferentes, reafirmou a idéia de um projeto exitoso.

---

civilização ocidental se configura e se delimita, enquanto tal. Com o processo de industrialização a Modernidade se torna um valor transcendente, um modelo cultural, uma moral, como colocou Jean Baudrillard; é nesse momento que a modernidade é marcada como a era da produtividade: intensificação do trabalho humano e da dominação humana sobre a natureza, um e outro reduzidos ao estatuto de forças produtivas e aos esquemas de eficácia e de rendimento máximo. A sociedade moderna se pensa em si mesma enquanto tal, em termos de Modernidade e ela é vivida miticamente. Assim, a modernização é um mito da Modernidade.” (PEREZ, 1998, p. 123).

<sup>252</sup> No projeto original, a Praça recebeu o nome de Praça Cristóvão Colombo.

<sup>253</sup> Projeto original com o nome de Avenida José Bonifácio.

<sup>254</sup> Sobre o tema, ver: KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *Art Cultura*, v. 8, n. 12, p. 97-119, 2006.

Assim, possivelmente o que há de peculiar na sociedade erechinense é justamente a sua capacidade de administrar aqueles aspectos da Modernidade que lhe interessam, transformando-os em algo adaptado à sua própria realidade, em que o moderno se articula ao tradicional. Embora apresente desigualdades sociais e econômicas, essa idéia de Modernidade e a intenção modernizadora com base na qual foi idealizada passam a impressão, aos moradores ou aos visitantes, de uma cidade progressista, dinâmica e organizada.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, Iná Elias de; Costa GOMES, Paulo Cesar da; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

AGULHON, Maurice. *Historia vagabunda*. México DF: Instituto Mora, 1994.

AXT, Günter. *O Poder Judiciário na sociedade coronelista gaúcha (1889-1930)*. Disponível em <<http://www.tjrs.jus.br/institu/memorial/artigojustica.php>>. Acesso em: jul. 2007.

BAKOS, Margaret Marchiori. A cidade está na moda há pouco tempo: reflexões gerais. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 201-223, 1998.

BAKOS, Margaret Marchiori. (Org.). *Júlio de Castilhos: positivismo, abolição e república*. Porto Alegre: IEL; EDIPUCRS, 2006.

BARBOSA, Ana Aparecida. *Cidade e habitação em Minas nos séculos XVIII e XIX*. Disponível em: <<http://www.eesc.usp.br>>. Acesso em: dez. 2004.

BASILE BECKER, Ítala Irene. *O índio Kaingang no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *MAGIA e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1.

BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1997.

BEZERRA MENESES, Ulpiano T. Rumo a uma história visual. In: MARTINS, J.S.; ECKERT, C.; NOVAES S.C. (Org.). *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 2005.

BOADA, Luís. *O espaço recriado*. São Paulo: Nobel, 1991.

BONAMETTI, João Henrique. *A arquitetura eclética e a modernização da paisagem urbana brasileira*. Disponível em: <<http://www.fap.gov.br>>. Acesso em: ago. 2007.

BRESCIANNI, Maria Stella M. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

BRUNELLO, Piero. *Pioneri Gli italiani in Brasile e il mito della frontiera*. Roma: Donzelli, s/d.

BUARQUE, Virgínia. *Mundanismo: brisa renovadora. Moral e Sociedade no Rio de Janeiro (1850-1870)*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

BUSATO, Padre Benjamin. *Meu Erechim Cinqüentenário*. 1968.

CALLAI, Jaeme Luiz. (Org.). *História e Geografia do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora da UNIJUI, 1998.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro: Globo, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. São Paulo: Campus, 1997.

CARLOS, Ana Fani. (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

\_\_\_\_\_. *A cidade*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, Carlos Delgado de. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

CASSOL, Ernesto. *Histórico de Erechim*. Passo Fundo: SEP/CESE- Instituto Social Padre Berthier. 1979.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTRO GONSALES, Célia Helena. *Cidade moderna sobre cidade tradicional: conflitos e potencialidades*. Disponível em: <[www.vitruvius.com.br/arquitextos/](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/)>. Acesso em: set. 2004

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ERECHIM. *Histórico de Erechim*. Instituto Social Padre Berthier, 1979.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: o urbanismo em questão*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *A conquista do tempo noturno: Porto Alegre “moderna”*. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, 1994.

\_\_\_\_\_. *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2008.

\_\_\_\_\_. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses*. 1990. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

\_\_\_\_\_. *Italianos na cidade: Porto Alegre entre 1850 e 1914*. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza H.; PINHEIRO MACHADO, Maria Beatriz (Org.). *Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA, Rovílio e outros. *Imigração italiana no RS: vida, costumes e tradições*. Caxias do Sul: EST; EDUCS, 1986.

CUNHA JÚNIOR, Dirley. *Terras devolutas nas Constituições Republicanas*. Disponível em: <<http://www.jfse.jus.br/obras%20mag/artigoterrasdevdirley.html>>. Acesso em: 8 ago. 2009.

DALLA NORA, Nilse Cortese. *Quem chega, quem sai: a política de distribuição de terras em Jaboticaba – RS*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002. Disponível em: <<http://www.cipedya.com/web>>. Acesso em: jan. 2009.

DANTAS, José. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1996. v. 2.

DAUMARD, Adeline. Cidade e sociedade no século XIX. *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 15, 1998.  
de Janeiro: Record, 2001.

DELAZERI, Jaci. *Álbum fotográfico da História de Erechim*. Erechim: EDELBRA, 2000.

DETONI, M. G. Erechim e sua Arquitetura antiga. *A Voz da Serra*, Erechim, p. 7, 9 abr.1989, Caderno Especial.

DIAS, Francisco Basso. *Francisco Riopardense de Macedo*. Disponível em: <<http://www.clicerechim.com.br/>>. Acesso em: jun. 2008.

DONNE, Marcella Delle. A política da cidade. In: TEORIAS sobre a cidade. Lisboa: Edições 70, 1983.

DUCATTI NETO, Antônio. *O grande Erechim e sua História*. Porto Alegre: EST, 1981.

ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural. Artes Visuais. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

FABRIS, Annateresa. A invenção da fotografia: repercussões sociais. In: \_\_\_\_\_ *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1997.

FAERMAN, Martha Pargendler. *La promesa cumplida*. historias de colonos judíos en Brasil. Buenos Aires: Milá, 1992.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. *Ver a cidade: cidade, imagem, leitura*. São Paulo: Nobel, 1988.

FERREIRA, Fábio. *O Projeto da Cidade Republicana*. Disponível em: <<http://www.revistatemalivre.com>>. Acesso em abr.2007.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia. (Org.). *O Brasil República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1978.

FRAINER, João (Org.) *Álbum do Município de Erechim*. Erechim: Livraria Modelo, 1936.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

FÜNFELT, Karla . *História da paisagem e evolução urbana da cidade de Erechim, RS*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GARCEZ, Neusa Cidade. *Colonização e imigração em Erechim: a saga das famílias polonesas. 1900-1950*. Erechim: Edelbra, 1997.

GARCIA LAMAS, José Manuel Ressano. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Cidade funcionalista. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1993.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIRON, Loraine Slomp. Leituras da imigração. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza H.; PINHEIRO MACHADO, Maria Beatriz. (Org.). *Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa E. *Terra e homens: colônias e colonos no Brasil*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

GONSALES, Célia Helena Castro. *Cidade moderna sobre cidade tradicional: movimento e expansão*. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp292.asp>. abr. 2005. Acesso em: jan. 2010.

GREGORY, Valdir. *Capitalismo, latifúndio, migrações*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

GUIA Geral do Município de Erechim. Organizado e elaborado pela gráfica São Judas Tadeu. Comemorativo do 40º. aniversário de fundação do Município, 1958.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Barro e sangue: mão-de-obra, Arquitetura e Urbanismo em Pelotas. 1777- 1888*. Pelotas: Universitária, 2004.

IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil Moderno*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.  
ILLA FONT, Juarez Miguel. *Serra do Erechim: tempos heróicos*. [s.l.]: Gráfica Carraro, 1983.

IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e colonização: legislação de 1747 – 1915*. Porto Alegre: EDUCS, 2001.

\_\_\_\_\_. *O olhar do poder: a imigração italiana no RS, de 1875 a 1914*. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

JAQUES, João Cezimbra. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia, 1912.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. *Construindo a cidade moderna*. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgy.br/revista/arq/257.pdf>>. Acesso em: maio 2007.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. A ferrovia gaúcha e as diretrizes de “Ordem e Progresso”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 2, 1977.

\_\_\_\_\_. *RS: terra e poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *Art Cultura*, v. 8, n. 12, p. 97-119, 2006.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, Miriam Moreira. A imagem através das palavras. In: \_\_\_\_\_. *Retratos de família*. São Paulo: Edusp, 1992.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica do consumo: álbuns da cidade de São Paulo, 1887-1954*. Campinas; SP: Mercado das Letras; FAPESP, 1997.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

LOBATO CORRÊA, Roberto; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

LOPES, Henderson Marques. *Instituto Vianna Júnior. Aarão Reis: pensamento econômico, social e político de inspiração positivista. Engenharia e Obras Públicas no Brasil - 1880*. Disponível em: <[http://www.viannajr.edu.br/revista/eco/doc/artigo\\_00003.pdf](http://www.viannajr.edu.br/revista/eco/doc/artigo_00003.pdf)>. Acesso em: jun. 2009.

LORENZ, Stella. O Brasil: sociedade multiétnica e a idéia do branqueamento. Processos de purificação: expectativas ligadas à migração alemã para o Brasil (1880-1918). *Espaço Plural*, v 9, n. 19, p. 30-32, 2º. sem. 2008. Disponível em: <[revista.unioeste.br/index.php/espacocultural/article/1520](http://revista.unioeste.br/index.php/espacocultural/article/1520)>. Acesso em: jun. 2009.

LOUSADA, Maria Alexandre. *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*. 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAIA, João. *Comunicação e comunidade: múltiplos espaços e temporalidades*. Disponível em: <<http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/>>. Acesso em 18 jun. 2007.

MARCON, Telmo. (Org.). *História e cultura kaingang no Sul do Brasil*. Passo Fundo: Gráfica da Universidade de Passo Fundo, 1994.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Nobel; 1991.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Org.). *A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação*. São Paulo: Cortez, 2004.

MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. *MÉTIS: História & Cultura*. Caxias do Sul, v. 5, n. 9, 2006.

\_\_\_\_\_. *Porto Alegre: urbanização e modernidade. a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. (História 4).

MOREIRA, Cecília Gaspar. *Fundação e desenvolvimento urbano da Colônia do Sacramento enquanto colônia portuguesa: 1680/1777*. Disponível em: <<http://www.urban.iscte.pt/revista/numero2>>. Acesso em: dez. 2004.

NASCIMENTO, Mara Regina do; TORRESINI, Elizabeth. *Modernidade e urbanização no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

NASCIMENTO, Roberto R. F. do. *A formação urbana de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

PAULA, Daniela de. *Paisagem, imagem, fotografia*. 1999. Disponível em: <[http://www.car.ufes.br/cidade\\_imagem](http://www.car.ufes.br/cidade_imagem)>. Acesso em: set. 2008.

PEREZ, Léa Freitas. Notas reflexivas sobre a Modernidade e a cidade. In: NASCIMENTO, Mara Regina; TORRESINI, Elizabeth (Org.). *Modernidade e Urbanização no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Borges de Medeiros*. 2. ed. Porto Alegre: IEL, 1996.

\_\_\_\_\_. *O cotidiano da República*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PEZAT, Paulo Ricardo. *Augusto Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

POSENATO, Júlio. Talian: língua e identidade cultural. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza H.; PINHEIRO MACHADO, Maria Beatriz (Org.). *Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

POVOS indígenas no Brasil. Disponível em:

<<http://piib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang>>. Acesso em 1 maio 2009.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500 - 1720*. São Paulo: Pioneira, 1968.

RELPH, Edward. As paisagens comuns da primeira idade da máquina: 1900-1940. In: A PAISAGEM urbana moderna. Lisboa: Edições 70, 1987.

REZENDE, Antonio Paulo. *Rumos da História*. São Paulo: Atual, 2001.

RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962.

RIBEIRO, Luis César de Q.; CARDOSO, Lúcio Adauto. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luis César de Q.; PECHMAN, Robert (Org.). *Cidade, povo e Nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIO GRANDE DO SUL Secretaria da Agricultura. *Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Secretaria da Agricultura, 1961.

SABBATINI, Renato. O nascimento das cidades. *Jornal Correio Popular*, Campinas, 26/5/2000. Disponível em: <<http://www.sabbatini.com/renato/correio/ciencia/cp000526.html>>. Acesso em: ago. 2006.

SALLES CARVALHO, José Reynaldo de. *Comunicação e comunidade: múltiplos espaços e temporalidades*. 2006. Dissertação (Mestrado). Disponível em: <18.06.07.<http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/conteudo>>. Acesso em: 18 jun. 2007.

SANTOS, Francisco Coelho. *O acaso das origens e o acaso das finalidades*. Porto Alegre: EDIPUCRS, [2000?].

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS MATOS, Maria Izilda. Em nome do engrandecimento da Nação: 1890-1930. *Revista Diálogos*, Maringá, v. 4, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.diálogos.uem.br>>. Acesso em: jul. 2001.

SCHMIDT RIGONI, Denise Pippi. *Arquitetura da imigração italiana em Erechim*. Estudo apresentado à Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Disciplina de Arquitetura do Rio Grande do Sul. Prof. Günter Weimer, jun.1990.

SEFFNER, Fernando. Presença das idéias positivistas nas Histórias de Municípios do RS. *Ciências & Letras*, n. 18, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: HISTÓRIA da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

\_\_\_\_\_. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. *A urbanística germânica (1870-1914): internacionalização de uma prática e referência para o urbanismo brasileiro*. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/>>. Acesso: mar. 2009. p. 3. Artigo elaborado a partir da comunicação “A urbanística germânica e sua influência na construção dos paradigmas do Urbanismo no Brasil”. Salvador, 2002. *Arquitextos.097.portal vitruvius*. jun. 2008.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOARES, Paulo Roberto. Uma abordagem histórica do espaço urbano e uma abordagem geográfica da cidade na História. *Biblos*, Rio Grande, n. 8, p. 1-72, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUZA, Celia Ferraz de. *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. 2006. Disponível em: <<http://www.pgau-cidade.ufsc.br/ica52/trabalhos/SOUZA%20celia.pdf>>. Acesso em: mar. 2007.

SOUZA Maria Adélia A. de; DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: SOUZA Maria Adélia A. de;

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999.

SPONCHIADO, Breno Antonio. *O Positivismo e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

TOMMASINO, Kimiye. *Etnologia*. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang>>. Acesso em: 1 maio 2009.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHOS, Ana Luísa H. de. *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri: Manole, 2006.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. Duas cidades. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 2, 6 set. 2009. Caderno Donna.

VIOTTI, Emília da Costa. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2007.

VOLKMER, José Albano. *Uma cidade planejada: álbum fotográfico da História de Erechim*. Erechim: EDELBRA, 2000.

WEIMER, Günter. *A arquitetura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. *A vida cultural e a Arquitetura na República Velha rio-grandense 1889-1945*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

ZANCHETI, Silvio Mendes. A cidade e o Estado no Brasil Colonial: colocações para um debate. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 19, 1987.

## ANEXO A – PRAÇA DA BANDEIRA

Praça da Bandeira.

Construída e inaugurada em 1953. Na época era prefeito de Erechim o Sr. José Mandelli Filho, que esteve no poder desde 01.01.1952 a 31.12.1956.

O modelo da Praça foi idealizado e executado pelo arquiteto Francisco Riopardense de Macedo.

O projeto do chafariz foi trazido da Itália, no ano de 1952, pelo irmão do prefeito que esteve no Colégio Pio Brasileiro, de Roma, fazendo estudos de teologia. Chamava-se, ele, Pedro Paulo Mandelli. Era professor, filósofo, teólogo, músico e compositor. Foi o organizador e primeiro regente da Banda Marcial Celso Mantovani. Atualmente reside na Cidade de Caxias do Sul.

Cristovão Colombo era o nome primitivo da Praça da Bandeira

Na praça encontram-se desenhos armados pelo uso de pedras de cores diferentes, desenhos estes referentes ao início da colonização.

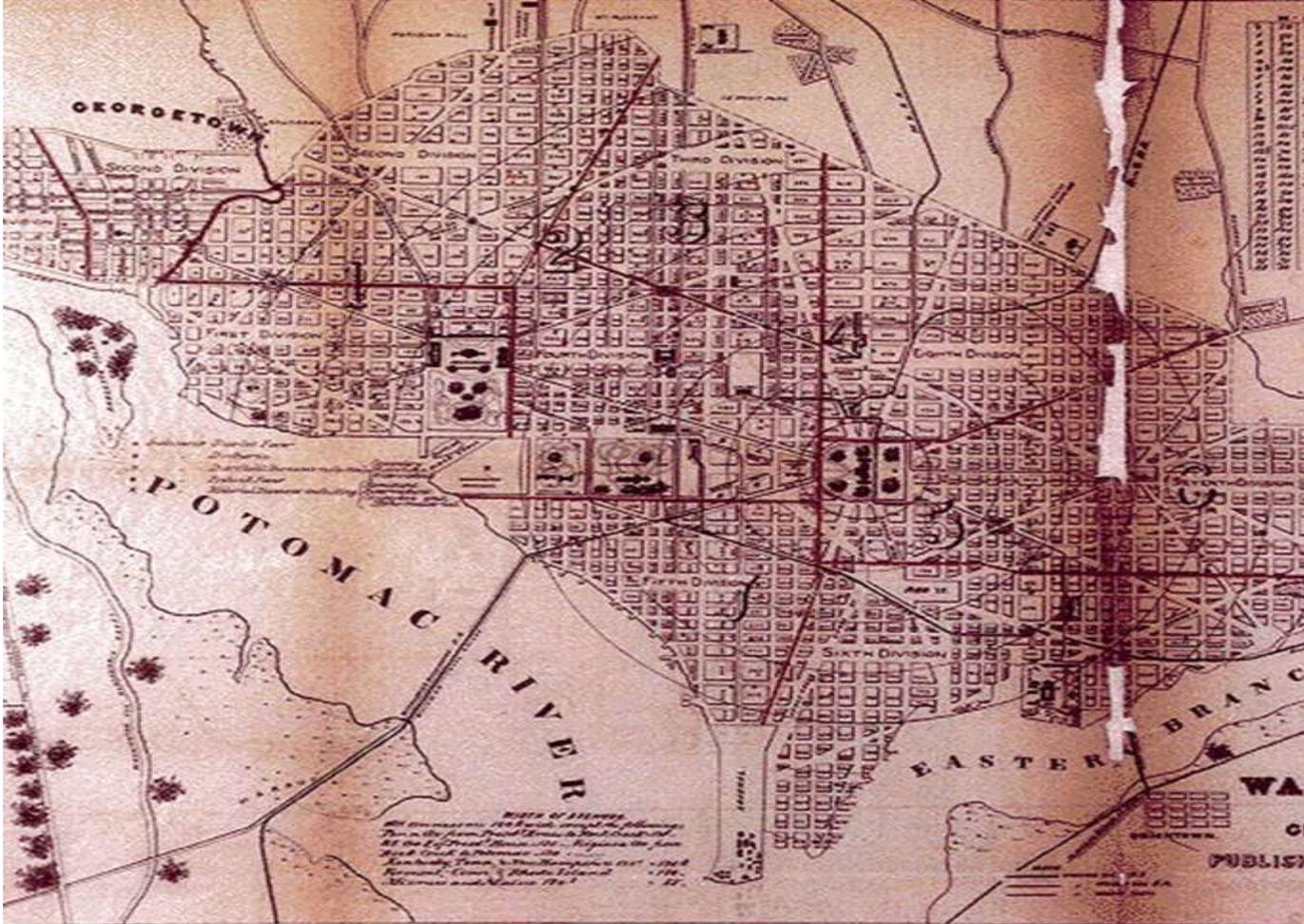
J. M. F., F. K. e P.R.- Estes 3 grupos de inicias: José Mandelli Filho, Paulo Korf e Paulo Richter.

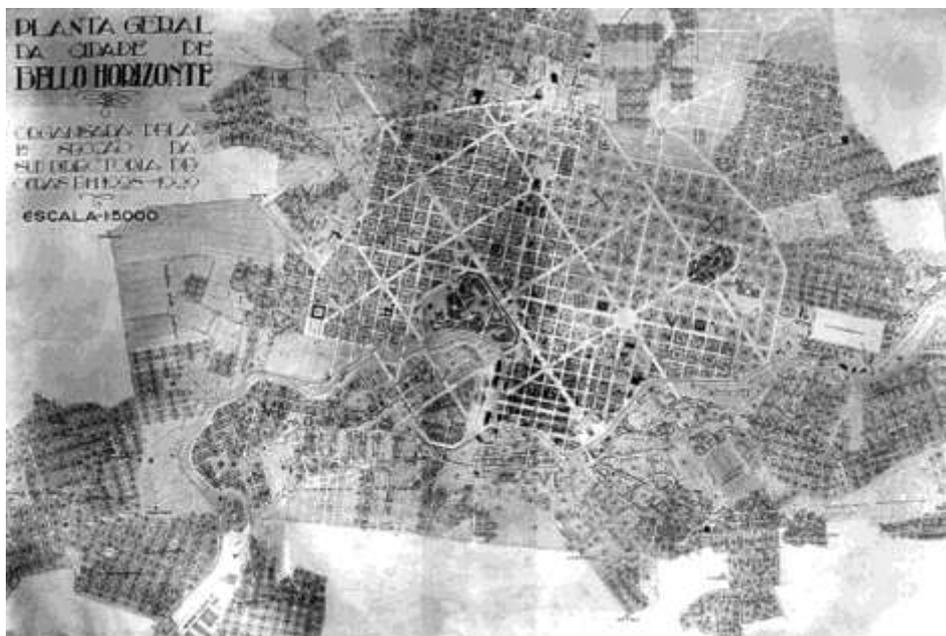
A Praça da Bandeira dá origem a 10 avenidas que para ela convergem. O ponto central da cidade, marcado por esta praça, lembra o traçado da Cidade de Paris, Buenos Aires e Belo Horizonte. Um dos engenheiros responsáveis pelo traçado da cidade de Erechim / foi, sem dúvida nenhuma, o engenheiro Carlos Torres Gonçalves. As avenidas que convergem para a praça da Bandeira, a começar pelo Norte são as seguintes:

01. Av. Maurício Cardoso,
02. Av. Tiradentes (em direção oblíqua),
03. Av. Amintas Maciel,
04. Av. Comandante Cramer,
05. Av. 15 de Novembro (oblíqua)
06. Av. Sete de Setembro (lado Sul),
07. Av. Pedro Pinto de Souza,
08. Av. Salgado Filho,
09. Av. Uruguai,
10. Av. Presidente Vargas.

Obs.: A versão correta destes três nomes foi confirmada pelo "Peninha" da Loja de Discos (Peninha Som), Rogério Chikowski, neto do pianista Adão Chikowski. A citada informação foi colhida por Miori em 10/08/1998.

ANEXO B - MAPA DE WASHINGTON



**ANEXO C – PLANTA GERAL DE BELO HORIZONTE**

**ANEXO D – PLANTAS DA CIDADE DE ERECHIM**

